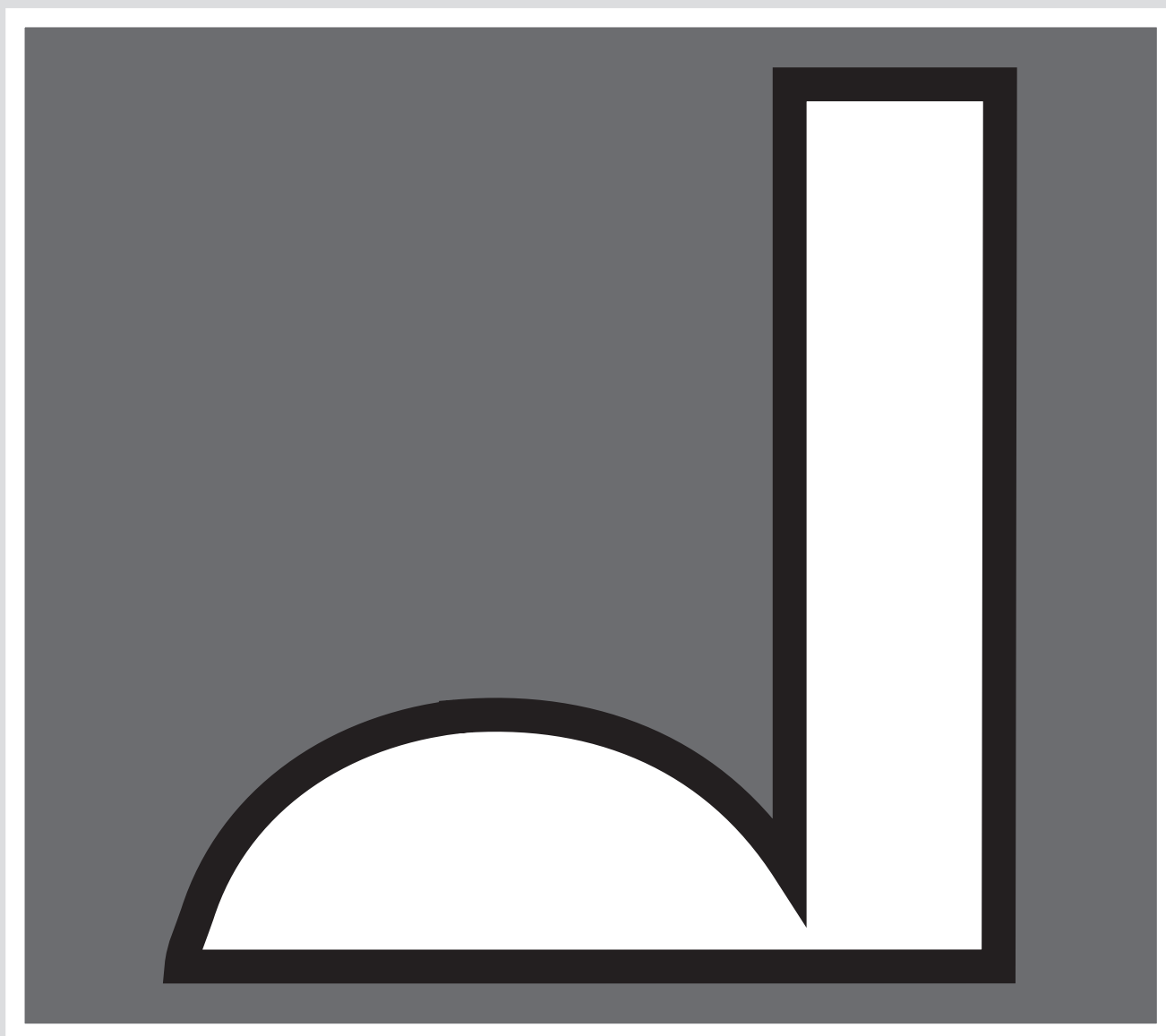




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 211 - TERÇA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA- DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**

Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**

Antero Paes de Barros – PSDB-MT

**1º Secretário**

Efraim Morais – PFL-PB

**2º Secretário**

João Alberto Souza – PMDB-MA

**3º Secretário**

Paulo Octávio – PFL-DF

**4º Secretário**

Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**

1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT

2º - Papaléo Paes – PSDB-AP

3º - Alvaro Dias – PSDB-PR

4º - Aelton Freitas – PL-MG

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB/PRB)- 19	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32
<p style="text-align: center;"><b>LÍDER EM EXERCÍCIO</b> Wellington Salgado de Oliveira <sup>(2)</sup></p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Wellington Salgado de Oliveira Garibaldi Alves Filho Gilberto Mestrinho Geovani Borges Amir Lando Ramez Tebet</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER EM EXERCÍCIO DO PMDB – 20</b> Wellington Salgado de Oliveira <sup>(2)</sup></p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Luiz Otávio Valdir Raupp Alberto Silva</p>	<p style="text-align: center;"><b>LÍDER</b> Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PT – 12</b> Ideli Salvatti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PRB– 2</b> Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;"><b>LÍDER</b> Alvaro Dias– PSDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Juvêncio da Fonseca - PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres - PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres - PFL César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago) <sup>(1)</sup></p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PSDB – 16</b> Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PDT – 4</b> Jefferson Peres <sup>(3)</sup></p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p>	<p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloisa Helena</p>	<p style="text-align: center;"><b>LÍDER DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago) Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>
<b>EXPEDIENTE</b>		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Ronald Cavalcante Gonçalves <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 194ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.169, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros senhores Senadores, solicitando voto de aplauso ao Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, nomeado para o cargo de Prefeito da Congregação para o Clero na Cúria Romana. Aprovado, após usar da palavra o Sr. Marco Maciel. .... 35716

Nº 1.170, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista e escritora amazonense Regina Melo pelo lançamento, hoje, em Brasília, de seu livro “Os Anseios das Cunhãs”, obra premiada em 2005 pelo Governo do Amazonas. .... 35720

Nº 1.171, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de louvor à Arquidiocese de Curitiba e ao Padre Wilson Czaia, pela ordenação do primeiro sacerdote nascido com surdez profunda do Paraná, e segundo do Brasil. .... 35720

Nº 1.172, de 2006, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Emilio Mudrey, Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná. .... 35720

#### 1.2.2 – Ofício

– Nº 242/2006, de 27 do corrente, do Senador Gilvam Borges, comunicando que, em razão do término da licença para tratar de assuntos particulares (Requerimento nº 871, de 2006), retornou às atividades normais do cargo a partir do dia 25. .... 35720

#### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 473/2006, de 27 do corrente, do Senador Marcelo Crivella, relatando sua participação na V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA. O expediente, juntado ao processado do Requerimento nº 1.128, de 2006, vai ao Arquivo. .... 35721

#### 1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Apelo à Câmara no sentido de que aprecie, com a brevidade possível, o PLP nº 76/2003, que restabelece a Su-

dene, trazendo inúmeros benefícios para a região nordeste. .... 35722

SENADOR NEY SUASSUNA – Alegria pelo encerramento amanhã, no Conselho de Ética, do processo movido contra S. Exa. O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens, lançado pelo governo federal e chamada de atenção às autoridades, para a necessidade que persiste no incentivo ao emprego de milhões de jovens brasileiros. .... 35725

SENADOR PAULO PAIM – Manifestação e alerta sobre a reforma da Previdência. Resumo do trabalho de S. Exa. como Relator das emendas na Comissão de Educação e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, apresentadas ao Orçamento da União. Destinação de emenda ao Rio dos Sinos, que vive o drama da morte de milhões de peixes. .... 35727

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Manifestação sobre a possibilidade de ampliar a base de apoio ao governo Lula, com a entrada, também, do PDT. .... 35732

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Retorno à questão sobre a trama do governo para tirar da Amazônia a possibilidade da TV Digital e a “inquisição” no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. .... 35726

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Registro da participação de S. Exa, em Bogotá, do V Fórum Interparlamentar das Américas, e preocupação com o comércio e a integração da América Latina. .... 35739

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários sobre a matéria intitulada “PT tentou copiar suposto acerto de Maggi com Vedoin”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de autoria do jornalista Kennedy Alencar. .... 35743

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Rebate à nota divulgada pelo corregedor Antonio de Pádua Ribeiro, do CNJ, onde se defende das acusações feitas por S. Exa. em pronunciamento na última terça-feira. Considerações sobre a fiscalização das ONGs. .... 35744

SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> – Esclarecimentos sobre o pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros. ....	35745	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> , como Líder – Posicionamento do Governo Federal para criar mecanismos para transferência de recursos para as ONGs. Implantação pela Receita Federal da nota fiscal eletrônica. ....	35769
SENADOR <i>PAPALÉO PAES</i> – Manifestação sobre a importância biológica do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, o maior parque de floresta tropical do planeta, conhecido como “o escudo das Guianas”. Alerta para as consequências negativas do chamado “tombamento verde”, no Estado do Amapá. Destaque para a necessidade de reforço na fiscalização das ONGs. ....	35746	SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Pesar pelo falecimento do Padre Antonio Vilela Dantas e do humorista Davi Cunha de Araújo, o Espanto.	35770
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> como Líder – Defesa de rapidez no início das investigações da CPI das ONGs, proposta pelo Senador Heráclito Fortes. Questionamentos referentes à falta de controle formal, por parte do governo, sobre as ONGs. ....	35748	<b>1.2.5 – Comunicação da Presidência</b> Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, de autoria do Senador Efraim Moraes, que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. ....	35770
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Aplausos à medida do governo federal, que subsidiará a compra da casa própria para os trabalhadores de baixa renda. ....	35749	<b>1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação</b> SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> – Registro da matéria intitulada “ <i>Rombo da Previdência cresce 34,4% e já atinge R\$ 34, 18 bilhões neste ano</i> ”, publicada no jornal <b>O Estado de São Paulo</b> , edição de 20 de outubro último. ....	35770
SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> – Reflexões sobre as críticas divulgadas pela imprensa, no final de semana, ao presidente Lula, por ter verbalizado o que o mesmo considera como entrave ao crescimento econômico do país. ....	35751	SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Comentário sobre a matéria intitulada “ <i>A turma do contra</i> ”, publicada na revista <b>Exame</b> , edição de 8 do corrente. .	35772
SENADOR <i>EDISON LOBÃO</i> – Considerações sobre o destaque dado pela imprensa às dificuldades enfrentadas pelo Ibama e apelo em favor de que o governo destine recursos para salvar o instituto. .	35753	SENADOR <i>ANTERO PAES DE BARROS</i> – Registro da matéria intitulada “ <i>Paguei propina ao Bargas</i> ”, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 27 de outubro último. ....	35774
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Reflexões sobre o requerimento da autoria de S. Exa. para a instalação da CPI das ONGs. ....	35755	SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Registro da matéria intitulada “ <i>PF suspeita de telefonemas entre Lorenzetti e Lacerda</i> ”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 3 do corrente. ....	35775
SENADOR <i>JOSÉ SARNEY</i> – A importância da reunião das Cortes Supremas Constitucionais e Tribunais de Recursos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em 22 de novembro último, convocada pela Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para um intercâmbio de informações e também para a proposta de criação de um banco de dados para armazenar jurisprudência de todos os tribunais dos países de língua portuguesa. ....	35757	SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Registro da matéria intitulada “ <i>Sem infra-estrutura o Brasil pára</i> ”, publicada na revista <b>Exame</b> , edição de 27 de setembro último. ....	35776
SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> – Realização de reunião do Diretório Nacional dos Partido do Trabalhadores, que fez um balanço geral das eleições.	35759	SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Comentário sobre a matéria intitulada “ <i>Indústria no Brasil cresce até 7 vezes menos que a de outros emergentes</i> ”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 16 de setembro último. ....	35780
SENADOR <i>FLÁVIO ARNS</i> , como Líder – Encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Emílio Mudrey, Presidente da APAES do Estado do Paraná. Voto de felicitações à arquidiocese de Curitiba pela ordenação do Padre Wilson Czaia, Primeiro Padre Natisurdo daquele Estado. ....	35762	SENADOR <i>JUVÊNCIO DA FONSECA</i> – Comentário sobre a matéria intitulada “ <i>Procuradoria investiga suposto ‘abafa’ na PF</i> ”, publicada no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 26 de outubro último. ....	35781
SENADOR <i>ROBERTO CAVALCANTI</i> – Realização no Hotel Blue Tree Park, em Brasília, da feira internacional de biocombustíveis e o simpósio de água e energia. ....	35768	SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Louva a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, de promover seminário, de interesse das populações indígenas. Defesa do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 1995, de autoria de S.Exa., em tramitação na Câmara dos Deputados, que visa a disciplinar a exploração mineral nas terras indígenas. ....	35782

**1.2.7 – Comunicação da Presidência**

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 35784

1.3 – ENCERRAMENTO

**2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 27.11.2006**

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nº 2.281 a 2.304, de 2006. .... 35790

**SENADO FEDERAL**

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**5 – SECRETARIA DE COMISSÕES**

**6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

**11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

**CONGRESSO NACIONAL**

**12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

**13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**

**15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 194ª Sessão Não Deliberativa, em 27 de novembro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Alvaro Dias e Leonel Pavan

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 1.169, DE 2006

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e em comunhão com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, requeremos seja consignado nos Anais da Casa Voto de Aplauso do Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, DOM CLÁUDIO HUMMES, nomeado para o cargo de Prefeito da Congregação para o Clero na Cúria Romana.

Requeremos, também, que este Voto de Aplauso seja encaminhado:

- a Sua Santidade o Papa Bento XVI, por intermédio da Nunciatura Apostólica;
- a Dom Cláudio Hummes;
- à CNBB;
- à Arquidiocese de São Paulo.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 2006

Senador MARCO MACIEL

*Handwritten signatures and notes:*

*iniiciado*  
*Requerimento*

*Marco Maciel*  
*Alvaro Dias*  
*Leonel Pavan*  
*Siba Machado*  
*Edi*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, para encaminhar a votação do requerimento.

V. Ex<sup>a</sup> terá cinco minutos para fazer o encaminhamento.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entre os que subscreveram o requerimento, eu gostaria que constasse o nome do Senador Álvaro Dias.

Em rápidas palavras, quero dizer da nossa alegria pela designação, pelo Papa Bento XVI, do Cardeal-Arcebispo do Estado de São Paulo, Cláudio Hummes, para o cargo de Prefeito da Congregação para o Clero.

Creio que o Brasil todo já o conhece, mas é bom lembrar que ele nasceu no Rio Grande do Sul, em 1934, e foi ordenado sacerdote franciscano em 1958 e, já em 1975, era Bispo de Santo André. Nessa diocese, fez um trabalho notável, não somente do ponto de vista pastoral e religioso, mas também no campo da defesa dos direitos humanos, estabelecendo, inclusive, um clima de diálogo no momento em que o País vivia limitações no desfrute de princípios que regem uma sociedade verdadeiramente democrática.

Em 1996, nomeado Arcebispo de Fortaleza, ali permaneceu por dois anos. De lá, foi designado Arcebispo de São Paulo, a maior Arquidiocese do País e a segunda da América Latina. Por aí se vê que S. Em.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup>, o Cardeal Dom Hummes é uma pessoa a quem se entregaram funções muito importantes ao longo da sua vida sacerdotal. Agora, ele obtém outro título que bem expressa o reconhecimento de suas atividades e o conceito que desfruta na comunidade episcopal.

Antes de falar sobre a missão que vai desempenhar, gostaria de fazer uma menção ao fato de ele haver sucedido Dom Paulo Evaristo Arns, hoje emé-ri-

to, ou seja, já aposentado, um excelente Arcebispo da cidade de São Paulo e que também ascendeu, como Dom Hummes, aos postos mais elevados na sua vida religiosa.

Em 2001, Dom Hummes foi designado Cardeal, ou seja, recebeu o barrete vermelho e o título de Santo Antônio de Pádua na Via Merulana. O Papa este ano nomeou-o Prefeito da Congregação para o Clero.

A sua escolha repercutiu muito bem no Brasil porque representa a presença de um ilustre brasileiro em dicastério importante. Dicastério é a expressão que se usa na Cúria Romana para designar funções semelhantes a de ministro. Ele agora passa a ocupar essa prefeitura que é muito importante e, certamente, vai continuar a oferecer seus relevantes serviços à Igreja Católica.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pediria que seja apensada às minhas palavras a Nota que a CNBB expendeu, subscrita pelo seu Presidente, seu Vice-Presidente e seu Secretário-Geral, sobre a escolha de Dom Cláudio Hummes como Prefeito da Congregação para o Clero. A nota expressa a alegria que pervaga a Igreja Católica Apostólica Romana em nosso País, alegria que é também dos brasileiros que o conhecem – e são muitos – e o admiram, pela escolha de S.Em.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup>, para função tão importante no Vaticano.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

promove uma mais adequada distribuição do clero no mundo».

À Congregação corresponde também o seguimento da catequese. Neste sentido, « cuida da formação religiosa dos fiéis de todas as idades e condições; emana normas oportunas para que o ensino da catequese seja administrado de maneira conveniente; zela para que a formação catequética seja conduzida corretamente; concede a necessária aprovação da Santa Sé aos Catecismos e Diretórios emanados pelas Conferências Episcopais; assiste os departamentos catequéticos e segue as iniciativas que dizem respeito à formação religiosa e eventos de caráter internacional, coordena as suas atividades e oferecer-lhes ajuda, quando necessário».

Por último, esta Congregação vaticana é competente « em matéria de conservação e administração dos bens eclesiais pertencentes às pessoas jurídicas públicas; além disso, concede as licenças para os negócios jurídicos de que falam os cânones 1292 e 1295 C.I.C. e aprova as taxas e tributos; enfim, cuida de tudo o que se refere à cônica remuneração, à previdência para a invalidez e velhice e à assistência sanitária do clero, etc».

O cardeal Darío Castrillón utilizou as novas tecnologias no exercício de seu ministério. Em particular, criou o site dessa Congregação ([www.clerus.org](http://www.clerus.org)), uma das maiores bibliotecas digitais que existe, e organizou as videoconferências mensais de teologia com especialistas dos cinco continentes.

O secretário da congregação é o arcebispo húngaro Csaba Tertyák.

ZP06103115

Nota da Presidência da CNBB pela nomeação de D. Cláudio  
quarta, 01 de novembro de 2006

**NOMEAÇÃO DO CARDEAL DOM CLÁUDIO HUMMES  
COMO PREFEITO DA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO**

A CNBB acolheu com muita alegria e agradece ao papa Bento XVI pela nomeação do Eminentíssimo Cardeal Dom Cláudio Hummes, até agora Arcebispo Metropolitano de São Paulo, para o cargo de Prefeito da Congregação para o Clero, na Cúria Romana.

A Igreja no Brasil sente-se honrada pela escolha de um membro do seu episcopado, na pessoa do Cardeal Dom Cláudio, para esse serviço de estreita colaboração com o Papa na sua missão em favor de toda a Igreja. Ao mesmo tempo, sente-se chamada a trabalhar ainda mais intensamente para que a Igreja possa realizar bem sua missão em todo o mundo.

A CNBB acolheu com muita alegria e agradece ao papa Bento XVI pela nomeação do Eminentíssimo Cardeal Dom Cláudio Hummes, até agora Arcebispo Metropolitano de São Paulo, para o cargo de Prefeito da Congregação para o Clero, na Cúria Romana.

*Nota CNBB  
para o presidente*

*Vide  
de 11/11/06*

A Igreja no Brasil sente-se honrada pela escolha de um membro do seu episcopado, na pessoa do Cardeal Dom Cláudio, para esse serviço de estreita colaboração com o Papa na sua missão em favor de toda a Igreja. Ao mesmo tempo, sente-se chamada a trabalhar ainda mais intensamente para que a Igreja possa realizar bem sua missão em todo o mundo.

(B) A CNBB também agradece a Dom Cláudio a longa e frutuosa colaboração em numerosas missões de coordenação e animação da evangelização e da pastoral, no seio da Conferência e da Igreja no Brasil, pedindo que Deus o ilumine e fortifique no exercício do novo encargo que lhe foi confiado.

Brasília, 31 de outubro de 2006

Cardeal Geraldo Majella Agnelo  
Arcebispo de São Salvador da Bahia  
Presidente da CNBB

Dom Antônio Celso de Queirós  
Bispo de Catanduva - SP  
Vice-Presidente da CNBB

Dom Odilo Pedro Scherer  
Bispo auxiliar de São Paulo  
Secretário Geral da CNBB

*Arcebispo de São Paulo*  
*Arquidiocese de São Paulo*  
*de São Paulo*  
*de São Paulo*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.170, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso à Jornalista e escritora amazonense Regina Melo pelo lançamento, hoje, em Brasília, de seu livro Os Anseios das Cunhãs, obra premiada em 2005 pelo Governo do Amazonas.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à poeta, jornalista e escritora amazonense Regina Melo, pelo lançamento, hoje, em Brasília, de seu livro com história em quadrinhos, intitulado **Os Anseios das Cunhãs**, obra premiada em 2005 pelo Governo do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

#### **Justificação**

Regina Melo, além de jornalista e poeta, é escritora e sua produção intelectual é voltada para o Amazonas. Em 2004, ela lançou o romance **Ykamiabas**, resultante de extensa pesquisa sobre a mitologia regional e, como ela o define, representa também importante resgate histórico do passado da Amazônia. Seu novo livro, em quadrinhos, é um poema em que relata “a migração histórica do interior pelas caboclas amazonenses, a partir do sonho por dias melhores na Capital da Zona Franca de Manaus”.

Regina é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2006.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.171, DE 2006**

Requeiro, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Senado da República manifeste Voto de Louvor à Arquidiocese de Curitiba e ao Padre Wilson Czaia, pela ordenação de Sua Reverendíssima como o primeiro sacerdote nascido com surdez profunda do Paraná, e segundo do Brasil. Membro atuante da Pastoral dos Surdos de Curitiba, com muito interesse e dedicação, Padre Wilson provou a todos que a surdez não representou obstáculo que

o impedisse de avançar em seu propósito, tendo para tanto contado com amplo apoio por parte dos demais seminaristas, e também da Arquidiocese curitibana, que envidou os esforços necessários para que as adaptações fossem feitas, no sentido de que o seminarista com deficiência pudesse dar cumprimento à sua vocação religiosa. A ordenação de Padre Wilson brinda a todos com o melhor exemplo, no qual determinação pessoal e apoio social demonstram que a deficiência pode ser superada com mérito.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2006.

– Senador **Flávio Arns**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.172, DE 2006**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Senado Federal manifeste Voto de Pesar à família, aos amigos e ao Movimento Apaeano paranaense, por ocasião do falecimento do Dr. Emílio Mudrey, Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, vitimado por desastre automobilístico no dia 20 de novembro, em Guarapuava – PR. Tendo dedicado sua existência às pessoas com deficiência, o Dr. Emílio exercia com extremada competência e dignidade o segundo mandato à frente da Federação das APAEs paranaenses, instituição que congrega cerca de 38 mil pessoas com deficiência mental. Em sua trajetória voluntária, por mais de 33 anos o Dr. Emílio atuou no Movimento, tendo presidido também as APAEs de Cascavel e de Guarapuava, e incentivado a criação de dezenas de APAEs no Paraná. O Dr. Emílio deixa família, amigos e um imenso vazio no Movimento Apaeano brasileiro, que na sua pessoa teve um trabalhador fiel e dedicado.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2006.

– Senador **Flávio Arns**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 242/2006 – GSGB

Brasília-DF, 27 de novembro de 2006

Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Com os meus cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que, em razão do término da li-

cença para tratar de assuntos particulares, retornarei às atividades normais do cargo a partir do dia 25 do mês corrente.

Na oportunidade, renovo protesto da mais alta estima e consideração. – Senador **Gilvam Borges**, PMDB/AP.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o Ofício nº 473/2006, desta data, do Senador Marcelo Crivella, relatando a sua participação na V Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.

O expediente, juntado ao processado do Requerimento nº 1.128, de 2006, vai ao Arquivo.

É o seguinte o ofício recebido:

Ofício nº 473/2006-GSMC

Brasília - DF, 27 de novembro de 2006

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Tendo a honra de ter sido encarregado por V. Ex<sup>a</sup>. para representar o Senado Federal no V Fórum Interparlamentar das Américas, estive em Bogotá nos dias 18, 19, 20 e 21 do corrente.

Apresento abaixo um breve resumo dos trabalhos e as aprovadas pelos parlamentares da Colômbia, Canadá, Cuba, Venezuela, Suriname, Rep. Dominicana, El Salvador, México, Chile, Dominique, Uruguai, Trindade e Tobago, Haiti e Brasil, nos temas de Combate ao Narcotráfico, Redução da Pobreza e Comércio e Integração.

Foi a partir desses temas que os parlamentares se dividiram em grupos de trabalho, organizados de maneira semelhante às nossas comissões temáticas, para dividir experiências e assistir palestras apresentadas por especialistas nos respectivos assuntos.

Ao final, cada grupo apresentou ao Plenário Geral um relatório com recomendações que aprovado, resumo abaixo:

### **Combate ao Narcotráfico**

O relatório mundial sobre drogas de 2006, mostra uma população de aproximadamente 200 milhões de pessoas que consumiram droga ilegal no ano anterior, com incremento anual de 15 milhões.

Diminuiu a área cultivada de ópio e heroína e caiu de 7% para 4% o envio da produção mundial para os EUA.

Houve redução das áreas plantadas de cocaína na Colômbia, mas não em Bolívia e Peru, cujo tráfico tem se mantido estável.

Quanto às anfetaminas, a maior parte é produzida na Europa onde há forte repressão. Há no mundo 25 milhões de consumidores dessa droga.

A maconha é a droga que mais se produz, trafica e se consome no mundo. A tendência é de crescimento.

Uma estratégia bem sucedida tem sido a medida de desenvolvimento alternativo com a troca de cultivo em Colômbia.

### **Recomendações**

#### **1. Econômicas**

Que os acordos multilaterais de comércio procurem uma mudança na ordem econômica com melhor distribuição social;

Recursos internacionais para financiamento da substituição de cultivos nos países produtores com programas de capacitação, segurança alimentar, transporte e acesso aos mercados.

#### **2. Sociais**

Elaboração de programas educativos a nível escolar, familiar, comunitário, de gênero, étnico e para menores, nos quais se estabeleçam novos valores que evitem o consumo de drogas;

O cuidado dos meios de comunicação na criação de falsos ícones e no fomento à violência;

Criação de um Fórum Internacional para tratar do papel dos meios de comunicação na luta contra as drogas;

Promoção dos valores sociais e de um Dia Internacional de Combate a Droga.

#### **3. Legais e de Segurança**

Atualização da legislação penal procurando harmonizar normas, conforme se tentou na AL ao fim do século passado, tais como a criminalização da produção, tráfico, lavagem de dinheiro, corrupção, transporte e transbordo. Gradualismo da pena para o consumo;

Os parlamentares da FIPA farão gestões junto a OEA e da ONU para a criação de um Tribunal Interamericano e Internacional Contra as Drogas, assim como um ente com funções de interdição;

Impulsionar o Plano Hemisférico de Luta contra as Drogas da ONU.

#### **Redução da Pobreza**

Consolidar Estratégias de Crescimento;

Aumentar a efetividade do gasto social;

Propiciar cooperação internacional entre os países;

Educação universal, eliminação do analfabetismo;

Redução do Trabalho Infantil;

Garantir um meio ambiente são;

Intercâmbio de programas exitosos em outros países;

Capacitação de novas práticas laborais;  
Investimento em Ciência e Tecnologia;  
Reduzir o fenômeno da imigração;  
Transparência na administração pública e combate a corrupção;

Criar um grupo de trabalho para continuo estudo do impacto da carga tributária no impedimento do desenvolvimento socioeconômico das economias.

### **Comércio e Integração**

Convergir os acordos bilaterais para um acordo hemisférico;

Incentivar avanços na rodada de Doha principalmente a diminuição dos subsídios agrícolas;

Devem ser eliminadas todas as barreiras ao comércio internacional, incluindo impostos alfandegários ou subsídios de distorcem o comércio exterior;

Derrubada de todas as barreiras entre os países membros da FIPA que violam direitos humanos e impeçam o livre trânsito de pessoas;

Políticas domésticas complementares no setor de infra-estrutura, educação, modernização do Estado, desenvolvimento rural, agrícola e pesqueiro e ciência e tecnologia;

Políticas que favoreçam a integração energética;  
Proteção da propriedade intelectual e da livre competição e abolição da pirataria;

Programas de desenvolvimento sustentável e programas de alívio à pobreza;

Exortar os países da FIPA a necessidade de se desenharem políticas para enfrentar a emergência da China e Índia no cenário do comércio internacional;

Deve-se construir um Fundo para os países das Américas e do Caribe para facilitar a transição para um regime de comércio mais livre e de integração mais profunda no desenvolvimento da Infra-estrutura e da promoção da pequena e média empresa, em linha com a iniciativa de ajuda para o comércio da OMC;

Diálogo dos membros da FIPA para a participação ativa dos EUA nos fóruns.

Senhor Presidente, como V. Ex<sup>a</sup>. pode ver foram dias intensos e produtivos, onde se debateu temas de grande importância para o crescimento econômico e bem estar dos povos das Américas. Ao finalizar esse curto relato, reitero meus mais profundos agradecimentos à generosidade da Presidência ao me indicar para representar a Casa num fórum internacional de tamanha importância e que, para orgulho nosso, a partir dessa Assembléia será presidido pelo nobre Deputado Luís Carlos Haulý, eleito por unanimidade para os próximos dois anos.

Com o apreço e admiração de sempre, Senador **Marcelo Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Vamos passar à lista dos oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. V. Ex<sup>a</sup> terá vinte minutos para seu pronunciamento.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde fazer um apelo à Câmara dos Deputados no sentido da apreciação com a brevidade possível o PLP nº 76, de 2003, que restabelece a Sudene.

Posso dizer que vi a Sudene nascer. Eu era estudante nos idos do Governo Kubitschek quando se iniciou um grande debate sobre a questão nordestina. O Nordeste, que fora, no passado, uma região de muita influência política e de alguma densidade econômica – sobretudo no período da Colônia e no período monárquico –, e, ao longo do tempo, perdeu posição para outras regiões, nomeadamente para o Sudeste. Hoje observamos que o Brasil convive com agudas desigualdades, não somente interpessoais, mas também interesaciais de renda. Isso significa dizer que o Sul e o Sudeste desfrutam de rendas **per capita** relativamente altas, enquanto o Nordeste ainda ostenta, infelizmente, em que pese o esforço de muitos, taxas muito pouco significativas no campo econômico e social. Obviamente, com a criação da Sudene, o quadro começou a mudar.

Eu não poderia deixar de chamar a atenção para o fato de que a região se mobilizou em sucessivos episódios. Agora mesmo, comemoram-se os cinquenta anos, por exemplo, da Reunião de Campina Grande, um conclave que trouxe à baila, com alguma repercussão na imprensa, o debate da questão regional nordestina. A mesma coisa aconteceu – certamente, o Senador Heráclito Fortes se lembra disso – em Pernambuco, com a Reunião de Salgueiro, da qual participou, entre outros políticos, o Deputado Estadual Barreto Guimarães, que tanto fez para que a Sudene nascesse.

É importante destacar que, com Juscelino Kubitschek, a Sudene começou a dar os seus primeiros passos. Ele criou o GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – talvez a medida detonadora do debate de uma política voltada para o desenvolvimento regional.

É lógico que, antes da criação da Sudene, já existiam no Nordeste organismos voltados para o desenvolvimento regional, ainda que setoriais. Por exemplo, a Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco – Chesf, uma grande empresa que tem como propósito gerir e distribuir energia à região. Já existia a Comissão do Vale do São Francisco, voltada para o aproveitamento do Vale do Rio São Francisco, inclusive por

meio de uma política de irrigação e abastecimento de água. Posteriormente foi criado o Banco Nordeste, que também presta bons serviços à região no campo do apoio creditício, sobretudo o alavancamento do crescimento econômico, nos planos agrícola e industrial, ou mesmo no dos serviços.

Mas faltava um órgão que tivesse a completeza da Sudene, ou seja, fosse capaz de coordenar ações em todos os campos do desenvolvimento regional, desde o campo puramente econômico, ao da infra-estrutura física, ao social, até mesmo da solução de questões que pudessem fazer o Nordeste despontar, propelindo assim o seu projeto de desenvolvimento.

Foi uma ação, a meu ver, muito bem articulada. E é sempre bom ler ou reler o relatório do chamado GTDN, que se intitulava, salvo equívoco, “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste”. E não posso deixar de reconhecer, Sr. Presidente, que o Nordeste começou a conhecer novos tempos por meio de uma ação planejada. Quando uso a palavra planejada é para distingui-la de planificação, à época tão em moda nos países do Leste Europeu, da antiga Cortina de Ferro. A planificação é geralmente entendida como um programa estratégico concebido e gerido por empresas estatais, em regime fechado, portanto, enquanto planejamento é uma articulação democrática de empresas públicas e privadas coordenadas pelo governo.

Ouçõ com prazer o nobre Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Nobre Senador Marco Maciel, associe-me, com muito orgulho, ao seu discurso, porque V. Ex.<sup>a</sup> realmente está falando de uma ação necessária para o Nordeste. Nós nordestinos temos vivido à margem do desenvolvimento do País, ou seja, não no mesmo ritmo do desenvolvimento do País, e temos procurado, de quando em vez, pressionar o Governo para que acelere, para que coloque organismos que aumentem esse planejamento. Para nossa tristeza, a nossa Sudene, que chegou a ser tão forte, enfraqueceu-se muito – isso é visível, basta passar na frente do prédio da Sudene para ver o que aconteceu –, o que trouxe muitos prejuízos à nossa região. Os contratos que foram feitos com os empresários e que não foram cumpridos até hoje geraram inúmeras falências. Era um acordo, o Governo ia entrar com tanto e o empresário ia entrar com tanto.

No final, não foram cumpridos. Eu, quando Ministro da Integração, fiz muita força para que isso fosse cumprido, mas os recursos sempre são muito menores que as necessidades. Tentou-se recriar a Sudene e até que enfim estamos de novo buscando algum organismo, algum ente que faça essa coordenação. Não tenha dúvida de que estamos diante de alguns

dilemas; ou seja, temos que decidir se vamos fazer como antigamente, em cada Estado fazermos um pouco de indústria, ou se vamos fazer os anéis relativos a uma indústria específica, como no caso de Goiás com a indústria farmacêutica, que está sendo colocada saturadamente naquela região. Precisamos tomar essas decisões. Mas a verdade é que 1/3 da população deste País está na nossa região. Essa é a região mais pobre e com índices mais sofridos. É preciso acelerar isso. Eu me solidarizo com o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>. Tomara que daqui para diante tenhamos essa aceleração, que é constitucional, mas não tem sido cumprida, não tem sido realmente levada a sério. Parabéns, Sr. Senador.

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Nobre Senador Ney Suassuna, quero agradecer o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, que trouxe achegas importantes à minha manifestação. Devo dizer-lhe que a nova Sudene que vai surgir depois de amplos debates deve ser uma instituição habilitada às circunstâncias dos novos tempos e reflita aquilo que foi no seu início. Na realidade, foi um órgão, talvez o primeiro em nosso País, atento à questão da interdisciplinaridade, aos diferentes segmentos da atividade da região nordestina. Não se voltava especificamente para uma atividade-fim, para um segmento x.

Antes via a questão nordestina em toda a sua complexidade, em todos os seus desafios. Por isso não deixou de ser uma agência que contribuiu muito para mudar a fisionomia do Nordeste. É lógico que não a ponto de fazer com que superássemos as disparidades que ainda nos afastam em termos de renda, de desfrute social, daquelas existentes no Sul e Sudeste do País. Mas foi um avanço, que inclusive ensejou o surgimento de outras instituições semelhantes. Assim, surgiu a Sudam para o Norte. Obviamente o Norte também tem os seus problemas, mas possui muitas condições de desenvolvimento do que o Nordeste, mercê da riqueza da sua biodiversidade. O Nordeste já é uma região mais carente. Eu não me esqueço de uma frase de José Américo de Almeida, conterrâneo de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna. Uma vez ele disse: a natureza com relação ao Nordeste foi mais madras-ta do que mãe. Enfim, reconhecemos que o Nordeste não tem um clima adequado ao bom desempenho de certas atividades e também não tem o solo tão rico como ocorre em outras regiões do País. Mas volto à Sudene que tanto realizou pela região. Poderia lembrar a Sudeco e outras que surgiram no Sudeste, que se voltavam para o desenvolvimento do Espírito Santo, Rio de Janeiro etc...

**O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB)** – Nobre Senador, perdoe-me a interferência, mas é só uma frase.

Nós fomos vítimas do nosso sucesso. A Sudene foi tão boa que todas as forças políticas das outras regiões forçaram ter também superintendências. Resultado: os recursos que serviam para implementar uma foram pulverizados, terminando por levar todas à derrota.

**O SR. MARCO MACIEL** (PSDB – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão na medida em que se perdeu o foco: se tudo era prioridade, nada era prioridade. Sempre penso que governar, como disse, certa feita, Mendès France, é escolher. Quando foi Primeiro-Ministro da França, na década de 50, Mendès France dizia: “Gouverner c’est choisir”, ou seja, governar é escolher. Tem de haver prioridade. O Nordeste era, àquela ocasião – e hoje ainda o é –, a grande prioridade nacional, porque lá se concentra talvez o maior pólo de pobreza do País e, mais do que isso também, com limitações muito grandes para que possa crescer a taxas mais elevadas.

Daí por que espero que a recriação da Sudene venha a permitir que alavanquemos a região nordestina, porque este é o grande desafio do Brasil. É lógico que, se compararmos o Nordeste de cinquenta anos atrás com o de hoje, é forçoso reconhecer que avançamos. Não somente o Nordeste, mas o Brasil como um todo progrediu.

Mas ainda não conseguimos construir um projeto de desenvolvimento homogêneo, um projeto de desenvolvimento que reduza esse fosso, esse gap que há entre o Sul, o Sudeste e o Nordeste, para que tenhamos uma Nação mais justa. Um País que tem as potencialidades que tem o nosso não pode deixar de realizar esse sonho, que é possível, o nosso sonho intenso, com reza o hino nacional.

Mas devo dizer também a V. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário que o projeto que foi remetido pelo Poder Executivo à consideração da Câmara dos Deputados, lá, sofreu emendas. Aqui – é bom lembrar – ele foi enriquecido por um substitutivo feito pela Comissão de Desenvolvimento Regional, creio que presidida pelo Senador Tasso Jereissati e tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Acompanhei os trabalhos, inclusive fui algumas vezes às reuniões da Comissão de Desenvolvimento Regional, embora dela não seja membro efetivo, e pude ver o quanto melhorou o substitutivo, o quanto adensou em atribuições o papel da Sudene, que, espero, deva surgir ainda este ano ou no começo do próximo.

Desejo que a Câmara, ao aprovar o novo projeto, faça-o também acolhendo o substitutivo do Senado. Dou algumas razões para isso: em primeiro lugar, porque, no substitutivo do Senado, é estabelecido um novo fórum político para avaliar as políticas que estarão sendo executadas e também fazer os ajustes necessários.

Creio que cada vez mais a Nação exige esse esforço de avaliação permanente, porque, muitas vezes, uma política boa, em tese, na prática, tem resultados negativos; até mais do que isto: produzam resultados no sentido contrário ao que foi o seu objetivo.

O substitutivo do Senado é, a meu ver, muito bem tecido, e permitirá fazer com que a região tenha um organismo e um conselho, que será uma espécie de parlamento do Nordeste, embora mais reduzido que o anterior. A nova Sudene terá condições de estabelecer parcerias entre União e Estados, enquanto entes federativos e também enlaces com outras instituições da sociedade. No mundo em que vivemos, sobretudo no começo do século XXI, caracterizado por um grande processo de mundialização e, conseqüentemente, de muita articulação, é de se esperar que a Sudene incorpore também outros atores, além dos entes federativos, à solução de políticas de desenvolvimento regional. Cada vez mais as empresas privadas podem concorrer para esse fim, assim como as instituições não-governamentais, os órgãos de classe, os sindicatos etc, quer sejam patronais ou dos trabalhadores. Tudo isso vai permitir, conseqüentemente, o desenvolvimento da região.

Antes de encerrar e para não cometer injustiças, devo mencionar o papel do Celso Furtado.

Conheci-o quando era estudante universitário. Era líder estudantil, fui Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal e tive a oportunidade de com ele conversar algumas vezes. Certamente, foi o grande cérebro, quer no campo da concepção, quer no campo da execução das políticas para o Nordeste. Ele havia vindo da Cepal, Comissão Econômica para a América Latina, de enorme reputação. É uma instituição da qual fizeram parte também Fernando Henrique Cardoso; o ex-Presidente do BID, Enrique Iglesias; Raul Prebisch, da Argentina; e tantas figuras notáveis.

Devo dizer que Celso fez um trabalho excelente. Também, é bom lembrar, contou com o apoio total de Juscelino Kubitschek, a ponto de o Presidente da República haver conferido a Celso Furtado o **status** de Ministro de Estado. E, nessa condição, ele despachava periodicamente com o Presidente, o que é muito importante, porque o executor de uma política para uma região tão vasta como a nordestina precisa obviamente estar sempre recebendo o apoio e até o estímulo do Presidente da República.

Portanto, a Sudene pôde, a partir daí, fazer enlaces, inclusive com instituições estrangeiras, com bancos, como o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento; o Bird, o chamado Banco Mundial etc.

Acho importante agora que corramos contra o tempo e busquemos aprovar rapidamente esse projeto de lei que recria a Sudene. O Senado, como Casa Revisora, já apreciou a matéria, enriquecendo-a com um substitutivo, como falei. Agora cabe terminativamente à Câmara se manifestar sobre esse substitutivo. Espero que o faça de forma diligente, mas também preservando os pontos essenciais do substitutivo aprovado pelo Senado.

São essas, Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as considerações que eu gostaria de fazer sobre a importância da Sudene para que tenhamos condições de progresso na região e, assim, criar os pré-requisitos não somente para que construamos uma Nação desenvolvida e sobretudo justa, porque o grande fim de uma sociedade democrática é, ao lado da liberdade, assegurar a igualdade de oportunidades.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador João Batista Motta.

V. Ex<sup>a</sup> terá até vinte minutos para fazer o seu pronunciamento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de abordar o tema de hoje, eu queria dizer que, com alegria, vejo chegar o dia de amanhã, quando será encerrado, na Comissão de Ética, esse processo que venho sofrendo e que não desejo a nenhum Colega.

Isso pode acontecer com qualquer um. A qualquer hora, qualquer pessoa irresponsável, como é o caso dessas pessoas, pode fazer uma acusação, como ocorreu comigo. Creio que ele sabia que o assessor tal estava fazendo isso ou aquilo. E esse simples fato fez com que eu recebesse acusações sempre difusas. Sempre me colocaram na mídia como suspeito, como acusado. Não se entrava no mérito. Eu não respondia, e aparecia um outro mais ousado que, querendo um espaço maior, chegava a dizer até que genro meu estava envolvido, quando não tenho genro. Tenho três filhos homens.

A verdade é que não desejo isso a nenhum Colega.

Temos vivido hoje sob um regime de império. O Relator da CPI disse: “Não encontrei nada, mas a pressão é enorme”. E verificamos que isso se repete. Eu só queria que um dia saíssemos debaixo dessa ditadura e que os Senadores votassem com muita convicção, com a sua consciência, o que espero, inclusive, que aconteça amanhã, para encerrarmos esse triste episódio que tanto sofrimento já causou a mim, aos meus familiares e aos meus amigos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há pouco mais de três anos, mais precisamente em outubro de 2003, o Governo Federal lançava o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego de Jovens, PNPE, com o objetivo de inserir no mercado de trabalho jovens de 16 a 24 anos de pouca escolaridade e oriundos de famílias de baixa renda.

As razões que fundamentaram o lançamento desse programa eram bastante conhecidas: as dificuldades de conseguir um primeiro emprego diante da inexperience e da falta de qualificação profissional; a necessidade de os jovens auferirem uma renda regular, em função do seu trabalho, para ajudar a custear as despesas familiares ou seus próprios estudos; a importância de se manterem ocupados em atividades produtivas, reduzindo, assim, sua vulnerabilidade ao apelo das drogas, à convivência com bandidos e à exclusão social, entre outras.

Registre-se que, segundo informações do Ministério do Trabalho, 1,4 milhão de jovens foram atendidos em alguma das oito modalidades de programas em funcionamento, e 841 mil deles foram encaminhados para algum emprego – o que não significa, como reconhecem as autoridades do setor, que esses jovens foram efetivamente inseridos no mercado formal de trabalho.

O Ministério do Trabalho destaca, entre outras ações relacionadas com o PNPE, a capacitação de 219 mil jovens entre 16 e 24 anos e a incorporação ao mercado de 18.900 rapazes e moças, graças aos Consórcios Nacionais da Juventude, celebrados com entidades não governamentais e movimentos comunitários.

Minha intenção, ao fazer este singelo pronunciamento, é chamar a atenção das autoridades para a necessidade de persistirem no incentivo ao emprego de milhões de brasileiros nessa faixa etária. É reivindicar uma ação mais efetiva de nossas autoridades, lembrando que qualquer iniciativa que vise gerar emprego para os jovens será insuficiente se não for acompanhada de um crescimento econômico consistente e contínuo. É, também, apelar para que a colocação desses jovens no mercado de trabalho seja assumida também por outros órgãos da vida pública e entidades da iniciativa privada.

Particularmente, gostaria de destacar a importância de os Municípios brasileiros se unirem aos esforços do Governo Federal e de entes diversos que tenham por objetivo a inserção profissional de nossa juventude.

A situação dos jovens brasileiros, em relação ao emprego, é absolutamente preocupante, Sr. Presidente. Pesquisas do IPEA demonstram que a taxa de de-

semprego total entre os jovens é duas vezes maior do que a encontrada entre a população adulta. Em 2004, o desemprego juvenil era de 18%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, enquanto o índice de desemprego total ficou em 9%. Portanto, o dobro.

O desemprego medido nas seis principais regiões metropolitanas apresentou resultados similares. A dificuldade de acesso dos jovens ao mercado de trabalho é exacerbada pelas limitações do mercado e pelas exigências de escolaridade mais elevada, características da sociedade contemporânea, competitiva e globalizada.

Nesse cenário, até mesmo a população empregada vive em permanente tensão, dada a necessidade de permanente atualização com os novos procedimentos e as novas tecnologias. Esse aspecto é enfatizado pela Diretora do Departamento de Políticas do Trabalho e Emprego, Gladys Andrade, em artigo publicado pelo IPEA no ano passado. No que concerne aos jovens, ela argumenta:

(...) é preciso considerar que aqueles que ingressaram no mundo produtivo ainda crianças, trocando os bancos escolares por um trabalho de características precárias, pouco aproveitam a experiência acumulada, pois as mudanças técnicas vão eliminando parte dessas tarefas.

Isso nós sentimos todos os dias, Sr. Presidente. Cada vez que surge um telefone celular novo, muda tudo; a cada computador novo, muda tudo. Às vezes, eu até me pergunto se a nossa geração não foi prejudicada, porque, naquela época, não se podia mexer em botão. Ouvíamos: “Não mexa no botão; não toque nisso”. A geração atual até vive manipulando todos esses equipamentos, mas isso ainda é insuficiente, porque a velocidade de modificação é muito rápida.

Como esse indivíduo não completou o ensino médio (acrescenta), a tendência é de que se mantenha através de trabalhos mal remunerados, de forma que se estabelece um ciclo de perpetuação da pobreza, para eles e suas famílias.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é esse ciclo perverso que precisamos romper.

Ontem, eu viajava para cá, e, ao meu lado, estava um cidadão que faz as vezes de Polícia de Fronteira em Portugal. Ele falava da enxurrada de jovens brasileiros que estão aportando em Portugal como turistas e ficando de vez naquele País. Ele me dizia que a preferência é sempre pelas áreas de praia, em razão do clima, entre outras coisas. Mas, para um país pequeno,

de 9 milhões de habitantes, nossa migração é muito grande. Isso está gerando problemas àquele país, razão por que, hoje, está havendo um encontro entre o Ministro português, a Polícia de Fronteira de Portugal e os congêneres no Brasil, na busca de soluções para o problema, que tem se avolumado enormemente.

Isso mostra exatamente o reflexo desse pouco emprego. As pessoas saem para ser empregados domésticos, para exercer qualquer pequeno trabalho em um país que tem a mesma língua porque não encontram, em sua pátria, os empregos necessários.

O impacto do desemprego e do emprego precário, obviamente, é mais preocupante nas regiões carentes, principalmente nos Estados periféricos, como é o caso dos Estados do Norte e do Nordeste.

Levantamento feito pela PNAD/IBGE, referente ao ano de 2001, mostrou que o Nordeste concentra nada menos que 49% dos jovens entre 16 e 24 anos desocupados ou precariamente ocupados, considerados, aí, aqueles que pertencem a famílias com renda **per capita** inferior a meio salário mínimo e com o ensino médio incompleto.

O levantamento constatou a existência, no meu Estado da Paraíba, de cerca de 96 mil jovens nessa situação de grande penúria.

Outro dado importante, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que realça a necessidade de uma ação urgente e eficaz para melhorar a qualidade de vida desse segmento – que já começa se desiludindo com o mercado, degradingando-se e tomando outros desvios –, é que grande percentual, 80%, refere-se principalmente ao número de favelados.

Cerca de 203 mil paraibanos moram em favelas, e 70% deles se concentram nas 43 maiores cidades, que têm população acima de 30 mil habitantes.

Na capital, João Pessoa, cerca de 66 mil pessoas sobrevivem em situação de absoluta miséria, em casas de taipa ou em barracos de madeira e plástico, sem acesso à água potável, esgotamento sanitário e outros equipamentos urbanos.

Além da capital, o número de favelados é crítico também nos Municípios de Campina Grande, Bayeux e Santa Rita. O empenho das municipalidades para tentar reverter essa situação é imprescindível.

As autoridades e os representantes políticos locais, que conhecem mais detalhadamente os problemas de cada comunidade, devem procurar agir em conjunto com os dirigentes federais e estaduais para dar maior eficácia aos programas de promoção social.

Um exemplo do que pode ser feito, ainda no âmbito do PNPE e com a participação de ONGs, é a formação de consórcios, modalidade que apresentou

bons resultados no Rio de Janeiro e em Fortaleza, e que na Paraíba, iniciada só no ano passado, já permitiu a qualificação de 631 jovens.

Outra modalidade é o Programa Juventude Cidadã, pelo qual o Ministério do Trabalho e Emprego repassa as verbas para os próprios Municípios promoverem a qualificação dos jovens.

O projeto piloto desse programa foi desenvolvido na Bahia, no ano passado, e bons resultados, desde então, foram obtidos também no Rio de Janeiro e no Município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

O Programa Juventude Cidadã tem como meta qualificar, ainda este ano, 62 mil jovens em 66 Municípios brasileiros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao destacar a necessidade de maior empenho de nossas autoridades no combate ao desemprego juvenil, faço um apelo para que Estados e Municípios abracem também essa causa, num esforço conjunto do qual devem participar ainda as organizações não-governamentais e as entidades comunitárias em geral.

Com o empenho de todos e com a atividade econômica em níveis mais elevados, como é a minha expectativa, tenho a certeza de que boa parcela dos jovens brasileiros vai se inserir no mercado de trabalho, aliviando o sofrimento de suas famílias e as carências de suas comunidades.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, por permuta, com o Senador Rodolpho Tourinho.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero falar um pouco hoje sobre a peça orçamentária. Mas primeiro, Sr. Presidente, em vez de falar do orçamento, quero dizer que estou assistindo muito a um debate informal, nada oficial, da reforma da Previdência.

Sinto que cresce a tese de estender para o Regime Geral da Previdência Social o mesmo tipo de sistema que é adotado para o servidor público. Lembro aos que navegam nessa área que, se quiserem discutir idade mínima para o Regime Geral da Previdência Social, não esqueçam também que o servidor tem a idade mínima, mas se aposenta com salário integral. Então, vamos discutir aposentadoria integral para os trabalhadores do Regime Geral da Previdência Social. Não se esqueçam de que, para as reformas feitas

nessa área, houve regra de transição. Haverá também regra de transição. E não se esqueçam de que o fator previdenciário alcança o trabalhador do Regime Geral da Previdência Social e que já aprovamos aqui no Senado e em todas as Comissões o fim do fator previdenciário. Mas, sobre esse tema, entendo, e pelas movimentações, que não são do Governo, que está sendo questionado, mas vindas de setores da sociedade, vamos fazer o bom debate, qualificado, equilibrado, para que, mais uma vez, o assalariado brasileiro não seja o grande prejudicado. Penso que é consenso que se deve acabar com o fator previdenciário.

Defendo o princípio da aposentadoria universal, igual para todos, com a devida regra de transição, para que, com isso, se diminua o prejuízo para aqueles que, durante a sua vida contribuíram para o regime geral da Previdência e que, de um momento para o outro, podem ficar engessados pela aposentadoria vinculada à idade, já que o tal fator previdenciário trabalha com a expectativa de vida.

Então, vamos refletir muito, tenho certeza, Senador Papaléo Paes, Senador Heráclito Fortes, Senador Cristovam Buarque, sempre Senador Eurípedes, sobre esse tema que é delicado. Entendo que quem está no sistema deveria ter o princípio do direito adquirido.

Qualquer reforma deveria vir para melhorar, e estou trabalhando com direito adquirido para quem ganha no máximo até 10 salários mínimos. Eu sempre digo que ninguém ganha mais de dez, mas, no máximo, entre seis ou sete salários mínimos.

Quero também dizer, Sr. Presidente, embora não seja esse o tema do meu pronunciamento no dia de hoje, que existe hoje um debate na sociedade sobre o reajuste dos Parlamentares. Preocupa-me bastante quando Ministros do Supremo Tribunal Federal falam hoje que têm de receber 24 mais 12. Isso é uma afronta para nós, que estamos debatendo um salário mínimo de R\$400,00. É um debate que não vem somar nada, apenas cria um constrangimento enorme para todos Senadores e Deputados, e o momento é inadequado.

Sou contra essa posição. Não a advogo. Todos sabem que não é do meu estilo ficar aqui falando de forma demagógica, porque entendo que Senadores e Deputados têm de receber um salário adequado para não dependerem de trabalhos externos. Mas não é possível ver a iniciativa, vinda do Supremo Tribunal Federal, de que alguns juízes passarão a receber mais de R\$30 mil mensais, e, é claro, isso causará um efeito em cadeia em todo o País. Para mim, esse debate tem de ser encerrado o mais rápido possível e essa proposta não deveria ser aprovada.

Sr. Presidente, falarei um pouco da peça orçamentária.

Agradeço ao Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação, e ao Senador Cristovam Buarque, que está aqui e é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que me delegaram o papel de Relator, nas duas Comissões, de um tema, para mim tão importante que é exatamente direitos humanos e políticas na área de educação.

Recebi, Sr. Presidente, 104 emendas na Comissão de Educação e 37 emendas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Procurei atender, naturalmente, o maior número possível de Parlamentares.

Farei um resumo do que está no relatório das duas Comissões, com o aval dos dois Presidentes, que foi, por unanimidade, aprovado tanto na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa quanto na Comissão de Educação.

Na Comissão de Educação, aprovamos o apoio à reestruturação da rede física pública de educação infantil. Inúmeros Senadores apresentaram emendas nessa área e chegamos a uma cifra de mais ou menos R\$1 bilhão. Depois, fomos para o ensino técnico profissionalizante, para o qual também inúmeros Senadores apresentaram propostas que fortalecem o Fundep, projeto de nossa autoria. Se o Fundep fosse aprovado, iríamos investir de imediato algo em torno de R\$6 bilhões no ensino técnico profissional. Na Comissão, aprovamos R\$1,2 bilhão. Para bibliotecas públicas, R\$200 milhões; pesquisa e desenvolvimento, R\$200 milhões; implantação e modernização do esporte, área tão importante, pois, além de repetirmos aqui que o esporte é saúde, também afasta os nossos jovens das drogas e da violência, R\$400 milhões. Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – capitaneada, dirigida e liderada pelo Senador Cristovam Buarque – aprovamos uma emenda, fruto de proposta de uma dúzia de Senadores, para investimento na promoção da igualdade racial. Acabamos somando as emendas de todos os Senadores e aprovando, para a igualdade racial, o combate ao racismo e ao preconceito, R\$600 milhões.

Aprovamos também, naquela Comissão, R\$200 milhões, para combater o preconceito contra a livre orientação sexual; R\$250 milhões para combater a violência contra as mulheres; R\$ 500 milhões, para a concessão de bolsas a crianças e adolescentes em situação de trabalho; e, na prevenção ao enfrentamento, ou seja, no combate à violência contra a pessoa idosa, R\$300 milhões.

Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> que chegou neste momento, registro que isso está aqui, por escrito. Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e ao Senador Leomar Quintanilha por terem acatado uma emenda de minha autoria, que vai ao encontro de uma luta sua, eu pelo fortalecimento e conservação das bacias hidrográficas.

O Senador Heráclito Fortes também apresentou emenda nesse sentido. Assim, nós conseguimos aprovar lá R\$300 milhões, dos quais, por iniciativa do Meio Ambiente e de prefeitos da região do Vale dos Sinos, R\$200 milhões seriam destinados à recuperação do rio dos Sinos. Apresentei emendas em duas Comissões: na de Infra-Estrutura e na de Meio Ambiente; e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. V. Ex<sup>a</sup> assinou a emenda. Devemos pensar sobre a matéria, aprofundar o debate e buscar a recuperação dos nossos rios e, conseqüentemente, da nossa água, que significa vida.

Sr. Presidente, em nosso entendimento, a aprovação desses recursos deve-se à grandeza e à solidariedade de todos os Senadores e Senadoras.

Estou muito feliz por ter feito esse encaminhamento, por ter relatado nessas duas Comissões propostas de Senadores e Senadoras. Já conversei com o Senador Valdir Raupp, Relator-Geral do Orçamento, e S. Ex<sup>a</sup> disse-me que fará o possível para acatar o resultado das emendas das Comissões. Eu, particularmente, sou contra emendas individuais; sou a favor de emendas de Comissões, como essas emendas de caráter nacional, em defesa do meio ambiente, que trarão benefício para todo o povo brasileiro e especialmente para a região do rio dos Sinos, de que eu falava tanto.

Senador Valdir Raupp, acabei de falar no nome de V. Ex<sup>a</sup> e vou falar de novo. Fiquei muito contente, pois V. Ex<sup>a</sup> foi convidado para fazer uma palestra na Fiergs, no Rio Grande do Sul, no próximo dia 4. Liguei para V. Ex<sup>a</sup> para perguntar se V. Ex<sup>a</sup> poderia receber uma delegação de trabalhadores que queriam entregar-lhe outro documento além daquele relativo ao meio ambiente, voltado para essa questão do rio dos Sinos, que está totalmente poluído. A emenda que apresentamos, e o Senador Sibá Machado assinou, gira em torno de 200 bilhões. Eu dizia que V. Ex<sup>a</sup>, claro, não pode, de antemão, dizer que vai acatar emendas dessa ou daquela Comissão, mas V. Ex<sup>a</sup> vai ouvir todos os setores para ver o que é possível fazer. Eu sei que V. Ex<sup>a</sup>, com muita elegância e diplomacia, está fazendo a mesma coisa no debate do salário mínimo. Está ouvindo todos, para depois acatar aquilo que entender possível. Sei que V. Ex<sup>a</sup> vai tentar acolher essas emendas porque conheço a história de V. Ex<sup>a</sup>.

De pronto, já estou lhe agradecendo em nome dos trabalhadores gaúchos, dos prefeitos da região do

vale dos Sinos, de todos aqueles que trabalham em defesa do meio ambiente, que vão falar com V. Ex<sup>a</sup> sobre o drama do vale dos Sinos, onde milhões de peixes estão morrendo devido à poluição daquele rio.

Ao encerrar meu pronunciamento, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a forma com que está administrando os trabalhos da Comissão, debatendo o Orçamento com toda a sociedade brasileira.

Sr. Presidente...

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sibá Machado. É com alegria que ouço V. Ex<sup>a</sup>, que, na Comissão de Meio Ambiente, foi signatário dessa emenda. Tenho a alegria de dizer que há muito entusiasmo lá no Rio Grande do Sul por causa dessa emenda. Sabemos que não é fácil acatá-la na íntegra, mas que ela seja acatada pelo menos parcialmente para que possamos investir mais na recuperação dos nossos rios. V. Ex<sup>a</sup> foi parceiro de primeira hora nesse debate.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Quero transferir todas as palavras de V. Ex<sup>a</sup> para os membros da Comissão, que entenderam de pronto as nossas preocupações. Eu, pessoalmente, não conheço o rio dos Sinos, mas vi na televisão o que lá aconteceu. Realmente, é uma coisa que chama a atenção de todos e eu não podia deixar de tomar aquela atitude. Não podíamos dizer no corpo da emenda que os recursos fossem específicos para o rio dos Sinos, porque é uma emenda de caráter nacional, mas, sim, acatar a idéia dela dentro de uma emenda que já previa a recuperação de bacia hidrográficas. Portanto, o rio dos Sinos estará contemplado dentro da emenda. Fazemos aqui votos, para que, de imediato, consigamos a transferência dos recursos, a fim de que a vida volte, na sua plenitude àquele rio do Rio Grande do Sul. Parabênz V. Ex<sup>a</sup> pelo esforço feito, que realmente chama a atenção de todo o País.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, porque tem uma visão nacional do meio ambiente, assim como a Ministra Marina Silva, também do seu Estado. Por isso, quando o procurei, V. Ex<sup>a</sup>, de pronto disse que não havia problema algum. Juntos, fomos falar com o Senador Leomar Quintanilha e pedir a S. Ex<sup>a</sup> que acatasse aquela emenda e outras que iam na mesma linha. Ficou constando no relatório final que a intenção é a de que seja contemplado também o rio dos Sinos.

Então, Sr. Presidente, vou encerrar a minha fala sobre essa questão tão importante, citando uma frase de Jacques Cousteau: “É preciso que os homens e mulheres que decidem sobre o amanhã avaliem o impacto no futuro”.

A preservação do meio ambiente – todos sabemos – tem um impacto enorme não só no futuro dos rios, mas também de todo o ecossistema – das florestas, dos mares, dos oceanos, dos rios, dos lagos, enfim, da terra na sua pujança, de tudo aquilo diz respeito ao meio ambiente, que alguém traduziu como a “Mãe Natureza”.

Eu disse, desta tribuna, e repito, que quando o homem perceber que não come dinheiro, ele vai entender o quanto é importante o investimento no meio ambiente, pois é graças à terra, à água e ao ar que a vida pode continuar se multiplicando de geração em geração, defendendo o que nos é mais sagrado, especificamente, a água.

Todos sabemos o quanto é importante para o mundo o potencial de água que possui o nosso País. A água, alguém já disse, em futuro próximo, será mais valorizada que o petróleo. Por isso, mais que nunca, é importante que tomemos medidas como essa. O Senador Sibá Machado colaborou muito. Sei que o Senador Valdir Raupp também dará a sua colaboração. Sr. Presidente Papaléo Paes, sei que V. Ex<sup>a</sup> tem compromisso com essa área do meio ambiente.

Eu poderia lembrar de muitos homens e mulheres que deram a sua vida, como Chico Mendes e Margarida. Ambos foram assassinados na luta em defesa do meio ambiente. Lembro-me da Irmã Dorothy, recentemente assassinada em defesa das florestas, dos rios e dos povos indígenas.

Fiquei muito contente, na última audiência pública que realizamos, quando caciques de nove Estados nos procuraram na Comissão de Direitos Humanos. Junto com o Senador Cristovam Buarque, aprovamos a realização, ainda este ano, de uma audiência pública para discutir a situação dos povos indígenas.

Sr. Presidente, o fato que mais me marcou foi o de que os oito caciques que dialogaram conosco falaram muito do meio ambiente. Claro que falaram da saúde, claro que falaram da vida deles; claro que falaram das crianças; claro que falaram dos seus idosos; claro que falaram dos jovens guerreiros, mas pautaram sua atuação – e esse debate terá como eixo essa audiência pública – na defesa do meio ambiente.

Essa é uma preocupação enorme que os povos indígenas têm trazido para nós, não como denúncias mas como alerta, ao falar da forma como os homens estão destruindo o meio ambiente e, assim, a vida.

Essa preocupação com o rio dos Sinos formou um cinturão de solidariedade em toda Capital a gaúcha – Canoas, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia, Sapiranga, Igrejinha, Gravataí e Cachoeirinha, porque essas áreas são abastecidas pelo rio dos Sinos. Notamos que as crianças e os adultos, todos, estão se somando

nessa jornada a fim de sensibilizar os governantes do nosso País e os empresários para que não contribuam na poluição do rio dos Sinos, mas, pelo contrário, invistam na recuperação desse rio, que é tão querido por todos nós.

Outro dia eu disse aqui – e aproveitarei o momento para repetir – que esse foi o rio em que pesquei. Almocei aquele peixe assado na beira do rio; namorei e acampeei na beira daquele rio; tomei água daquele rio quando ele não era poluído.

É triste vermos hoje o rio morrendo, os peixes pedindo socorro, enfim, a população da beira do rio em uma situação quase de desespero. Embora se tenha conseguido o seguro-desemprego por mais alguns meses, não é isso o que eles querem. Eles querem voltar a pescar; eles querem voltar a tomar a água do rio; eles querem voltar a viver com o rio. E isso, Sr. Presidente, só se fará se conseguirmos, de fato, um investimento grande do rio dos Sinos.

Sei que a realidade não é especificamente desse rio. Acredito que 80% dos rios deste País estão precisando de um olhar carinhoso, solidário, de investimento e de recuperação das águas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer ao Presidente da Comissão de Educação Senador Wellington Salgado de Oliveira e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Senador Cristovam Buarque pela indicação de meu nome para a relatoria das emendas destas comissões.

Fiquei muito honrado e feliz com a indicação, e apreensivo diante da responsabilidade de refletir a vontade de cada um dos ilustres Senadores e Senadoras membros das Comissões.

Quero também agradecer a todos os Senadores e Senadoras que apresentaram emendas para nossa apreciação e o apoio da consultoria do Senado Federal, aos secretários e funcionários das comissões pela atuação impecável.

Sei que é do conhecimento dos senhores o grande número de emendas apresentadas. Na Comissão de Educação foram apresentadas 104 emendas, e na Comissão de Direitos Humanos 37; porém, cada comissão somente pode propor 5 emendas ao orçamento.

Na Comissão de Educação, procuramos atender a grande maioria dos Senadores, aglutinando as emendas por temas e contemplando as áreas de

Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esportes, áreas que obtiveram o maior número de emendas apresentadas.

Desta forma, foram aprovadas as seguintes emendas:

1. Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil;

Objetiva a construção de creches nos municípios para atender as crianças de zero a seis anos em todo o País.

Valor da emenda: R\$1.000.000.000 (um bilhão de reais).

2. Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional;

Proporcionará a construção de escolas técnicas para a formação profissional dos nossos jovens. Tema que eu tenho defendido inclusive com a apresentação da PEC do FUNDEP, que cria um fundo para a educação profissional.

Valor da emenda: R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

3. Instalação de Bibliotecas Públicas;

A alocação de recursos propiciará dotar os municípios e escolas com uma biblioteca, espaço tão importante para o aprendizado e o saber.

Valor da emenda: R\$200.000.000 (duzentos milhões de reais).

4. Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear;

Visa à aplicação de recursos na pesquisa para o domínio da tecnologia do ciclo combustível nuclear, reforçando a soberania do País nesta área e proporcionará economia de divisas com importação de pastilhas para nossas usinas nucleares.

Valor da emenda: R\$200.000.000 (duzentos milhões de reais).

5. Implantação e Modernização de Infra-estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer;

A alocação de recursos neste programa permitirá o fomento da infra-estrutura esportiva, com o objetivo de colocar à disposição dos nossos jovens e da comunidade espaços para a prática esportiva. “Esporte é Saúde”. Além disto, quero destacar a importância desse programa, pois o esporte afasta os nossos jovens da delinquência e das drogas.

Valor da emenda: R\$400.000.000 (quatrocentos milhões de reais).

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, também procuramos atender a grande maioria dos Senadores, contemplando as áreas de igualdade racial, de combate à homofobia, de apoio às mulheres em situação de violência, na concessão

de bolsa a crianças em situação de trabalho e da violência contra idosos.

Assim, foram aprovadas as seguintes emendas ao orçamento:

1. Apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial;

Com o objetivo de promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerâncias.

Valor da emenda: R\$600.000.000 (seiscentos milhões de reais).

2. Apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia;

A alocação de recursos nesta área garantirá políticas públicas no sentido de inibir a violência e a discriminação de pessoas por conta de sua orientação sexual.

Valor da emenda: R\$200.000.000 (duzentos milhões de reais).

3. Serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.

Com esta emenda pretendemos fomentar ações que promovam a independência econômica das mulheres incluindo o emprego e a erradicação da persistente e crescente pobreza que recai sobre as mulheres, criando oportunidades de sua colocação no mercado de trabalho.

Valor da emenda: R\$250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

4. Concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho;

É inaceitável que ainda tenhamos crianças brasileiras que perdem sua infância trabalhando em situações desumanas. A presente emenda visa alocar recursos para excluirmos da nossa sociedade esta dura e triste realidade.

Valor da emenda: R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais).

5. Apoio à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

A violência contra o idoso é uma realidade presente em todas as estatísticas. Estes recursos irão contribuir para o desenvolvimento de ações integradas de enfrentamento a violência e deverão servir à estruturação da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Valor da emenda: R\$300.000.000 (trezentos milhões de reais).

Quero deixar registrado também o meu agradecimento ao Senador Sibá Machado, que apresentou na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a meu pedido, uma emenda

para a conservação da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos, e ao Senador Leomar Quintanilha, relator da Comissão, que aprovou o valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) para Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas, ao qual está contemplada a nossa sugestão.

Na nossa visão, todos os recursos aprovados ao orçamento deverão cumprir com a sua função social, priorizando o corte das diferenças em todos os projetos e ações executadas.

A propósito, comunico que já apresentei projeto neste sentido.

Desde já me coloco à disposição para dialogar junto aos órgãos executores para que este seja o critério prioritário para a liberação dos recursos.

Quero ainda registrar meu reconhecimento ao trabalho do Senador Valdir Raupp, como relator geral do orçamento, e solicitar seu apoio no acatamento das emendas aprovadas por estas Comissões.

Sei das dificuldades de acomodá-las na peça orçamentária, mas acredito que a importância das ações escolhidas merecem, pelo menos, a priorização, mesmo que sejam contempladas em parte.

Registro que o Senador Valdir Raupp se prontificou a estar no Rio Grande do Sul, no dia 4 de dezembro, momento em que receberá uma delegação de empresários na FIERGS que apresentarão sua visão sobre o orçamento.

Neste mesmo dia, receberá uma delegação de prefeitos do Vale do Rio dos Sinos que demonstrará a necessidade de alocação de recursos para a recuperação da bacia hidrográfica.

Incluirá em sua agenda, ainda, audiência com representantes dos sindicatos dos trabalhadores gaúchos que tratarão sobre o reajuste do salário mínimo.

Por fim, quero encerrar dizendo que tenho uma visão diferente sobre o orçamento, já explicitada em outros momentos.

Defendemos a extinção das emendas individuais e de bancada, e a sua substituição por uma forma de participação direta dos municípios e estados na destinação dos recursos que beneficiarão a população.

Entendemos que devem ser valorizadas as emendas de Comissão pelo seu caráter nacional.

Tenho certeza que caminharemos neste sentido em um breve espaço de tempo, pois é nos estados e nos municípios que as prioridades da comunidade acabam sendo destacadas.

Acredito que, ao adotarmos estes procedimentos, estaremos dando um grande salto de qualidade na aplicação e distribuição dos recursos públicos.

Para encerrar, quero citar uma frase de Jacques Costeau: “Os que decidem sobre o amanhã devem avaliar o impacto no futuro.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar pela Liderança do PRB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Em seguida ao Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra pela Liderança do PRB, atendendo ao Regimento Interno da Casa.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho aqui, hoje, falar em meu nome e não em nome do meu Partido, depois de conversar com o nosso Presidente, Carlos Lupi, para dar a minha opinião, na discussão que está na imprensa, sobre a possibilidade de ampliar a base de apoio ao Governo Lula com a entrada também do PDT.

Eu venho manifestar minha opinião de público e não apenas internamente, porque acho importante que a opinião pública saiba dessa posição e que os militantes do PDT participem desse debate. Essa não pode ser uma decisão, Senador Heráclito Fortes, tomada apenas por nós que fazemos parte daquilo que se poderia chamar de a cúpula do Partido. É preciso que a militância entenda e participe.

Eu sou contra essa participação, Senador Paim, e vou dar algumas razões. A primeira delas é que este não é um Governo que está começando. É um Governo que já tem quatro anos, que já deu alguns recados que não podemos esquecer; que já deu um recado, por exemplo, ao ignorar a figura de Leonel Brizola, que fez campanha, apoiou, ajudou a eleger o Lula no seu primeiro mandato e, depois, foi ignorado, relegado, desprezado, tratado mal, desrespeitado até quando o Presidente chamava Ministros por fora da máquina do Partido que o apoiava. Não era uma tentativa de cooptar algum Parlamentar ou algum Líder; era uma tentativa de trazer o Partido, Senador Marcelo Crivella, por meio de um convite pessoal.

Nesses quatro anos, vimos que o Governo Lula não cumpriu com imensa parte dos compromissos assumidos na campanha. Muitos! No que se refere à educação, posso fazer uma longa lista desses compromissos. Também não cumpriu promessas feitas, que não estavam nos compromissos assumidos.

Então, como entrar no Governo depois de quatro anos em que vimos o comportamento dele, de desrespeito ao PDT, à grande figura nossa que era o Leonel Brizola e, ao mesmo tempo, de descumprimento de programas oferecidos à opinião pública? Essa é uma razão.

O Governo, na verdade, com todo o respeito, começa velho, começa sem grandes inspirações, sem projetos novos que digamos: agora, sim, justifica entrar, Senador Heráclito. Qual? Qual o projeto novo que nos diga: agora justifica entrar? É outro Governo, não é aquele. Vamos entrar e ajudar. Não tem esta: outro. E, mais grave, falseando algumas coisas pode parecer um outro Governo e eu cito aqui aquilo que todos defendem, mas que não podemos enganar a opinião pública: o Fundeb, Senador Papaléo.

Está-se passando duas idéias falsas. A primeira é que vai resolver a questão da educação. Não vai. Nem de longe esse Fundeb vai ajudar ao menos resolver. O Fundeb é a mesma coisa do Fundef, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, apenas acrescentando agora o ensino médio e a pré-escola. Mas o impacto vai ser o mesmo, Senador Sibá. Sabemos que, nesses dez anos do Fundef, o impacto foi muito pequeno.

Pergunta-se se devemos apoiar. Claro que devemos. É um passozinho adiante. Então, temos de apoiar. Agora, sem mentira, sem dizer que é um salto grande, sem dizer que vai mudar a realidade. Pior sem ele, mas não é muito melhor com ele.

O problema da educação não é só dinheiro, é intervenção no processo educacional, que é municipal, para criar um sistema único, nacional de educação nas 165 mil escolas do Brasil. Isso não está sendo previsto, isso não está sendo tocado. Fala-se apenas de dinheiro e é muito pouquinho.

Precisamos pelo menos de R\$7 bilhões agora para começar a dar o salto, até chegarmos a R\$20 bilhões a mais em educação. Está-se falando em dois, mas com uma mentira, Senador Papaléo. Diz-se que é quatro. Quatro vai ser em 2009 ou 2010, agora não. Agora, no Orçamento está escrito R\$2 bilhões, mas na verdade só é R\$1,2 bilhão. Sabe por quê? Porque lá no Orçamento aparecem R\$2 bilhões para o Fundef, mas R\$800 milhões são tirados da própria educação. Reduziram-se à metade os recursos para a educação de jovens e adultos, Senador. Metade! Vão cair, em 2007, à metade os recursos para a educação de jovens e de

adultos, em que estão incluídos também o esforço para alfabetização, Senador Crivella. Isso foi para o Fundeb. Reduziram-se também R\$500 milhões em relação ao que está sendo gasto este ano na chamada rubrica Ensino Fundamental. É verdade, estava previsto 1,5 bilhão e foram gastos R\$2 bilhões, mas agora não se vai aumentar, gastaram-se R\$2 bilhões. Foram tirados R\$500 milhões e jogados para o Fundeb, porque a publicidade ficará visível que tem R\$2 bilhões para esse novo Fundo em vez de ter apenas R\$1,2 bilhão. Então, estão manipulando e vamos entrar? Vamos torcer para que o Governo Lula dê certo, mas entrar?

Vejo um Governo sem inspiração. Gostaria até de fazer um debate aqui para ver quais são os projetos inspiradores que nos digam que este é um novo Governo, em qualquer área, mas especialmente nesta que tanto defendemos, que é a questão da educação. Mas especialmente nessa que nós tanto defendemos, que é a questão da educação.

Eu tenho outra razão, Senador Roberto Cavalcanti: se todos entram no Governo, quem é que vai carregar a esperança da novidade, a esperança do novo, Senador Crivella? Quem? Só o P-SOL? Vamos deixar só para o P-SOL a responsabilidade de trazer o discurso de uma revolução, de uma mudança, de uma utopia neste País? Se todos entrarem, quem vai defender propostas novas que possam atrair os jovens, inclusive, eu não tenho dúvida, dezenas de milhares de jovens que hoje ainda estão no PT e que vão despertar em algum momento? Vão despertar os sonhos que sempre tiveram, ou seja, que é possível um Brasil diferente e não apenas pequenos avanços no Brasil igual que temos aí.

Quando eu defendi Bolsa Escola dentro do PT, eu me lembro da reação de todos contra, especialmente daqueles que se consideravam a esquerda do partido. Hoje a única coisa que eles têm, segundo eu li sobre o encontro que houve nesse fim de semana, a única coisa que eles dizem que é de esquerda é o Bolsa Família e que nada tem a ver com Bolsa Escola, porque bolsa é escola. Agora é só bolsa na família, para a família.

Quem vai carregar a esperança? Vamos todos entrar na mesma nave de um Governo que já tem quatro anos, sem a inspiração de novo, e ninguém carregando a bandeira? Vamos deixá-la apenas para o P-SOL? Não, alguém tem que continuar carregando essa bandeira. Eu creio que um dos partidos que pode carregar essa bandeira é o PDT. Seria um desperdício para o Brasil que a gente submeta a idéia de ajudar, com alguns parlamentares que temos, a ampliar a maioria que o Presidente já tem – e todos sabem – mas para isso sacrificarmos a chance de ter ainda um partido

que carregará uma bandeira, que carregará uma esperança, que não abrirá mão da palavra utopia, que defenderá uma revolução, a doce revolução possível por meio da educação. Carregará o sonho de um Brasil que vai andar em duas pernas: a perna da defesa dos seus recursos naturais e a perna da ampliação do seu recurso intelectual, as pernas do respeito à ecologia e da promoção da educação. Essas são as duas bandeiras do futuro.

No tempo passado, a idéia do socialismo era distribuição da renda pela estatização dos meios de produção. Agora é a distribuição do conhecimento pela revolução educacional. Quem vai carregar essa bandeira do ponto de vista partidário? Do ponto de vista individual muitos vão carregá-la. Mas do ponto de vista de uma estrutura partidária, quem vai carregá-la se todos entrarem no Governo? Não me diga que o Governo vai carregar essa bandeira! Não me diga que o Governo vai atrair os jovens que, ou já estão, ou estarão em pouco tempo, procurando uma alternativa nova para este Brasil, procurando uma bandeira para carregar!

Além disso, quero trazer aqui uma razão a mais. Quem vai garantir a luta pela defesa da democracia no momento em que todos fizerem parte do governo? Onde já se viu a idéia de democracia sem oposição, Senador Dias? Não existe democracia sem oposição. É uma contradição isso.

E se todos estão no governo, a democracia fica onde, Senador Tião? Não é possível. Não existe. Se todos estão de um lado, acabou a democracia. E mais grave: a pior de todas as ditaduras, dos regimes autoritários – não vamos chamar de ditadura – é aquele regime em que as massas apóiam o regime autoritário.

E eu começo a temer, Senador Tião, até por algumas qualidades da generosidade do Governo Lula... Um governo generoso não é um governo transformador, não é um governo revolucionário, mas é um governo que pratica algumas generosidades – e nós não podemos deixar de respeitar, porque generosidade sempre é bom. O Bolsa Família como está é um programa generoso, não é um programa transformador.

Pois, bem. Eu temo que essa generosidade começa a atrair massas para dar um suporte organizadamente, como já li no jornal que vai haver. Eu me assusto quando vejo a organização dos alunos do Pró-Uni. Como uma massa organizadora do jeito do MST, haverá o movimento dos que têm o Pró-Uni. Eu me assusto quando vejo reitores, em bloco, irem ao Palácio do Presidente dar-lhe apoio eleitoral. Universidade tem uma sacralidade. O reitor pode, sim, manifestar o seu voto. Não vejo porque ele não possa manifestar o seu voto. Mas ele ir, como representante da instituição,

em bloco, é muito grave! É tocar na submissão de uma das instituições mais autônomas, mais responsáveis pela crítica e pelo pensamento crítico.

Então, começamos a ver os movimentos sociais dando apoio; começamos a ver as universidades perdendo o espírito crítico; começamos a ver todos os Partidos entrando no Governo. Quem vai fazer o contraponto?

Como é possível termos democracia sem contraponto com o Governo? Não existe. Alguém tem que carregar a idéia do debate, da crítica, da cobrança e até mesmo do apoio nos momentos certos e nas coisas certas.

Por isso eu defendo que o PDT converse com o Presidente sim; Presidente não pode ter um convite recusado. Eu fui um dos principais, senão o principal, a levar o convite ao Lula do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quando Presidente. Meses e meses tentei isso; no final conseguimos, já depois do primeiro turno. Eu acompanhei o Lula para conversar com o então Presidente no Palácio da Alvorada. Sou defensor, sim, dessas conversas, mas sou contra embarcar num Governo que já tem marcha, que durante esses quatro anos desprezou o PDT, desprezou as bandeiras, desprezou a educação de base.

Vim aqui dizer isso.

Passo a palavra ao Senador Tião, que pediu um aparte.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Cristovam, V. Ex<sup>a</sup>, como democrata que é, não poderia ter outra atitude no momento em que o Presidente da República expressa seu interesse em dialogar com a Oposição, com o Congresso Nacional, que deixa clara a sua decisão de tentar fazer um Governo de coalizão, um Governo que possa assegurar reformas estruturais do Estado Brasileiro, um Governo que possa levar adiante um projeto de Nação e, ao mesmo tempo, um Governo que sai de muitas dificuldades vividas recentemente – e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha –, que foram as dificuldades de conviver com uma legislatura pautada, e muito, em práticas herdadas de um fisiologismo que não faz bem a um Estado democrático de direito, a um Estado justo que assegure dignidade e liberdade para as políticas e para a sociedade. V. Ex<sup>a</sup> põe um ponto de desafio. Quer dizer, ao diálogo, sim; à ausência de um comportamento oposicionista para o seu Partido, não. Isso é respeitável. Eu pessoalmente entendo que o papel do Presidente Lula, como dirigente de Governo, é tentar agora assegurar o máximo de tranquilidade e eficiência na coalizão, na busca de apoio para a governabilidade. Esse é o papel dele. Quanto menos estiver vulnerável a pressões fisiológicas, melhor para o País, melhor para a democracia e melhor para os

avanços das reformas de Estado. Então, é impecável, irrepreensível essa conduta de buscar, com humildade e grandeza, dialogar com as Oposições e tentar ampliar a Base de apoio do Governo. No entanto, acho que não podemos, quando fazemos esse debate – e é o único ponto de diferença que tenho com V. Ex<sup>a</sup> –, colocar sempre o Governo como “o-faz-tudo”, colocar o Governo como o responsável por todo o caminho do Estado democrático. Veja V. Ex<sup>a</sup> a dívida do Fundeb. Há poucos dias, chegou aqui um projeto de lei que discute o avanço de tecnologias para as universidades brasileiras por intermédio da inserção da sociedade privada, a qual movimenta 60% do dinheiro do nosso País (40% são constituídos de recursos públicos) e mantemos uma distância disso. Veja a reforma política que estamos vivendo... Por que, Senador Cristovam, o Congresso brasileiro, tendo Partidos de uma fase de democracia plena em que vivemos, não faz a reforma política? Por que depender da Presidência da República? Esse presidencialismo imperial não faz bem ao Brasil; não fará bem a ninguém. Então, acho que V. Ex<sup>a</sup>, na condição de Líder, saindo da eleição com essa credibilidade perante a sociedade brasileira, muito pode contribuir para que esta Casa e a vizinha, a Câmara dos Deputados, tenham responsabilidade e sejam, de fato, autoras ativas do processo de transformação da sociedade. Temos de romper com a submissão e a dependência das ordens do Executivo para a transformação da sociedade. Acho que V. Ex<sup>a</sup> será um grande defensor desse novo momento. E nada mais temos a fazer a não ser respeitar idéias como as de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que o Presidente Lula não pode ser vítima de fisiologismo. Para isso, ele precisa buscar aliados com credibilidade e responsabilidade. O PDT é um grande exemplo disso em toda a sua história. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Tião, em primeiro lugar, quero dizer que, na minha visão, o Presidente está corretíssimo em chamar, mas ele deveria dizer: “Eu quero que V. Ex<sup>as</sup> apoiem essas medidas que vou mandar, e, por favor, fiquem na Oposição. Fiquem na Oposição, porque eu preciso de crítica, eu preciso de gente que me alerte. Não posso ter todo mundo aqui, porque aí eu posso perder o sentido da condução dos negócios de Estado, sentido esse que é orientado pelo alerta, pela crítica”.

Ele precisa trazer a Oposição para conversar, e não para ficar – que é a impressão que está passando – pelo fisiologismo. O que está parecendo é que as negociações são por posições – chamemos assim –, e não por apoiar tal e tal projeto para o Brasil, mas, sim, para ocupar tal e tal cargo. Não vou nem usar a expressão “fisiologismo”, porque ocupar cargos deve

ser algo normal na política para que se execute um projeto. Mas qual projeto? Não se vê a discussão de um projeto. Por exemplo: fazer com que os Fundeb's se transformem de fato num instrumento, aumentando de R\$1,2 bilhão para R\$8 bilhões ou R\$7 bilhões, que é do que precisam agora. Mais do que isso seria desperdício. Cadê? Cadê a idéia de federalização da educação? Ou outra idéia, se não for essa, porque essa pode não ser a melhor. Falta um debate em torno de idéias, e não um debate em prol da cooptação.

Quanto a nós assumirmos o nosso papel, estou de acordo. Nós não estamos cumprindo o nosso papel aqui dentro. Conversei com o Presidente Renan Calheiros e disse a S. Ex<sup>a</sup> que, no processo de escolha do Presidente desta Casa, mais importante do que quem vai para a Mesa, mais importante do que quem vai para a Comissão é a agenda própria do Senado. Por que só trabalhamos em função da agenda que vem de fora? Seja a agenda dos escândalos, seja a agenda das medidas provisórias. Por que não construímos uma agenda própria da reforma política, da reforma tributária, da reforma de que o Brasil precisa? Segmentamos tanto este País que não falamos da reforma de que o Brasil precisa, falamos, corporativamente, de cada uma das reforminhas de que o Brasil precisa. E vai haver dificuldade em casar isso. A reforma política e a reforma tributária, cada uma separada, no fim, não vão casar. Porque, ao se fazer uma reforma da educação, pode faltar dinheiro porque a reforma tributária saiu retirando dinheiro dos Estados. Falta "a" reforma.

Penso que o Presidente deve conversar com os Presidentes dos Partidos. Os Presidentes dos Partidos precisam conversar, mas não precisa ser para entrar, cooptar.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, profere um discurso inteligente, com conteúdo, profundidade, clareza, de forma didática. Imagino que o que V. Ex<sup>a</sup> diz deve orientar a Oposição. O Governo quer cooptar a Oposição a pretexto de garantir governabilidade, como se governabilidade exigisse unanimidade. Governabilidade não é unanimidade. Governabilidade sustentada pelo fisiologismo, pelo adesismo fácil, é uma governabilidade frágil que, certamente, sucumbe diante do primeiro vendaval de dificuldade que possa abater-se sobre o Governo. Sequer inteligente é cooptar a Oposição neutralizando-a. A Oposição tem de ser os olhos críticos do Presidente, a alertá-lo para os eventuais erros.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Infeliz a Nação que não tem uma Oposição afirmativa que investiga, que denuncia, que critica, que aponta desmandos, que contribui para que o Presidente da República estabeleça a governabilidade com transparência e com segurança. Creio que esse é o papel da Oposição que sabe distinguir os erros dos acertos do Governo e que tenha preparo para aplaudir o Governo quando acerta, mas que tenha a ousadia de ser contundente o necessário quando o Governo erra. É exatamente isso que V. Ex<sup>a</sup> propõe.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr. Presidente, gostaria de mais alguns minutos e não apenas alguns segundos.

Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> trouxe um ponto fundamental. O diálogo deveria ser, Senador Sibá Machado, para que haja governabilidade "para que" e não governabilidade "como".

O Presidente não está discutindo conosco, Senador Arthur Virgílio, o "para que" a governabilidade. Ele está discutindo "ter" a governabilidade. Para continuar o mesmo? Para repetir estes últimos quatro anos? Para haver um quadriênio igual ao que passou, não justifica.

Antes de passar a palavra ao Senador Sibá Machado...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Cristovam Buarque, concedo a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos, mas sem direito a apartes, por favor.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Está bem, Sr. Presidente.

Há uma razão que justificaria fazer parte do Governo e que é a mais importante para não participarmos. É o fato de muitos Parlamentares, Prefeitos e dois Governadores nossos dizerem que, sem entrar no Governo, não terão recursos para governar.

Ora, Senador Arthur Virgílio, se, para exercer o cargo de Prefeito, com dinheiro da Nação brasileira, for preciso estar junto do Presidente, esse Presidente não merece que estejamos lá. Essa justificativa, para mim, é o melhor argumento para dizermos que não devemos ir para lá.

Um Governo em que, para uma Prefeitura receber recursos, é preciso ter seu Prefeito e o Partido dele ao lado do Presidente, não merece que estejamos lá. Lamentavelmente, este argumento é mais forte dentro hoje do PDT: se não entrarmos, ficamos de fora dos recursos.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – O Senador Heráclito Fortes, na sexta-feira, lembrou aqui que ouviu um reitor que esteve com o Presidente dizer

que, se não fosse, não teria os recursos de que precisa. O Senador Heráclito Fortes, que estava aqui presente, disse isso na sexta-feira. Isso é muito grave.

Essa razão de ir é a melhor razão para não ir. É ir do ponto de vista da oportunidade, para não chamar de oportunismo. É melhor não ir do ponto de vista político, do ponto de vista ético.

Ouçó o aparte do Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Trinta segundos, Senador. Não vou prorrogar mais o tempo.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente, mas acho importante fazer o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito importante.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, neste final de semana, tivemos uma reunião do Diretório Nacional do PT em que esteve o Presidente Lula. Um dos temas tratados foi exatamente este: como consolidar a coalizão no novo Governo, que Partidos comporão essa coalizão que vai dar governabilidade ao Presidente Lula no seu segundo mandato e o relacionamento do Governo com os Partidos da Oposição.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Acredito fortemente que jamais partirá do Presidente Lula qualquer tentativa de cooptação de qualquer Partido político. Acredito ainda na impossibilidade de os Partidos de Oposição tratarem desta matéria. Existe, por parte do Presidente Lula, empenho para que haja diálogo, a fim de que possamos apontar alguns temas de interesse nacional.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Independentemente do fluxo de divergência com os Partidos que tenhamos de tratar daqui para frente, que possamos dar celeridade a esses pontos. Acredito que a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> é válida, mas, neste momento, esclareço que, a depender do debate feito no Diretório Nacional do PT, este assunto está muito claro de nossa parte. De nossa parte, não partirá jamais qualquer tentativa, até mesmo porque acredito que não haverá a menor possibilidade de sucesso a tentativa de cooptar qualquer pessoa e, principalmente, um Partido da envergadura do PDT, do PSDB, do PFL e de outros que compõem a Oposição ao Governo Lula.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Quero concluir, Sr. Presidente, com um minuto a mais, dizendo que o meu Partido, o PDT, vai tomar sua decisão escutando sua Bancada, seu Diretório. Acredito que o melhor caminho, Senador Arthur Virgílio, é

mantermos a chama de uma alternativa. Para isso é preciso ser Oposição. Se a maioria decidir que deve entrar no Governo, eu não vou, por causa disso, sair do Partido. Mas, por isso, peço àqueles que dentro do Partido defendem a idéia de ir para o Governo, que digam que, se o Partido decidir ficar na Oposição, ele continuarão no PDT.

Gostaria de ouvir essa afirmação dos nossos Governadores, dos nossos Prefeitos e dos nossos Parlamentares.

Digo que não devemos ir; eles dizem que devemos. Então, que digamos à opinião pública que vamos respeitar o que a democracia do Partido decidir.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Aliás, imagino que o Senador Cristovam se colocaria em dissidência na hipótese de o seu Partido aderir ao Governo. Se quiser sair do PDT, se porventura o PDT aderir ao Governo, é bem-vindo ao PSDB para fazer Oposição.

Sr. Presidente, no período eleitoral, fui, com o máximo de tato, àquela tribuna dizer que o Governo tramava tirar da Amazônia a possibilidade da TV digital. E citei um aviso ministerial, que depois foi desmentido pela Ministra Dilma, da Casa Civil, foi desmentido por porta-vozes outros do Governo. Fiquei sem resposta até o momento, mas eu sabia que o aviso era verdadeiro. Eu dizia que é como cachorro: tem cara de cachorro, tem focinho de cachorro, tem cauda de cachorro, late como cachorro, é cachorro. Então, esse aí tem cara de aviso, tem número de aviso, tem densidade de aviso, não era uma peça inventada, era um documento denso, até muito bem feito – com exceção do fato de que prejudica, e muito, a economia do meu Estado –, muito consistente tecnicamente. Então, era verdade, está nos Anais da Casa, a meu pedido.

Desmentiram, e eu sempre disse que a inverdade tem pernas curtas; eu não, minha trisavó dizia que a inverdade tem pernas curtas. Dois dias depois, volto com um recorte da Folha *on line*, de semanas atrás. No dia em que enviou o aviso, o Ministro Furlan disse: “Acabei de enviar, para a Casa Civil, o aviso tratando dos semicondutores da TV digital”. Então, a Casa Civil não podia nunca ter dito que não sabia de algo que sabia.

Muito bem, Sr. Presidente, agora vamos ao mais grave, a Portaria.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 176 – Art. 1º Designar Sandro Meira Ricci, matrícula Siape nº 1377248, Márcia Terezinha Radicchi, matrícula Siape nº 1102721, e Uilton Gutembergue Moreira dos Santos, matrícula Siape nº 1101617, para, sob a presidência do primeiro (ou seja, do Sr. Sandro Meira Ricci), constituírem Comissão de Sindicância, com sede em Brasília, Distrito Federal, incumbida de apurar, no prazo de 30 dias, o responsável pelo fornecimento de cópia do Aviso nº 127/GM-MDIC, datado de 6 de outubro de 2006, ao Senador Arthur Virgílio, conforme relatado em seus discursos dos dias 18 e 19 de outubro de 2006, no plenário do Senado Federal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Luiz Fernando Furlan.**

Ou seja, o aviso ministerial que não existia, que poderia ter sido inventado por mim às vésperas de um pleito, o aviso ministerial que foi desmentido pela Ministra Dilma não só existia – portanto, é real o perigo que ronda a economia do meu Estado –, como também está promovendo certa caça às bruxas no interior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Para começar, eles não sabem sequer se quem me deu o aviso pertence aos quadros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Eles não sabem. Fui Ministro de Estado e não vou dizer quem foi que me deu. Vou agir como um bom jornalista. Não tenho que citar minha fonte.

O fato é que duas coisas estão provadas: primeiro, o Governo faltou com a verdade ao desmentir algo que havia, que era real, que era palpável para não perder votos aqui ou acolá, e eu avisei, daquela tribuna, que isso poderia estar acontecendo; segundo, o caráter inquisitorial. Ou seja, nós temos que saber... Volto a dizer: essa história de “debato aqui, debate no Congresso”, para mim tudo é tolice mesmo. Eu discuto pauta de Brasil com o Presidente da República, com os seus líderes, onde quer que queiram, desde que a pauta seja concreta. E não tenho a menor satisfação a dar a ninguém quanto

ao caráter firme da minha posição de opositorista. Desafio, aliás, alguém dizer que fez mais do eu ao longo desses anos do governo do Presidente Lula! Ninguém fez; esse é um fato.

Muito bem, o que emperra a minha disposição? Eu perceber o caráter autoritário contra a imprensa, eu perceber as tentativas de cercear a imprensa – a cada momento que o Governo pode teorizar, ele teoriza contra a liberdade de imprensa –, e agora a perseguição! Desmentiram – isso é grave – uma verdade por mim colocada da tribuna. E lá vem a inquisição: querem saber agora quem é o bode expiatório, porque o que importa mesmo é saber quem foi que me passou o aviso, esse aviso que foi desmentido, que não existia. Se não existia, como alguém me passou? Então, é o aviso fantasma ou aviso verdadeiro. Era fantasma para quem queria ganhar votos, e verdadeiro porque não faltou com a verdade. Esse aviso está, talvez, levando à punição de alguém, se eles saírem, na perseguição deles, dos quadros do Ministério do Desenvolvimento.

Que fique feito o registro, Sr. Presidente. E faço um alerta ao embevecido povo do meu Estado: eu avisei que é mais suave se cair das nuvens – e quem diz isso é Machado de Assis – do que do 3º andar. Quando caímos das nuvens, pisamos no chão duro da realidade e pronto. Quando alguém cai do 3º andar, arrisca-se a fraturar a coluna, arrisca-se a morrer.

Então, digo ao meu querido povo do Amazonas que tudo o que falei era verdade, tudo para o que alertei era real, tudo o que preveni era absolutamente consistente com a realidade dos fatos. O aviso que não existia existe sim! Aquele que eu li é verdadeiro, e é tão verdadeiro que estão agora querendo saber quem passou esse aviso para as minhas mãos. Está aqui agora uma inquisitorial portaria do Ministro Furlan, louco para punir alguém, louco para achar o bode expiatório. Mas o que está em perigo mesmo é o meu Estado, a partir da ameaça que ronda sobre a sua economia, a partir da ameaça clara sobre o principal pólo do Pólo Industrial de Manaus, que é o pólo eletroeletrônico, responsável por metade dos empregos gerados no Parque de Manaus e responsável por mais de 60% do faturamento, que, este ano, será brilhantemente de US\$22 bilhões.

Quero avisar ao Ministro Furlan, já que estamos falando de aviso ministerial, que eu estarei atento. E se há algo que emperra a perspectiva do diálogo comigo é o caráter ditatorial, porque eu sempre digo: ditadura nem se eu for o ditador; ditadura, para mim, não serve nem se eu for o ditador, muito menos se for o outro; não serve se for eu. Eu recuso. Não aceito se for qualquer outro. Eu rejuvenesceria a ponto de voltar ao combate que me fez lutar contra a ditadura anterior por 21 anos. Não aceito.

Então, aqui está: inquisição, como tenho denunciado seguidas vezes, quando se pensa em cercear, a pretexto de democratizá-la, os caminhos e os limites, que não devem existir, da imprensa brasileira. Imprensa – eu sempre repito a Suprema Corte Americana – não tem de ser justa, tem de ser livre. Se a imprensa publicar algo a meu respeito que não me agrade, eu tenho os caminhos judiciais cabíveis. Eu não sou obrigado a aturar tudo o que a imprensa diz. Eu posso, um dia, resolver não aturar. E aí chamo o advogado e processo no cível, no criminal. Ou seja, o jornalista não é um ser imaculado, um ser acima do bem e do mal, que o que diz vale. Não. Se eu achar que não vale, eu vou à Justiça contra ele. Eu não posso é impedir que ele diga. Ou seja, se ele quiser me difamar, que o faça. Depois, ature os processos que eu vou mover. Agora, eu silenciar o jornalista? Não. Ele diz tudo o que ele quiser dizer a meu respeito. Depois, eu vou agir da maneira que eu achar que convém à defesa da minha honra.

O que prega o Governo é uma outra coisa: é entupir de rádios os sindicatos; televisões para gru-

pinhos, para ONGs – estamos vendo o escândalo das ONGs grassar de maneira grave –, e esse viés autoritário. Falavam tanto em um terceiro turno nosso. Terceiro turno nosso... Se eu tivesse disposição de terceiro turno, eu não teria entrado em um avião com o Presidente para ter com ele o diálogo tão amável que tive. Quem está disputando terceiro turno é o Presidente do PT, Marco Aurélio Garcia, que se acha no direito de, todos os dias, dizer uma coisa dura a respeito da imprensa, porque não se conforma com a liberdade de imprensa.

E aqui nós estamos. Estão querendo pegar um funcionário qualquer e, quem sabe, demiti-lo, imaginando que, com isso, resolveriam o problema. Para mim, o problema não se resolve com a demissão ou com a não demissão do funcionário fulano ou da funcionária beltrana. Para mim, resolve-se isso com o Governo se pronunciando com clareza – e não o fez até hoje – sobre que intenção real tem sobre a TV digital e a fábrica de semicondutores no meu Estado. Estou aqui para isso, e vou cumprir, com toda aplicação, com o meu dever.

Sr. Presidente, já estou até com medo de dar o nome da pessoa que me fez o *e-mail*; então, vou cortar o nome da pessoa e vou pedir que seja publicado só o decreto nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO,**

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das suas atribuições legais, resolve:**

No- 176 - Art. 1o- Designar Sandro Meira Ricci, matrícula SIAPE no-1377248, Márcia Terezinha Radicchi, matrícula SIAPE no- 1102721, e Uilton Gutembergue Moreira dos Santos, matrícula SIAPE no-1101617, para, sob a presidência do primeiro, constituírem **Comissão de Sindicância, com sede em Brasília, Distrito Federal, incumbida de apurar, no prazo de 30 dias, o responsável pelo fornecimento de cópia do Aviso no- 127/GM-MDIC, datado de 6 de outubro de 2006, ao Senador Arthur Virgílio, conforme relatado em seus discursos dos dias 18 e 19 de outubro de 2006, no Plenário do Senado Federal.**

Art. 2o- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO FURLAN

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Da forma que V. Ex<sup>a</sup> encaminhar, será publicado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PRB.

V. Ex<sup>a</sup> terá 5 minutos para se pronunciar.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Não são dez minutos, Sr. Presidente, para falar pela Liderança?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– São 5 minutos.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria de abordar o tema do comércio e da integração da nossa América Latina, razão pela qual estive em Bogotá, no antepenúltimo final de semana, com Parlamentares, Deputados e Senadores de 22 Países, como Canadá e Argentina.

Vivemos, na América Latina, uma das mais graves crises sociais da nossa história, determinada por índices sem precedentes e por longo tempo de desemprego aberto e de subemprego. Nossos sistemas democráticos, resgatados a duras penas a partir dos anos 80, têm estado sob forte tensão das crises sociais, levando a soluções políticas às vezes traumáticas, em face da incapacidade revelada pelos nossos sistemas econômicos de dar resposta a legítimas demandas de progresso material de nossos povos.

O receituário de políticas econômicas a que temos sido submetidos nas duas últimas décadas revela-se claramente insatisfatório como suporte para o desenvolvimento. Temos tido taxas de crescimento medíocres, condicionadas por uma agenda comum de extremas restrições monetárias e fiscais, das quais somente escaparam, mais recentemente, os Países que, por algum caminho, procuraram superar o marco neoliberal. Estes, sim, estão crescendo mais vigorosamente. Devem nos inspirar em nossas escolhas mais abrangentes.

A estabilização permanente da democracia em nossos Países depende, a meu juízo, do desenvolvimento acelerado, não como abstração econômica, mas como instrumento de construção do estado de bem-estar social e da própria democracia social. Queremos para os nossos cidadãos o que foi conquistado no pós-guerra por outros povos civilizados em termos de bem-estar básico, em termos de segurança social e individual, em termos de possibilidade de realização material e espiritual. Nossos povos têm esperado longo tempo por isso, e se nossas elites políticas forem incapazes de lhes dar respostas dentro da democracia, corremos o risco de aventureiros o fazerem fora da democracia.

Permita-me, agora, abordar mais detalhadamente a questão do comércio e da integração regional. Vejo a integração econômica como um imperativo do nosso desenvolvimento, mas não vejo o livre comércio como um instrumento direto de integração, sobretudo nos estágios iniciais desta última. Aliás, nossos povos perceberam bem isso. Rejeitaram a Alca tal como havia sido proposta, e rejeitaram porque perceberam que um tratado de livre comércio entre Países com situações econômicas e tecnológicas assimétricas não leva ao desenvolvimento comum, mas, sim, à cristalização de diferenças de capacidade produtiva, de tecnologia e de renda.

No âmbito sul-americano, o Mercosul tem sido uma experiência vitoriosa de integração pelo comércio, mas, neste caso, seus dois principais parceiros, o Brasil e a Argentina, apresentam níveis similares de desenvolvimento econômico e tecnológico. Assim mesmo, temos de reconhecer que há necessidade de avanços para uma efetiva integração, notadamente no sentido da especialização industrial entre os Países, já que, do contrário, o que estaremos trocando crescentemente não passarão de isenções tributárias de exportação, e não produtos diferenciados pela tecnologia e pela produtividade.

Não obstante, entendo que a integração econômica é o nosso destino. Por razões geográficas e geopolíticas óbvias, deveria começar pela América do Sul, estender-se para a América Latina e, no futuro, abarcar todas as Américas. É necessário que a América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá tenham uma visão generosa desse processo, na medida em que uma precipitação no seu encaminhamento, como foi o caso da Alca, levar-nos-ia – a nós, Países em desenvolvimento – possivelmente a um retrocesso ainda maior nas nossas condições econômicas. Nesse sentido, o livre comércio seria o último passo a dar numa longa caminhada de integração econômica. Nesse caso, o melhor que a América do Norte poderia fazer para nos ajudar seria abrir unilateralmente seu mercado para nossos produtos e serviços, como no passado muitos de nós fizemos para seus próprios produtos e serviços.

A inspiração, Sr. Presidente, vem da Europa Ocidental, não da União Européia, no seu estágio final de união política sob marco neoliberal, mas da Europa inicial dos seis do Mercado Comum Europeu, que promoveu uma efetiva integração econômica entre seus membros antes de partir para o livre comércio regional. Sim, porque dois acordos de integração precederam o Tratado de Roma de 1958. Primeiro, o Acordo de Carvão e do Aço, que estabeleceu os alicerces para a especialização e integração das indústrias básica e

energética sob planejamento público; segundo, a EPU, ou União Européia de Pagamentos, que estabeleceu uma moeda comum contábil para facilitar o intercâmbio regional sem necessidade de dólar – na época, extremamente escasso.

Foi a partir desses alicerces que se construiu o Tratado de Roma, que, em si mesmo, também se estendeu para muito além de um simples tratado de livre comércio. Além disso, desenvolveu-se pelo lado privado uma macroespecialização industrial, pela qual a Alemanha e, parcialmente, a França tornaram-se fornecedoras de bens de capital para o bloco, abrindo, em contrapartida, seu mercado para os produtos primários e bens de consumo dos parceiros. Com isso, as trocas internas crescentes no Mercado Comum Europeu, chegando a mais de 60% de seu comércio exterior, foram uma efetiva contribuição ao aumento de produtividade, ao desenvolvimento tecnológico e ao crescimento da renda. Mas algo que está quase esquecido nesses tempos neoliberais é que o Mercado Comum Europeu estabeleceu também um marco para o desenvolvimento social dos Países membros. Um capítulo dos três que compõem o Tratado de Roma trata especificamente disso. E determinou-se que as condições sociais obrigatórias para o bloco deveriam seguir o padrão fixado pelo País que estivesse mais avançado, ou seja, obrigou a uma uniformização por cima das regras sociais, em especial as trabalhistas e previdenciárias. Comparem isso, agora, com as normas previstas na rejeitada Constituição da União Européia, propondo a remoção de qualquer obstáculo legal ao mercado livre, e veremos como a própria Europa Ocidental está regredindo socialmente, ao mesmo tempo em que tenta nos impor o padrão neoliberal que nega a sua própria constituição social e política histórica.

Não nego a necessidade de altos padrões de competitividade e de eficiência econômica para participar do mundo comercialmente globalizado. Contudo, que isso seja fruto da especialização industrial e das conquistas tecnológicas, e não do *dumping* fiscal e do *dumping* social. Sem isso, o projeto de integração econômico será um projeto das elites econômicas internacionalizadas e das tecnocracias do nosso Continente, e não um projeto dos nossos povos em benefício de todos.

Se o marco inicial da integração das Américas for o Mercosul, expandido para a América do Sul, podemos imaginar uma seqüência de etapas que facilitaríamos o processo, inspirando-nos, como dito acima, na experiência do Mercado Comum Europeu.

*(Interrupção do som.)*

### **O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Partiríamos de uma moeda contábil comum, seguindo-se um programa comum de especialização da indústria básica sobretudo de energia e logística, assim como de macroespecialização industrial e privada, com o Brasil e Argentina como fornecedores de bens de capital, e os demais Países como supridores sobretudo de bens de consumo e produtos primários. Haveria, naturalmente, alguma sobreposição, mas isso existiu também na Europa Ocidental, o que não impediu o avanço da integração econômica.

Um estudo detalhado e justificado dessas etapas foi feito pelo economista brasileiro José Carlos de Assis em tese de doutorado, defendida junto a Coppe/UFRJ, e que será brevemente publicada em livro sob o título Plano Inca.

Note-se que já estão em curso iniciativas de integração de infra-estrutura energética e logística entre Países da América do Sul, faltando apenas sua articulação num programa mais abrangente e, sobretudo, a formulação clara de um sistema de financiamento estável via um orçamento comum, arbitrado por uma autoridade também comum.

Mais importante, Sr. Presidente, é que o Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, propôs uma moeda contábil comum a partir da expansão do já existente CCR, Convênio de Crédito Recíproco, que pode dar um tremendo impulso no comércio regional.

A moeda contábil, de acordo com o economista acima citado, poderia ser também base de financiamento dos programas de infra-estrutura, notadamente em sua parte financiada por recursos locais. Nesse sentido, seria base também para futura organização de um banco central sul americano, que desempenharia, para a região, as funções de um FMI voltado também para o desenvolvimento, e não apenas para o equilíbrio comercial externo dos Países membros.

Sr. Presidente, não devemos ter medo de ousar. Como políticos, com responsabilidade de definir soluções para as graves questões sociais do Continente, temos de pensar o futuro, pois, do contrário, estamos condenados a repetir permanentemente o passado. Entendo que chegou o momento de a América Latina e a América do Sul pensarem com seus próprios recursos intelectuais e políticos as opções que estão a sua frente. O receituário que nos tem sido imposto de fora para dentro está nos mergulhando numa crise social sem fundo, que ameaça, como já disse, nossa estabilidade política e democrática.

Convido os senhores a olharem para dentro de nossos Países sem preconceito de espécie alguma. O que vemos? Taxa de desemprego aberto de mais de

10%. Taxa de subemprego às vezes acima de 20%. Grande desalento em amplas faixas da população, que desistiram do mercado de trabalho.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, em um minuto, concluo.

Somos Países pobres e, assim mesmo, nos damos ao luxo de abrir mão de mais de um terço de nossa força de trabalho, alijando-a do sistema produtivo. Isso causa problemas de financiamento fiscal e previdenciário.

Como consequência, impõem-nos draconianos ajustes fiscais e monetários que inibem ainda mais o sistema produtivo e o desenvolvimento. Obviamente, a repetição recorrente desse sistema não nos levará a lugar algum. Ou melhor, nos levará ao desastre social e político, que alguns dos nossos Países já experimentaram.

Vamos, pois, tentar uma saída. O caminho, a meu ver, é a integração econômica pela via da especialização, do planejamento público da infra-estrutura energética e logística e da uniformização social “por cima”, a fim de fazer desse projeto um projeto de nossos povos, e não apenas de nossas elites. Ousemos. É o mínimo que nossos povos poderão esperar de suas elites políticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Antero Paes de Barros, que dispõe de vinte minutos. Em seguida, para uma comunicação urgente, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o jornal **Folha de S.Paulo** do dia 25 de novembro traz reportagem do jornalista Kennedy Alencar, com o título: “PT tentou copiar suposto acerto de Maggi com Vedoin”.

Segundo revela o jornalista, o Deputado Federal Carlos Abicalil (PT-MT) procurou o Presidente do PT, o “aloprado” Ricardo Berzoini, em agosto, e disse ter sido informado de que o Governador Blairo Maggi havia pago Vedoin para que este desse uma entre-

vista à revista **Veja**, acusando-me de envolvimento com a fraude das ambulâncias superfaturadas.

A matéria da **Folha de S.Paulo** me deixou com alma lavada. Primeiro, por ser feita por um jornalista com bom trânsito no Palácio do Planalto, que faz a cobertura diária do Palácio do Planalto, e, portanto, respeitado como jornalista e pelas fontes que possui. Segundo, porque ela confirmou que a denúncia publicada contra mim foi fruto de uma armação entre o Governador Blairo Maggi e a família Vedoin, como, aliás, eu vinha dizendo desde que a denúncia surgiu na revista **Veja**, em 20 de agosto. Além disso, ela me deixa à vontade para pedir o aprofundamento das investigações na CPI dos Sangessugas, a fim de comprovar, de um lado, a minha inocência, e, de outro, a relação promíscua entre o Governador Blairo Maggi e a Planam.

Faço aqui um parêntese para lembrar que no dia em que saiu a matéria na revista **Veja** dei entrevista à imprensa brasileira – o primeiro órgão a me entrevistar foi a rádio CBN –, e no primeiro dia útil seguinte – a revista circulou no domingo –, na segunda-feira, antes do encerramento do expediente, protocolei um pedido no Ministério Público Federal para que fosse revogado o benefício da delação premiada para os Vedoin.

Assegurava que, para eles dizerem aquilo, eles tinham comercializado aquele depoimento. Se eu não tinha as provas dessa comercialização, tinha as provas da minha consciência.

Nunca tive relação com essa máfia, nunca estive relacionado com eles. Sou caçador de “sanguessugas”. Essa era uma resposta ao fato de o meu programa eleitoral, desde o primeiro dia, ter identificado com muita clareza que o meu adversário, o Governado Blairo, este sim, tinha o apoio de todos os “sanguessugas”. E faço, dentro deste parêntese, uma reclamação da CPI, porque, assim que esse depoimento vazou, o Presidente da CPI, casualmente um quadro do PT do Rio de Janeiro, que até considero que vinha e vem realizando um bom trabalho, apressou-se em designar relator para apurar o meu caso. Sofri a campanha inteira, e nada foi apurado, até hoje. Não se toca mais no assunto. Na mesma época, protocolei um documento na CPI, que não teve a atenção da imprensa brasileira, provando as relações fiscais entre o Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, e a Planam. S. Ex<sup>a</sup> deu incentivos fiscais para a empresa dos “sanguessugas”, e só para ela, isenção do IPVA para a venda de ambulâncias. A Planam passou a ter isenção em Mato Grosso. Comprava as ambulâncias no Estado e vendia no Brasil inteiro. A empresa, que era isenta do imposto em Mato Grosso, recebia de prefeituras do Brasil inteiro. Isso está documentado na CPI dos Sanguessugas. Não sei por que o Governador Blairo Maggi não é investigado, não é

chamado. A boa democracia é aquela em que todos os homens públicos podem ser investigados. Não tenho nada contra me investigarem. Tenho tudo contra não investigarem alguns que se julgam acima do bem e do mal. **In dubio**, no processo da investigação, é em favor da sociedade. Não pode ser de forma diferente.

Todos sabem que eu enfrentei as máquinas públicas do Governo Federal e do Governo de Mato Grosso na última campanha eleitoral. Uniram-se para me derrotar nas urnas os caciques do PT e o homem mais rico do meu Estado, o atual Governador, contra quem disputei a eleição. O que eles não sabiam é que, desde que aceitei disputar a eleição, eu sabia que seria uma eleição muito difícil, porque havia diante de mim uma montanha de dinheiro.

Deus, minha família, meus amigos e meus correligionários sabem o que sofri com a campanha sórdida montada a partir da denúncia falsa e mentirosa dos Vedoin. Eles não apenas deram entrevista à **Veja** como também mentiram ao Ministério Público e à própria CPMI, aliás, à Justiça Federal e à própria CPMI.

A partir da **Veja**, tive de lutar para manter elevada a moral do meu Partido e para continuar com uma campanha eleitoral difícil.

A falsa denúncia resultou em uma avalanche de notícias plantadas na imprensa do meu Estado, e algumas até na imprensa nacional, para tentar envolver o meu nome no esquema das ambulâncias superfaturadas.

Não me esqueço, não me esquecerei jamais do apoio que tive do meu Partido, do meu Presidente Tasso Jereissati e do meu Líder e amigo Arthur Virgílio. Mas esse apoio não era suficiente para me tirar do verdadeiro inferno que se formou a partir dessa armação.

Perdi a eleição, fato absolutamente normal. Não foi a primeira que perdi. Mas não esmoreci, não entreguei os pontos, resisti às calúnias, injúrias e difamações. Saí de cabeça erguida, disposto a provar a verdade. A **Folha de S.Paulo** vem agora me ajudar a pôr a limpo a trama montada por Blairo, a Planam e o PT. Será que não está aí a verdadeira origem do apoio do Blairo ao PT no segundo turno? Será que não foi um ato ilícito o que uniu Blairo a Lula no segundo turno, quando todo o agronegócio brasileiro, de que o Blairo se dizia representante, estava em uma posição diferente daquela?

Vou sugerir à CPI algumas providências, não tenho como não fazê-lo. Não tenho vocação para Pilatos: não lavarei as mãos jamais. Vou sugerir à CPI a convocação do Deputado Carlos Abicalil e a quebra do sigilo telefônico dele. Ele tem muito a contar à CPI e ao País sobre a venda do dossiê pelos Vedoin. O Brasil precisa saber esta verdade. Aliás, a CPI já identificou

– antigamente, ensinavam Lógica no colégio, antes até do Segundo Grau – mais de 20 telefonemas naquele período das negociações do dossiê entre o Deputado Carlos Abicalil e os alopados.

É preciso que a CPI quebre o sigilo telefônico do mandato inteiro do Abicalil, porque ele está dizendo que estava conversando sobre Banco do Brasil, sobre situações do Governo Lula. Então, quebra o sigilo de todo o período em que essas pessoas estavam no Governo Federal, para vermos se existe essa frequência de ligações. Se não tiver, será um indício fortíssimo de que estava ali um homem, um quadro, um aparelho importante do partido, para tentar fraudar as eleições. E não venham com essa de que isso foi coisa de alopado – aliás, de alopado, sim –, mas estava com a vitória tranqüila. Não era verdade. Tanto é que acabou tendo segundo turno. O que eles tentavam era recuperar São Paulo e ainda vencer a eleição no segundo turno.

Eu fui a primeira vítima, mas tenho certeza de que fui o responsável por ter alertado o Brasil. Foi a minha denúncia no Ministério Público pedindo a revogação da delação premiada dos Vedoin que possibilitou o grampo legal e a constatação de que eles tentavam e continuavam a operar a venda de dossiês neste País.

Como agora, lá, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Ele foi lá e absolveu um dos maiores bandidos da República, infelizmente Deputado Federal do meu Estado, Deputado Pedro Henry. As provas existem aos borbotões e os Vedoin foram lá, como consequência desses patrocínios para inocentar esse Parlamentar no Conselho de Ética.

Na última sexta-feira, fiz aqui reparos à CPI por não ter ouvido sequer um Deputado acusado. Precisamos acabar com isso no Congresso Nacional e precisamos fazer a crítica, a autocrítica e a crítica da crítica. Não é bom para o Senado e para a Câmara dos Deputados que uma CPI, com os poderes que tem, ao constatar cheiro e indícios de irregularidades, mande para o Conselho de Ética das duas Casas, como se ela tivesse feito um belíssimo papel. Não. Ela tem poderes para prosseguir a investigação. Por que não chamar o parlamentar, por que não exigir a quebra do sigilo dos parlamentares? Por que esse farisaísmo de quem escolheu a vida pública ter direito a sigilo? O homem público não deve ter direito a sigilos. Ao ser público, ele já fez a opção pela vida pública e não tem por que a CPI não aprofundar essas investigações; não tem por que mandar agora esses documentos para a Câmara dos Deputados, que não tem esse poder, para ver as ligações, para aprofundar as investigações, para ver a conta-corrente desses artistas. Não é possível.

Concedo aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Há um projeto meu há muito tempo, que prevê que toda pessoa que entra na CPI tem de abrir seu sigilo. Assim, teremos CPIs sérias. Mais ainda, todo parlamentar que for para a CPI tem de abrir seu sigilo, bem como todos os membros da Comissão de Orçamento. Isso deveria ser algo claro, objetivo do Congresso Nacional. V. Ex<sup>a</sup> está realmente tratando desse assunto com muita propriedade, como de hábito, mas dou essa contribuição para ver se a Mesa faz andar esse projeto.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Agradeço a contribuição de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que é uma necessidade que isso ocorra, mas, tão necessário quanto isso, será, na minha avaliação pessoal, o fim dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de todos os integrantes do Parlamento Brasileiro.

A CPI está fazendo vista grossa a muitas coisas e precisa aprofundar essas investigações. Estou certo de contar com o apoio da Oposição para acabar com essa pusilanidade de não se investigar parlamentar. Não posso concordar com a impunidade que se anuncia.

Além do Deputado Abicalil, a CPI deve ouvir também o Senador Aloizio Mercadante, por convite ou por convocação. Falo disso com tristeza.

Lembro-me de um episódio, Sr. Presidente, quando o caseiro Franceniilo me procurou em meu gabinete, quando tivemos oportunidade de, não tendo tempo para fazer a apuração, eu estava de viagem, passar o caseiro para conversar com uma jornalista do jornal **O Estado de S. Paulo**. Lembro-me muito bem de ter dito a ele que só dissesse a verdade. Sou jornalista. Nunca aceitei comprar prova, ainda que fosse verdadeira. Aí, depois de bisbilhotarem a conta do caseiro, depois de cometerem um crime de Estado contra o caseiro, depois de o Lula perguntar “Quem é esse caseiro para falar do Dr. Palocci?”, comemoraram aqui, no Senado, porque haviam encontrado alguns mil reais na conta do caseiro. Comemoraram como se isso fosse coisa da Oposição. Sejam sinceros: comemoraram como se fosse coisa do meu Gabinete. Quebraram a cara. Não existe adversário meu na vida política que tenha marca nas costas. Adversário meu pode ter marca, sim, no peito, de frente; nunca pelas costas. Fiquei triste por dois motivos. Primeiro, porque trabalharam com a mentira; segundo, porque, sinceramente, não esperava esse comportamento de dois Senadores da República – do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Ideli Salvatti.

O Senador Aloizio Mercadante e a Senadora Ideli Salvatti!? Quem afirma isso não sou eu. Foi o Senador Aloizio Mercadante que deu esse depoimento na Polícia Federal, dizendo que se reuniu com Osvaldo Bargas e com o Exedito Machado, para orientarem o PT quanto ao que deveriam perguntar aos Vedoin. Não informaram isso nem à Comissão Parlamentar de Inquérito, nem ao Conselho de Ética do Senado! Os Vedoin dariam entrevista e seriam ser ouvidos no Conselho de Ética do Senado, e os aloprados se reuniram aqui com dois dos mais ilustres e importantes representantes da Bancada do Governo! Não vou levar isso para a Casa. Essa corda eu estico.

Vou representar ao Conselho de Ética, para que apure se é ético esse comportamento do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Ideli Salvatti. Insinuaram: “Estão pedindo agora ao Antero que vá para cima”. Ninguém pede nada a mim! Faça as coisas com a minha convicção absoluta! A minha convicção é a de um homem que acaba de perder a eleição. A minha convicção é a de um homem que a partir do dia 1º de fevereiro não terá absolutamente nenhuma imunidade. Podem caluniar-me, pois não sou inatacável, tanto que me atacaram durante a campanha eleitoral. Mas, com consistência, podem usar o direito de espernear que não vão conseguir me atingir.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador, ao ouvir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> – eu estava meio distraído –, fiquei preocupado. V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que a reunião citada no depoimento do Senador Aloizio Mercadante seria para orientar o que seria perguntado a Luiz Antonio Vedoin?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Foi o Mercadante que disse isso. Não fui eu, não; estou só repetindo.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Não; pelo que me consta, o depoimento trata de outra coisa. A reunião que ia ouvir Vedoin era do Conselho de Ética.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sim, do Conselho de Ética.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Mas o Conselho de Ética não trata absolutamente dos assuntos que seriam da CPI. O Conselho de Ética não vai tratar dos assuntos da CPI. Não trataria disso. Se eles foram lá para dizer que tinham alguma informação nova a respeito do caso que gerou a Operação Sanguessuga, isso não poderia ser tratado no Conselho de Ética, absolutamente. Penso que, talvez, haja um entendimento diferenciado do que é o depoimento do Senador Aloizio Mercadante na Polícia Federal, mas o que me consta – eu posso estar enganado – é que

não tem absolutamente nada a ver com o Conselho de Ética, que, aliás não trata dessas matérias. Trataria da CPI. Como eu estava nos dois casos, vou consultar agora cópia do depoimento e poderei, com certeza, esclarecer a V. Ex<sup>a</sup> que não se trata desse assunto.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado. V. Ex<sup>a</sup> sabe o respeito e o carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup>; trato-o até de “meu roqueiro”, dadas suas aptidões com a música. Mas quero dizer, com sinceridade, que foi dada informação incorreta a V. Ex<sup>a</sup> ou à Polícia Federal. Essas duas informações existem. Se existe a de V. Ex<sup>a</sup>, existe também a da Polícia Federal em uma matéria, que eu queria que V. Ex<sup>a</sup> lesse, da jornalista Sônia Filgueiras, no jornal **O Estado de S. Paulo**, que já foi objeto, inclusive, de meu pronunciamento nesta Casa. Segundo a matéria, Oswaldo Bargas e o Expedito Machado reuniram-se com o Senador Aloizio Mercadante, que convidou para essa reunião a Senadora Ideli Salvatti. Eles orientavam como o PT deveria se comportar, para extrair do Vedoin informações que pudessem interessar evidentemente ao PT.

Sr. Presidente, quero dizer, com muita sinceridade, que está longe de alguém precisar sugerir-me a defesa da minha honra. A minha honra, vou defendê-la até o final, com mandato ou sem mandato. Só há uma pessoa que consegue desmerecer a nossa honra: somos nós mesmos, quando erramos. Quando não erramos, ficamos em paz com a consciência e tocamos a vida para frente, na apuração da verdade.

Não pensem que fico satisfeito ao protocolar essas representações perante a Mesa do Senado ou a Presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Não fico, porque não espero esse comportamento dentro desta Casa. Vou deixar o Senado, mas gosto do Senado. Aqui é a Câmara mais alta do País e, definitivamente, as pessoas precisam aprender algumas lições. Provas existem ou não existem, provas não se compram, e os aloprados do PT, ainda que contem com o auxílio da fortuna do Governador do meu Estado, jamais conseguirão atingir a minha honra.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nossos cumprimentos ao Senador Antero Paes de Barros.

Passamos a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL

– BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há dias, fiz críticas tenho certeza que construtivas ao Conselho Nacional de Justiça, com a autoridade de quem trabalhou intensamente para sua criação. E que

o Conselho Nacional de Justiça não vem correspondendo ao que dele esperava a sociedade brasileira e, em particular, a Ordem dos Advogados.

O Corregedor do Tribunal achou por bem distribuir uma nota em resposta às minhas críticas. Não respondeu nada, Excelência. Mas eu trouxe hoje aqui, para passar à mão da Presidente Ellen Gracie, fatos graves que envolvem o Conselho Nacional de Justiça.

Há o caso, por exemplo, de um advogado – o Conselho já tem conhecimento desse assunto – que aceitou a causa de um cliente. Esse cliente depositou na conta do advogado – aqui está o comprovante do depósito feito na conta bancária –, e ele, com outra pessoa mais íntima ainda do Corregedor, passou a advogar para o lado contrário. Aqui está a procuração com os nomes. Em atenção ao Conselho, não vou ler os nomes, mas é algo gravíssimo.

Como ele disse que está tudo sendo apurado, eu trouxe também um telegrama de um juiz para o Conselho – vou mandar entregá-lo também à Presidente Ellen -, dizendo que até agora não foi apurada coisa alguma de mais de dez denúncias de um juiz sobre o Conselho Nacional de Justiça.

Devo dizer que não vou condenar que se dê jetom a conselheiro que não tenha cargo, porque, realmente, aí é necessário. Entretanto, não sou favorável, de modo geral, à tese de dois meses e mais 18 ou 20 dias de férias para os juizes. O que é mais grave: permitir que essas férias sejam trocadas, muitas vezes, por dinheiro, por remuneração. Isso, evidentemente, não é correto, porque se as férias são por causa do excessivo trabalho, por que então não dar o descanso completo a esse juiz? Ele troca, não toma as férias e recebe. Isso não é do Conselho Nacional da Justiça.

Sr. Presidente, este assunto é grave. Está aqui. Vou enviar, com uma carta respeitosa, à Presidente Helen Grace, que é, sem dúvida, uma das figuras melhores do Judiciário nacional em todos os tempos. Isso, entretanto, não me faz que aceite sempre seus argumentos, como nem sempre ela aceita os meus.

De modo que, nesta parte, estamos divergindo. Acho que ela deve ser mais firme e obrigar o Conselho a trabalhar mais. Existem conselheiros notáveis, são todos muito bons, mas é preciso haver comando, e o Conselho não está com o comando porque a Presidente Helen Grace tem muitos afazeres no Supremo Tribunal e passa para o Corregedor todos os casos que ele engaveta, como era de hábito no passado.

De modo que, dito isso, quero que V. Ex<sup>a</sup> me dê oportunidade para falar sobre dois ou três pontos.

É o Tribunal de Contas da União, é o Ministro Nardes que diz: “Dinheiro de tapa-buracos foi jogado na sarjeta.” Todos nós falamos aqui, inclusive V. Ex<sup>a</sup>,

muitas vezes, que essa operação tapa-buraco era para dar dinheiro aos empreiteiros que passavam para o PT. Isso se verificou e se perderam milhões e milhões – seiscientos e tantos milhões! – com os empreiteiros. Não se perdeu de todo porque alguns petistas se beneficiaram desses recursos. Essa é uma tristeza para o nosso País.

Venho dizer a V. Ex<sup>a</sup> o que ontem **O Globo**, com tanta propriedade, disse: “Ministério tem 12 servidores para fiscalizar quatro mil ONGs”. ONGs que deram dinheiro para a campanha dos petistas. E aqui vejo uma vítima, embora seja do Governo, na figura desse notável Senador Garibaldi Alves, que também foi vítima dessas ONGs, como eu na Bahia, como o candidato José Jorge em Pernambuco. Mais de 90% dessas ONGs são indignas de receberem o dinheiro público, mas recebem, e o dinheiro público, até mesmo da ONG para combater o câncer – ah, que crueldade! – foi roubado.

Ah, Sr. Presidente, este Brasil não pode continuar assim. Daí por que **O Globo** fez uma reportagem completa, cujo título diz: “Só não desvia dinheiro hoje quem não quer”. Realmente, neste Governo, só não desvia dinheiro quem não quer, mas infelizmente muitos estão querendo. Então, os desvios têm sido muito grandes.

Eu, como V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, tenho o dever de vir a esta tribuna chamar a atenção do Presidente da República, sem nenhum ódio, sem nenhum rancor, para que ele passe a governar com decência, com moralidade, o nosso País. O País não agüenta isso. Não é apenas com o Bolsa-Família que ele vai resolver o problema, deixando tantos ralos para os recursos da Nação brasileira saírem.

Ora, Sr. Presidente, o resultado é que não pára nisso. Cada dia que quero trazer outro assunto para esta tribuna, eu não posso, porque os assuntos surgem aos borbotões: “Homem do PT na Petrobras gere R\$700 milhões. Santarosa comanda comunicação institucional da estatal e tem ligação com o Planalto.” Dutra. Quem é Dutra? É **O Globo** de ontem, não sou eu. É o jornal de maior circulação no País que trata desse assunto, com tanta propriedade. E nós, Sr. Presidente, ficamos aqui a reclamar, a reclamar, a reclamar. E qual é a esperança? A esperança é que Lula – está aqui na manchete – “dará aos aliados Ministério com porteira fechada”.

Senador Sibá, V. Ex<sup>a</sup> tem responsabilidade. Não deixe que fechem o Ministério por roubo, não. No momento em que derem o Ministério de “porteira fechada” para determinadas figuras, vai ser um desastre.

Vamos abrir essa porteira enquanto é tempo. Mas, infelizmente, as chaves dessa porteira estão no Palácio

do Planalto, e eu não tenho força no Palácio do Planalto, mas V. Ex<sup>a</sup> tem. Se não tiver é porque eles são muito ingratos, pois V. Ex<sup>a</sup> é um dos poucos que vêm a esta Casa defender o Governo que aí está. Faço isso até para aumentar o cartaz de V. Ex<sup>a</sup> no Planalto, e V. Ex<sup>a</sup> tratar desses assuntos que são tão graves.

E assim vai. Ainda prometem. É inacreditável! Depois do Ministério de porteira fechada, vem: “Depois das bondades, o Governo já prepara as maldades para 2007”. Vejam só! Se o Governo vai preparar ainda mais maldades para o Brasil em 2007, o que será deste País? O que será deste povo brasileiro? Será possível que a quantidade enorme de votos que o Presidente da República obteve não lhe dá coragem para agir com mais força e mais decência em benefício dos brasileiros? Ou ele vai continuar nesse joguinho de ouvir um hoje, outro amanhã, para depois fazer o Ministério que ele quer e fechar as porteiros?

Ah! Sr. Presidente, ando triste quando o Presidente do PT... Para a Polícia Federal, Berzoini ordenou a petistas a compra do dossiê para incriminar Geraldo Alckmin e o Governador José Serra, do Partido de V. Ex<sup>a</sup>. A Polícia já chegou à conclusão – e não era difícil chegar – de que é Ricardo Berzoini, Presidente do PT, o autor do “dossiegate”.

Ah! Sr. Presidente, tenho tantos assuntos a falar, mas não desejo abusar da bondade de V. Ex<sup>a</sup>, que me deu tempo suficiente para dizer algumas coisas graves que o Brasil precisa realmente consertar. Vai consertar, sim, Sr. Presidente, se o Senado da República tiver coragem e a independência de reagir aos absurdos praticados pelo Palácio do Planalto e pelos Ministros do Presidente Lula, que não pensam no Brasil, pensam neles e, mais do que isso, pensam em desgraçar mais a população pobre do Brasil, que é a mais sofredora, porque é a mais enganada pelo Chefe do Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Alberto Silva.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A título de esclarecimento acerca do pronunciamento feito aqui pelo Senador Antero Paes de Barros, eu tomei a liberdade de fazer alguns telefonemas, para deixar mais claro o que aconteceu.

Eu entendo a preocupação do Senador ao ler uma matéria de jornal. Mas os fatos se deram da seguinte maneira. O Senador Aloizio Mercadante foi

muito correto na sua atitude. Ouviu as duas pessoas referidas pelo Senador Antero Paes de Barros. Tomando conhecimento dos fatos, informou aos dois que o assunto poderia até ser analisado no âmbito da CPI, mas nunca do Conselho de Ética. E recomendou que o assunto fosse encerrado naquele exato momento. Tanto está correta a informação, Sr. Presidente, que eu sou membro tanto da CPI quanto do Conselho de Ética e não recebi nenhuma orientação sobre qual tipo de comportamento deveria tomar naquele momento.

Portanto, asseguro a esta Casa, a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador Antero Paes de Barros, ou a qualquer pessoa, que a atitude tomada pelo Senador Aloizio Mercadante, naquele momento, foi a mais correta que esta Casa poderia esperar de qualquer um de nós aqui, especialmente do Senador Aloizio Mercadante.

Espero que o assunto esteja esclarecido. Se mesmo assim pairar alguma dúvida, com certeza, S. Ex<sup>a</sup> pessoalmente, na primeira oportunidade, fará os devidos esclarecimentos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, por vinte minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação às palavras do Senador Sibá, há pouco o Senador Antero reafirmou para mim o que havia falado aqui da tribuna. Se existe algo a esclarecer, vamos esclarecer! V. Ex<sup>a</sup> entrou em defesa do Senador Aloizio Mercadante. Quando o Senador Antero saiu desta tribuna, eu o procurei para saber se, depois da intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, ele confirmava o que havia dito da tribuna. Ele me disse que estava confirmado. Se existe alguma dúvida, temos de esclarecer, mas não posso, na ausência do Senador Antero Paes de Barros, deixar que o assunto fique como já esclarecido.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Vamos ter de esclarecer mais adiante esse assunto, que é de extrema importância para a democracia brasileira. Não podemos, como Oposição ao Governo, ficar aqui nesse jogo do Governo de que não sabe de nada, de que não viu nada, levando este País ao descrédito internacional e, principalmente, fazendo com que o povo a cada dia desacredite mais nos políticos, principalmente os do Congresso Nacional, logicamente fazendo um jogo político para que prospere neste Governo a ditadura do Executivo.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Pois não, Senador.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – O pronunciamento do Senador Antero Paes de Barros foi muito claro, baseado numa informação que ele reproduziu do jornal. Eu não estou desconsiderando as palavras do Senador Antero Paes de Barros; estou dizendo que a fonte a que ele se reportou foi o jornal. A fonte em que jornal se baseou eu desconheço. Eu estou falando o que ouvi do Senador Aloizio Mercadante. No momento em que ouvi o pronunciamento, eu não podia fazer a defesa de um fato que eu desconhecia, ou seja, que eu conhecia, como o Senador Antero Paes de Barros, por uma notícia de jornal. Liguei para o Senador Aloizio Mercadante e perguntei o que de fato aconteceu. A conversa ocorreu? Ocorreu. Qual o teor? Ele me disse que, quando ouviu das duas pessoas sobre as informações que teriam levado, ele comunicou que aquelas informações jamais poderiam ser tratadas no ambiente do Conselho de Ética. Se fosse para serem tratadas naquele foro, a pessoa que iria tratar do assunto seria eu, vez que sou o membro da Bancada que participa do Conselho de Ética. E eu jamais fiquei sabendo de qualquer notícia. Portanto, estou reproduzindo para este Plenário as palavras do Senador Aloizio Mercadante, que, no momento oportuno, dará as explicações que, com certeza, ele terá muito mais condições de fazer do que eu. É só nesse sentido. Não estou aqui desconsiderando as palavras do Senador, que, com certeza, tem as razões dele para falar disso.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador.

Quero fazer registro também do discurso feito pelo Senador Antero Paes de Barros, com denúncias extremamente importantes para nós. Em seguida, fez uso da palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, que enfatizou a necessidade de nesta Casa usarmos a tribuna para que o povo brasileiro seja esclarecido sobre a realidade política deste País, sobre a realidade do Governo Federal, da Presidência da República e, principalmente, para que o povo tenha esperanças de que não vamos cair no processo antidemocrático que o Governo Federal quer nos impor.

Entre tantos temas importantes, vou falar sobre um tema muito importante para o meu Estado, principalmente para a sua economia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, criado, há pouco mais de quatro anos, por meio de decreto federal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque abrange uma área de 3,8 milhões de hectares. Para que se tenha idéia do que isso significa, basta dizer que essa extensão territorial é quase igual à do Estado do Rio

de Janeiro e maior do que os Estados de Alagoas e de Sergipe juntos. Trata-se simplesmente do maior parque de floresta tropical do planeta e consome 30% da área do Amapá. Criado em terras públicas federais, o Parque do Tumucumaque supera, em extensão, o Parque Nacional Salonga, da República Democrática do Congo, que tem pouco mais de 3,6 milhões de hectares. Antes da criação do Parque do Tumucumaque, a maior unidade de conservação da América do Sul era o Parque Nacional Kaalya, da Bolívia, com quase 3,5 milhões de hectares. No Brasil, o Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, era, até então, o de maior extensão, com cerca de 2,3 milhões de hectares.

Sr. Presidente, a região do Tumucumaque é conhecida como *Escudo das Guianas* e é classificada como de importância biológica extrema, de acordo com resultados do encontro “Avaliação de Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia Brasileira”, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Desde a criação do novo parque, várias equipes compostas por cientistas vêm realizando expedições de estudo dentro de seus limites. A última delas, composta por pesquisadores da organização não-governamental Conservação Internacional, levou dois anos para ser concluída. No total, os pesquisadores registraram mais de 1.700 espécies, sendo que, entre elas, mais de 100 nunca haviam sido vistas no Amapá, uma foi considerada redescoberta e pelo menos 27 eram completamente desconhecidas da ciência.

Ainda que o objetivo final de cada pesquisa desenvolvida dentro dos limites do novo parque seja diferente, os cientistas que as conduzem sempre chegam a um veredicto comum: a biodiversidade da região é impressionante.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o Estado do Amapá tem, atualmente, cerca de 55% de sua área dentro das 11 unidades de conservação que abriga. Toda essa rica biodiversidade, sem dúvida alguma, requer preservação. Contudo, sob o ponto de vista da economia local, o “tombamento verde”, como poderíamos chamar esse processo, traz um série de consequências desfavoráveis.

Áreas preservadas, sem a menor dúvida, representam uma grande vitória, ainda que incompleta, na batalha contra o desmatamento e a destruição ambiental. Contudo, quando se tem um percentual, como o do meu Estado, dentro de áreas de preservação, a economia tende a sofrer. Sob o aspecto positivo, essas áreas significam a preservação da diversidade da vida; sob o aspecto negativo, contudo, resultam em enormes áreas intocáveis pelo homem, impedidas de oferecer uma contrapartida àqueles que delas cuidam.

Por causa disso, Sr. Presidente, em que pese o benefício ecológico das áreas preservadas, o Estado do Amapá tem sofrido sufocação econômica, por ter mais da metade da sua área dentro de limites de proteção ambiental. Que não haja dúvida sobre isto: não prego o fim, nem mesmo a redução das áreas de preservação, mas, sim, que haja uma sensibilidade política para o ônus que tamanha carga preservacionista representa para o Amapá e sua gente.

O Governo Federal deveria estar atento para essa situação e oferecer uma contrapartida para o “tombamento verde” acentuado que ocorre no Estado do Amapá. Faz-se necessário o devido investimento que promova geração de emprego e renda em uma região carente, com poucas oportunidades, e de forma ambientalmente correta, possibilitando o desenvolvimento do interior do Estado, de maneira planejada e com qualidade de vida.

Sr. Presidente, outro aspecto que, ao falarmos sobre preservação ambiental, não podemos deixar de ressaltar diz respeito aos problemas relacionados ao tráfico de animais silvestres e à biopirataria. Bem sei que se trata de duas questões diferentes – o tráfico de animais e a biopirataria –, com causas e conseqüências próprias; contudo, menciona-as em conjunto porque a medida de contenção, para ambos os problemas, é uma só: intensificar a fiscalização por meio do aumento e reforço da máquina estatal na região.

A atuação de organizações não-governamentais – ainda há pouco, citada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães –, Sr. Presidente, em especial, precisa ser fiscalizada de maneira rigorosa, pois a riqueza da floresta amazônica e a biodiversidade que ela contém são objeto de desejo de inúmeras empresas estrangeiras que vislumbram lucros astronômicos com a comercialização de produtos derivados das pesquisas sobre as riquezas bioquímicas ali contidas. Não se trata de peça de ficção, mas de um problema real em pleno curso por toda a região amazônica e, em particular, no Estado do Amapá.

Por tudo isso, volto a frisar a imensa necessidade de que a máquina estatal destinada à fiscalização das atividades das famigeradas ONGs seja reforçada e ampliada. Hoje em dia, muito se fala na suposta intenção internacional de nos tomar a Amazônia. Contudo, podemos estar a perdê-la, hoje mesmo, molécula a molécula, por meio de um processo discreto, contudo eficiente, de usurpação do conhecimento acerca das riquezas naturais contidas em sua diversidade biológica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*O Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Papaléo Paes. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que assuma a Presidência.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra como Líder.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ONGs que recebem milhões em recursos públicos todos os anos são precárias no papel e quase inexistem na prática.

O Ministério da Justiça dispõe de uma estrutura de apenas doze servidores para fazer a análise formal das contas anuais de mais de quatro mil ONGs registradas no País. A falta de controle formal é tanta que não há nem estimativa precisa de quanto o Governo Federal repassa para essas entidades. O Tribunal de Contas da União estima que o valor chegue a R\$ 8 bilhões/ano. Não há sequer um cadastro único dessas entidades. Se um convênio com um Ministério tem problemas, nada impede que a referida entidade faça convênio com outro Ministério.

O Tribunal de Contas da União, pela palavra do seu ilustre Procurador Dr. Lucas Furtado, decidiu fazer uma devassa nessas entidades em 2007. Aqui no Senado existe já a proposição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo primeiro signatário é o Senador Heráclito Fortes, para se investigar, averiguar e avaliar o papel das ONGs no País e, ao mesmo tempo, o tamanho do rombo que, por algumas delas, possa estar sendo causado aos cofres públicos.

O relatório do Tribunal de Contas da União define que 54% das verbas federais repassadas as essas entidades são para aquelas que não têm capacidade de executar os convênios.

Os recursos federais destinados as ONGs correspondem a três vezes mais que o Governo investe em manutenção de rodovias, ou cinco vezes mais o que pretende investir em segurança, a levarmos em conta a proposta orçamentária para 2007.

ONGs que participaram da campanha pela reeleição do Presidente Lula receberam de agosto de 2005 a outubro de 2006 pelo menos R\$31 milhões dos recursos da Petrobras destinado ao setor. O Ministério Público da União anunciou que começará investigação

sobre as irregularidades em contratos firmados pela Petrobras com ONGs e prefeituras que receberam verbas para supostos projetos sociais.

A ONG Unitrabalho, que tem como colaborador o Sr. Jorge Lorenzetti, recebeu R\$18,5 milhões da União desde o início do Governo do Presidente Lula da Silva. Coincidência ou não, desse total, R\$4,1 milhões foram pagos pelo Ministério do Trabalho um dia antes de o Sr. Gedimar Pereira Passos e o Sr. Valdebran Padilha terem sido presos no hotel em São Paulo com o tal 1,7 milhão que se destinava à compra do dossiê fraudulento, que visava a incriminar dirigentes do meu Partido. O volume de recursos repassados à ONG Unitrabalho pelo Governo Lula é cinco vezes maior do que tudo o que foi repassado pelos oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso às ONGs.

Portanto, Sr. Presidente, entendo que estamos diante de um fato que merece mesmo absoluta atenção da Nação, porque, nas águas mais profundas a serem investigadas dos desvios de dinheiro público a partir das ONGs, poderemos estar vivendo algo escandaloso na monta do que marcou e estigmatizou o Governo Lula no seu primeiro período. É fundamental, portanto, uma rápida e pronta investigação, não havendo, de parte do Planalto, nenhuma tergiversação para que possamos dar as satisfações que a Nação requer urgentemente, porque o fato é que o chamado terceiro setor, que é essencial para a vida democrática, até como complemento das atividades do Parlamento... Eu entendo que o Parlamento sem as ONGs fica capenga. O Parlamento precisa inclusive de maior entrosamento com as boas ONGs para cumprir melhor e cumprir de maneira correta o seu papel de intermediar os pleitos da sociedade. Mas é fundamental que limpemos essa área das ONGs e que percebamos que pode haver irregularidade aqui ou irregularidade acolá, mas o grave, o gravíssimo é que nós, ao vermos as denúncias que têm sido feitas pelo jornal **O Globo** e por outros órgãos da imprensa brasileira, temos percebido certo caráter sistêmico; ou seja, ao invés de uma ONG se portar mal, Senador Heráclito, ou uma outra se portar bem, estamos percebendo certo esquema para que haja apropriação de recursos públicos, com fins, pelo que pressinto, até eleitoreiros. Mas eu não consigo acreditar em desvio de recursos públicos visando apenas a eleição. Quem desvia recurso público para uma coisa acaba desviando para o próprio enriquecimento pessoal. Isso é sangria, sim, da poupança brasileira. Isso atrapalha, sim, o crescimento econômico. É uma variável que atrapalha, sim, o crescimento econômico. Um país com uma taxa mínima de corrupção, aquela que os governos querem enfrentar e não conseguem, acontece, por exemplo, na Suécia, nos Estados Unidos, na Inglaterra, em qualquer lugar. Em

qualquer país desenvolvido do planeta existe corrupção, mas ela não é sistêmica. Disso a Justiça se encarrega e o Ministério Público também. O terrível é a corrupção sistêmica, aquela que acontece em tal monta que, se formos aprofundar a análise matemática da economia e do seu crescimento ou do seu não-crescimento, veremos que ela poderia ter crescido mais se houvesse lisura e que cresceu menos porque não houve lisura. Ou alguém dirá que o Brasil não sentiu uma certa paralisia a partir da CPI do Mensalão, a partir da CPI dos Correios, a partir da CPI dos Bingos, a partir dos fatos que foram relatados, a partir das denúncias que escandalizaram a Nação no ponto em que escandalizaram? Ou seja, sem aquilo, o Brasil não cresceria os 2,8% que crescerá neste ano. Ele cresceria 4%, como era a intenção da equipe econômica do Governo. Não cresceu, em parte, porque o Governo não funcionou; não cresceu, em parte, porque o flanco ético falhou, foi atingido de morte. E a paralisia, seja a administrativa, seja a paralisia política que veio expressada pela perda de controle do Congresso a partir do próprio fato gerado pela corrupção, isso tudo gerou um crescimento menor.

Estou aqui, portanto, repisando a questão ética por dois ângulos: é dever de qualquer homem público buscar o compromisso com a ética, o respeito à ética, mas há também o lado prático da ética. O desvio de recursos públicos é responsável por mais crianças nas ruas pedindo esmolas, é responsável por mais criminalidade juvenil, é responsável por mais prostituição infanto-juvenil, é responsável por mais desempregados, é responsável por mais suicidas, é responsável por mais alcoolismo, é responsável por mais mazelas sociais, porque o dinheiro é um só. E o dinheiro que deveria ser aplicado no emprego e na vida termina beneficiando meia dúzia de espertalhões, que agora descobrem que podem montar uma ONG e enriquecer rapidamente.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não tomarei mais tempo da Casa. Apenas digo que, em uma análise que pretendi sóbria desta questão, pretendi ajudar a esclarecer o drama e o problema que estamos a enfrentar. Temos que deter mais esse duto por onde escorre dinheiro público; temos que, de maneira muito sóbria e efetiva, fechar mais esta janela, este portão, este ralo, por onde escorre uma parte substantiva, significativa, da poupança nacional. As ONGs não são em si mesmas um mal, mas é um mal que estejam alguns se apropriando de ONGs e da cumplicidade com agentes públicos para o enriquecimento pessoal ou para o trabalho eleitoral, eleitoral, político ou o que mais seja.

Portanto, que a investigação venha logo e que o Governo dela não fuja, para que possamos esclarecer, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, impedir, Senador Sibá Machado, que a poupança popular seja sangrada por maus brasileiros, que entendem que o enriquecimento deve vir sem ser pelo trabalho, deve vir sem ser pela lisura.

Concedo a V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, como o tema já tem chamado a atenção durante vários dias, não posso me furtar de participar dele, mesmo porque acompanhei também o trabalho de algumas organizações não-governamentais por algum tempo e pude ver que, em alguns momentos, foi pela luta dos movimentos sociais brasileiros que se negociou com a D. Ruth Cardoso que se pudesse pensar numa estrutura legal da construção das Oscips que não pudesse deixar o trabalho das ONGs vinculado apenas à Lei nº 8.666, por causa da realização de convênios, por ser a lei a mesma das licitações públicas, o que travava alguns trabalhos mais solidários numa área em que muitas vezes o governo tem dificuldade de chegar com maior rapidez, e assim por diante. Então, entendendo a preocupação e inclusive subscrevi o requerimento do Senador Heráclito Fortes. Preocupa-nos – e quero entender que é isso – que o Ministério da Justiça disponha de poucas pessoas para fiscalizar se a razão das Oscips realmente está sendo levada a cabo, se o trabalho delas está de maneira correta, bem como a justificativa da sua ação e também os contratos daí resultantes. Mas eu quero entender que, no momento em que se faz um convênio, um contrato de cessão de recursos financeiros, nós temos uma gama de órgãos que se reportam à fiscalização. Eu gostaria – e até já sugeri da vez passada – que nós pudéssemos ter, digamos, algum indicador que pudesse nos deixar mais... Pois são tantas ONGs e tantas Oscips, são muitas, alguns milhares, que eu temo que, se nós vamos instalar um trabalho desses, de uma CPI, poderemos ficar divagando em um emaranhado que temos pela frente e até cometer uma injustiça, deixando, talvez, de considerar alguma coisa mais correta para considerar uma coisa que não merece ser tratada nesse ambiente. Porém, imagino que deveríamos partir de algum indicador que alguma das instituições possa nos oferecer, ou no ambiente do Ministério Público, ou no do Tribunal de Contas ou no da Controladoria-Geral da União. Ou seja, alguma instituição que hoje tem o papel da fiscalização pudesse nos dizer: “Olha, sugerimos começar um trabalho nessa direção aqui”, e nós pudéssemos avançar com maior precisão e maior tranquilidade, para ser justo na hora de oferecer à sociedade um resultado plausível para a correção de qualquer distorção. E

aí novamente V. Ex<sup>a</sup> pode contar com a nossa participação, que não é para passar a mão na cabeça de ninguém, é para corrigir. Eu defendo que o mérito da existência das ONGs é correto, pois elas prestam um serviço que, muitas vezes, o Estado brasileiro não tem condições de realizar a tempo e a hora. Muitas vezes chegam a regiões geográficas do País que não temos condições de chegar via Poder Público. Portanto, para não ficar parecendo que, de uma hora para a outra, quem é de uma ONG está vinculado ao mal, podemos separar uma coisa da outra e fazermos um trabalho bem correto, preciso, objetivo, para esclarecimento de qualquer dúvida que haja.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Sibá.

Encerro, Sr. Presidente, em resposta ao Senador Sibá Machado, dizendo que de fato as ONGs são importantes, o terceiro setor é relevantíssimo à conformação atual da democracia brasileira.

Temos é que fazer, primeiro, por todas as vias de apuração dos fatos, seja o Ministério Público, seja a Controladoria – órgão interno do Governo –, seja o Tribunal de Contas da União, que já está agindo, seja mesmo a Comissão Parlamentar de Inquérito requerida pelo Senador Heráclito Fortes, a investigação, para vermos os beneficiários das fraudes, dos desvios e apontarmos esses beneficiários à punição, ao mesmo tempo em que trabalharíamos – parece-me que esse seria o trabalho mais nobre – os remédios para isso não acontecer mais. Estamos vendo que não existe cadastro único, o que significa dizer que, barrada por estar “suja” determinada organização não-governamental no Ministério tal, ela corre para o Ministério qual, e não há uma espécie de SPC ou um Serasa que diga “também não pode aqui”; não há sequer um cadastro único.

Então, são soluções e fatos que virão a partir dessas investigações. E eu bendigo a democracia, porque esse é o regime que permite, na verdade, as denúncias e permite depois as soluções, por mais que alguns entendam lento o processo judiciário, lento o processo parlamentar, mas prefiro isso à celeridade que uma ditadura poderia imprimir.

Por enquanto, estou fazendo o diagnóstico da situação das ONGs tal como tenho lido as denúncias. Estou aqui hipotecando solidariedade à atitude tomada pelo Senador Heráclito Fortes, que se dispôs a investigar – S. Ex<sup>a</sup> propôs a investigação e contou com a minha assinatura e com a assinatura do meu Partido – o episódio das ONGs na Câmara, no âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Confesso-me preocupado porque, se isso é a superfície, é bom procurarmos tomar uma decisão

rápida, absolutamente definitiva e decisiva, porque embaixo das águas pode haver algo mais grave, pode haver algo mais complicado. Portanto, que não seja isso tão danoso para o Brasil, para a imagem do Brasil, como o foram os escândalos que redundaram nas três CPIs recentes.

É importante que o próprio Governo diga: “Não vou obstacularizar, vamos investigar tudo, como V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, doa a quem doer..

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... custe o que custar, dê no que der!

Que se investigue por todos os meios. Temos um órgão que é interno ao Governo, a Controladoria; mas temos órgãos externos ao Governo, como o TCU, que anuncia a disposição de investigar, tem o pedido de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito. E temos, enfim, a vigilância da imprensa brasileira, que, a cada dia, revela fatos novos, a cada dia exhibe fatos novos. Todos eles aumentam não só o volume de recursos desperdiçados, desviados, como também as suspeitas de envolvimento político de forma sistêmica em relação a esses recursos.

Estou, portanto, aguardando os próximos momentos, entendendo que todos devemos agir em defesa da poupança brasileira e devemos agir, todos, a favor de uma solução que não poupe quem quer que seja, que aponte os culpados, porque o Brasil exige, pela sua democracia madura...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...soluções definitivas, e não paliativas.

Já encerro, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte que me deu a honra de conceder, abrilhantando o meu discurso.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo orador inscrito, por permuta com o Senador Geraldo Mesquita Júnior, é o Senador Alvaro Dias, do PSDB do Estado do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE, RE-**

**TIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,  
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O próximo orador inscrito, por cessão do Senador Tião Viana, é o Senador João Batista Motta. Após, falará o Senador Heráclito Fortes, por permuta com o Senador Almeida Lima. A Senadora Ideli Salvatti será a terceira, após o Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, do PSDB do Espírito Santo.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste final de semana, os jornais publicaram críticas e mais críticas ao Presidente Lula, porque ele detectou e verbalizou....

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Permita-me só um momentinho, Senador João Batista Motta. Quero anunciar a presença dos médicos residentes do Hospital Universitário de Brasília. Nós os cumprimentamos e agradecemos pela presença no Senado Federal. Amanhã, será apreciado um projeto pelos Senadores, em regime de urgência, de interesse da classe dos médicos residentes. É um prazer enorme.

Devolvo a palavra ao Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES)

– Como eu estava falando, Sr. Presidente, os jornais deste final de semana trouxeram muitas críticas ao Presidente da República, manifestadas por pseudo-ambientalistas que condenavam a fala do Presidente, quando verbalizou aquilo que Sua Excelência considera como entrave para o crescimento econômico do Brasil, no momento em que pregava acabar com as amarras que estão impedindo o Brasil de crescer.

Acontece que o Presidente, ao detectar aquilo que vem acontecendo, que tem atrapalhado o crescimento do Brasil, demonstrou que conhece os nossos problemas. Tem demonstrado saber que os entraves que o Brasil tem para crescer é o dólar a R\$2,00; sabe que o que tem atrapalhado o Brasil a crescer são leis ambientais que estão sendo mal aplicadas; sabe da existência de ONGs estrangeiras, que vivem fazendo de tudo para que os nossos rios não sejam navegados; sabe que existem ONGs estrangeiras que fazem de tudo para que não se plante eucalipto no Brasil, ou melhor, que se faça reflorestamento no Brasil; sabe que a burocracia é incrível, é descomunal em nosso País; como sabia, há quatro anos, quando foi eleito pela primeira vez, que o brasileiro passava fome ao quando

recebia um salário de R\$300,00, hoje R\$350,00. Sua Excelência sabe que não dá para o cidadão viver com um valor desse.

O que é de se lamentar é que, se o Presidente sabe diagnosticar os problemas, se sabe onde nascem os problemas que atrasam o crescimento do nosso País, que fazem com que milhares e milhares de jovens brasileiros tenham de se deslocar para viver em outros países. Jovens com diploma de médico, de engenheiro, de advogado, vão lavar pratos nos Estados Unidos, dirigir caminhão ou colher uvas na Itália... Moças que receberam também um diploma no Brasil vão ser camareiras em outras partes do mundo. Isso deveria cortar o coração do Presidente, que tem uma origem humilde. Olha, se Sua Excelência sabe diagnosticar, se sabe onde está o problema, então por que não procura debelá-lo por intermédio da nomeação de um Ministério competente, técnico, que se volte para os problemas que mais afligem o nosso povo, para que o nosso País possa voltar a crescer? Por que não faz? Sua Excelência não sabe que o cidadão não pode viver com R\$300? Então, por que não tira a contribuição da folha de pagamento? Por que não faz a contribuição do INSS, ou seja, da Seguridade Social, ficar indexada ao PIB, ao crescimento econômico, e aí poderemos praticar um salário mínimo de R\$500,00, de R\$600,00, de R\$1 mil ou de R\$1,5 mil. Não importa. Fica a contribuição afastada da folha de pagamento, acabando com o problema dos aposentados do INSS. Por que não se faz isso? Já que copiamos tanta coisa dos países vizinhos, por que também não copiamos a possibilidade de se fazer um nivelamento por cima, ou seja, remunerar bem a produção e, depois, fazer um salário compatível para que o cidadão possa munir-se de seus bens por intermédio de um nivelamento por cima, com remuneração boa e salário bom também?

Por que procuramos nivelar o nosso País por baixo, ou seja, obriga-se o cidadão a vender um litro de leite por vinte centavos no interior do Brasil – no Estado da Senadora Ana Júlia Carepa, custa vinte centavos o litro de leite –, quando sabemos que o litro de água custa quase R\$12,00? Como é que se obriga um cidadão a vender o leite por vinte centavos, a vender um saco de arroz por R\$12,00, a vender um quilo de carne de boi em pé a R\$1,50? Não dá para pagar as despesas; não dá para fazer a vacinação. Como é que se pratica isso?

Aí, obriga-se que tenhamos um salário de R\$300,00, R\$350,00, para que o cidadão, com aqueles recursos pequeninos, possa adquirir esses bens não-remunerados, pois está perdendo dinheiro ao produzir. Será que não é possível copiar aquilo que a Itália fez, onde o aluguel de uma quitinete é R\$3.500,00 por

mês? Onde um bife com arroz custa R\$200,00, mas o cidadão ganha R\$9 mil por mês? Será que não pode copiar isso? Será que não dá para o Presidente enxergar que se, neste País, há quem recebe um salário de R\$350,00 não pode ter um salário de R\$30.000,00 para alguém? Será que não dá para entender isso? Será que não se pode tomar uma providência? Foi feita uma reforma da Previdência, o salário dos funcionários estaduais foi vinculado ao do Governador, o salário dos funcionários da União foi vinculado ao salário do Presidente da República, mas ninguém obedece. Não há Governo; não há pulso.

Há coisas no Brasil, Sr. Presidente, que não dá para entender; é para o cidadão brasileiro desanimar. Vejo jovens e mais jovens se deslocando para outros países. São garotos brilhantes, filhos de amigos, que são obrigados a deixar nosso País para viver em outra parte do mundo. E nós de mãos atadas, sem fazermos nada.

Ontem, tive a maior decepção dos últimos tempos: vi uma entrevista do Presidente do PMDB, Michel Temer, na TV Bandeirantes. Foi uma coisa estarrecedora. Ele tentou justificar, de todas as maneiras, por que o apoio do PMDB. O PMDB se diz unido em torno de um projeto. Será que ele falou a verdade? Será que ele acredita nisso? Será que, no passado, o PMDB já não fez um acordo com o Governo, e o Governo não cumpriu nada?

Será que ele não entende que no Brasil sequer se tapa buraco e não se investe em portos? O Presidente está falando de retomada de crescimento, mas será que ele acredita? Será que o PMDB acredita? É uma coisa a que o brasileiro assiste estarrecido. Ou o interesse é pessoal, de meia dúzia?

Durante todo o programa, o que mais me assustou foi que, em momento nenhum, os jornalistas que estavam fazendo a entrevista ou o próprio Presidente do PMDB citaram que o Governo desmereceu a confiança da população, não cumprindo aquilo que prometeu no primeiro mandato. Em momento nenhum, o PMDB justificou ética no Governo para se juntar a ele. Isso não conta para o Governo e não conta também para o PMDB? Ou no PMDB ética só conta para o Pedro Simon e para uma minoria de peemedebistas?

Sr. Presidente, eu queria deixar uma reflexão para o Presidente Lula, que, como disse no início do meu discurso, diagnosticou aquilo que tem atrapalhado o crescimento deste País. Espero que ele agora, com essa força poderosa de centenas de Deputados federais e de 18 Senadores, possa implementar um programa que realmente venha...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)** – ... um programa que lhe dê condições de debelar aquilo que tem atrapalhado o crescimento do nosso País. Espero que os 18 Senadores do PMDB e os quase 100 Deputados federais, juntamente com o PT, possam fazer isso.

Não estou nem preocupado, Senador Leonel Pavan, com a ética, que o PMDB está deixando de lado. Está se juntando ao poder. Não está se juntando pela ética, não está fazendo um acordo em torno daquilo que o Brasil precisa, mas quero aqui deixar um voto de confiança.

Já que o Presidente Lula detectou a burocracia, os juros altos, a cotação do dólar prejudicando as exportações, facilitando as importações, transferindo nossos empregos para o exterior, espero que o Presidente Lula, agora com a ajuda do PMDB, já que está detectando esses problemas, já que conseguiu diagnosticá-los, que tome providências. Dê um murro na mesa, Presidente, acabe com isso, tire os pseudo-sambientalistas, incrustados no serviço público. Eles não surgiram no Governo Lula. Não! Eles vêm lá de trás. Tome providências contra essa gente que não quer que o Brasil cresça, que não quer que o Brasil saia do marasmo, que quer que continuemos produzindo miseráveis, com a violência chegando a patamares jamais vistos em nossa História ou na História do mundo. É uma vergonha mundial! Olhem o que está acontecendo no Rio de Janeiro e em São Paulo, quando chegam turistas estrangeiros...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)** – Com a sua compreensão, Sr. Presidente, vou terminar. Agradeço-lhe, de coração, respeitando os meus sucessores que vão falar desta tribuna.

Termino, dizendo: Presidente Lula, pelo amor de Deus, ajude este País a crescer! Dirigentes do PMDB, façam com que este País retorne ao crescimento! Está insupportável a situação em que hoje estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)** – Queríamos comunicar ao Senador Edison Lobão que S. Ex<sup>a</sup> terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 15, § 2º, do Regimento Interno, intercalado com o uso da palavra pelos oradores inscritos. Logo após V. Ex<sup>a</sup>, está inscrito o Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra o Senador Edison Lobão, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

**O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA.** Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, a imprensa brasileira começa a dar destaque – eu diria triste destaque – às dificuldades que, mais uma vez, são enfrentadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Do mesmo modo que a Embrapa, o Ibama é um dos mais importantes órgãos estatais da América Latina. No entanto, faltam-lhes as verbas essenciais às suas tarefas, e agora sofre ameaça de inclusive bloquearem suas linhas telefônicas por falta de pagamento. Uma verdadeira desmoralização para todo o sistema.

Como registra reportagem recente do **Correio Braziliense**, as unidades desse órgão deviam cerca de R\$27 milhões, até setembro, a fornecedores de energia elétrica, combustível e outros custos imprescindíveis ao seu funcionamento, entre os quais os referentes a serviços de limpeza, conservação e segurança que atendam ao público visitante dos nossos parques nacionais.

A missão que se atribui ao Ibama é de relevância internacional, notadamente nesses tempos em que o mundo parece acordar para os riscos que ameaçam o planeta Terra. Os crimes e falhas que ainda afetam o meio ambiente em nosso País seriam consideravelmente menores se ao órgão fossem destinados os recursos que se fazem imprescindíveis para a plenitude da sua eficiência.

O meio ambiente – todos sabemos – merece justa e excepcional prioridade, tantos e tão graves são as ameaças que, por seculares agressões à natureza, envolvem a humanidade.

No Brasil, não ficamos isentos da responsabilidade de o Estado, por sua ação ou omissão, igualmente ter comprometido o meio ambiente. A começar pelo criminoso desmatamento, ferimos fundo, há décadas, os recursos naturais. Rios antes de águas transparentes foram impiedosamente poluídos. Lagos secaram; montanhas, demolidas sem análise prévia. Nossos centros urbanos tornam-se fontes poluentes, sob o volume não controlado de dióxido de carbono, pelo abuso das ocupações irregulares em todas as cidades do País.

Não fosse o Ibama, consideravelmente mais graves seriam as conseqüências que, entre nós, igualmente ferem a exuberância da nossa natureza.

A prioridade ao meio ambiente merece, com justiça, um apoio global irrestrito. Os esforços do Ibama ultrapassam os destaques que a mídia dedica à fiscalização que lhe cabe acionar contra a derrubada de árvores centenárias ou contra os incêndios criminosos de todos os dias. Esse Órgão do Ministério do Meio Ambiente, paralelamente à sua atuação fiscalizadora, desenvolve programas em prol da conservação da natureza. No Maranhão e em outros Estados, promove

Cursos Básicos para Monitores Ambientais Locais em Unidades de Conservação. Tais cursos buscam contribuir para a formação de monitores ambientais locais, para atuarem na condução de visitantes em sítios inseridos nas áreas do entorno dos parques nacionais. Pretendem habilitar os alunos nas ações de monitoramento dos impactos gerados pela visitação pública nas áreas de conservação e capacitá-los para o conhecimento de várias áreas relacionadas ao turismo sustentável. Nesses cursos, são debatidos os aspectos ambientais, históricos e culturais das localidades ou regiões nas quais serão realizadas as ações de capacitação aos nossos monitores ambientais. Inicia-se tal aprendizado, um didático método para conscientizar populações, em Carolina – a bela cidade maranhense em meio a matas e cachoeiras de grande atração turística – e nas unidades dos Parques Nacionais Chapada das Mesas, Lençóis Maranhenses, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias (Estadual) e Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba.

Sr. Presidente, eu devo submeter-me aos ditames do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> terá mais um minuto.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Concluo dizendo que o Ibama presta um relevante serviço a este País. É preciso que o Ibama tenha a seu favor os recursos que lhe são devidos, sem o que ele não terá como cumprir bem o seu papel.

Devo dizer mais: esse instituto foi criado pelo Dr. Fernando César Mesquita durante o Governo do Presidente José Sarney, e, graças a ele, nós não tivemos desgraças que eram previstas e eram antevistas. Com a atuação do Ibama, foi possível sopitar essas coisas ruins que estavam para acontecer. Mas, Sr. Presidente, o Governo estará conspirando contra o Ibama se não o dotar dos recursos que ele merece e que estão previstos no Orçamento.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.**

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a imprensa começa a dar destaque, triste destaque, às dificuldades que, mais uma vez, são enfrentadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis. Do mesmo modo que a Embrapa, o Ibama é um dos mais importantes órgãos estatais da América Latina. No entanto, faltam-lhe as verbas essenciais às suas tarefas, e agora sofre a ameaça de inclusive lhe bloquearem as linhas telefônicas por falta de pagamento.

Como registra reportagem do **Correio Braziliense**, edição de 16 do corrente mês, as unidades desse órgão deviam cerca de R\$27 milhões, até setembro, a fornecedores de energia elétrica, combustível e outros custos imprescindíveis ao seu funcionamento, entre os quais os referentes a serviços de limpeza, conservação e segurança que atendam ao público visitante dos nossos parques nacionais.

A missão que se atribui ao Ibama, Sr. Presidente, é de uma relevância internacional, notadamente nestes tempos em que o mundo parece acordar para os riscos que ameaçam o planeta Terra. Os crimes e falhas que ainda afetam o meio ambiente em nosso país seriam consideravelmente menores se ao órgão fossem destinados os recursos que se fazem indispensáveis para a plenitude da sua eficiência.

O meio ambiente – todos sabemos – merece uma justa e excepcional prioridade, tantos e tão graves são as ameaças que, por seculares agressões à natureza, envolvem a humanidade. Nunca será tarde, porém, para enfrentar os problemas que já infligiram danos irrecuperáveis ao meio ambiente em todas as partes do universo. A opinião pública internacional, felizmente, junta forças e dinamiza-se a cada dia, criando as condições de luta contra a destruição dos bens naturais. Incute-se na consciência dos povos a nossa missão de legar, para as futuras gerações, o invejável patrimônio com que fomos privilegiados pela natureza.

No Brasil, não ficamos isentos da responsabilidade de o Estado, por ação ou omissão, igualmente ter comprometido o meio ambiente. A começar pelo criminoso desmatamento, ferimos fundo há décadas os recursos naturais.

Rios antes de águas transparentes foram impiedosamente poluídos. Lagos secaram, montanhas, demolidas sem análises prévias. Nossos centros urbanos tomam-se fontes poluentes, sob o volume não controlado de dióxido de carbono, pelo abuso das ocupações irregulares.

Não fosse o Ibama, consideravelmente mais graves seriam as conseqüências que, entre nós, igualmente ferem a exuberância da nossa natureza. Nas últimas horas, jornais e televisões noticiam o massacre sofrido por fiscais do Ibama no combate, em Roraima, a caçadores ilegais de tartarugas, com feridos e um morto. Um trágico detalhe que dá a dimensão do sofrido trabalho realizado por esse órgão.

A prioridade ao meio ambiente merece com justiça um apoio global irrestrito. Os esforços do Ibama ultrapassam os destaques que a mídia dedica à fiscalização que lhe cabe acionar contra a derrubada de árvores centenárias ou os incêndios criminosos. Esse órgão do Ministério do Meio Ambiente, paralelamente

à sua atuação fiscalizadora, desenvolve programações em prol da conservação da natureza. No Maranhão e em outros Estados, promove Cursos Básicos para Monitores Ambientais Locais em Unidades de Conservação. Tais cursos buscam contribuir para a formação de monitores ambientais locais, para atuarem na condução de visitantes em sítios inseridos nas áreas do entorno dos parques nacionais. Pretendem habilitar os alunos nas ações de monitoramento dos impactos gerados pela visitação pública nas áreas de conservação, e capacitá-los para o conhecimento de várias áreas relacionadas ao turismo sustentável. Nesses cursos, são debatidos os aspectos ambientais, históricos e culturais das localidades ou regiões, nas quais serão realizadas as ações de capacitação aos monitores ambientais. Inicia-se tal aprendizado, um didático método para conscientizar populações, em Carolina – a bela cidade maranhense em meio a matas e cachoeiras de grande atração turística – e nas unidades dos Parques Nacionais Chapada das Mesas, Lençóis Maranhenses, Área de Proteção Ambiental Reentrâncias (Estadual) e Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba. E, no Piauí, ocorrerão cursos nos Parques Nacionais Sete Cidades, Serra das Confusões, Serra da Capivara e Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba.

As localidades escolhidas para tais cursos demonstram a competência e a preocupação do Ibama em priorizar sítios e regiões que, ricas pelo privilégio que lhes concedeu a natureza, correm sérios riscos à falta de uma adequada preservação do seu meio ambiente.

Incluo-me, Sr. Presidente, entre os que lutam, na medida das suas possibilidades, para a preservação das nossas melhores tradições e belezas naturais. Somos um país megadiverso, que deve cultivar, até mesmo por dever humanitário, esta característica ambiental. Por outro lado, a preservação é um valioso instrumento para incentivar a implementação do turismo sustentável, em especial o ecoturismo. O turismo tem a capacidade de gerar emprego e renda, de forma sustentável, melhorando, assim, as condições de vida da nossa população, e contribuindo para a conscientização da relevante importância de se preservar o meio ambiente.

Outras iniciativas nesse setor estão surgindo no país. A Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente incentiva a adesão de mais cidades ao Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES), cujo objetivo é apoiar a promoção de ações e projetos educativos para sustentabilidade do território. O Programa foi criado com a proposta de fazer de cada comunidade, município, bacia hidrográfica ou

região administrativa um espaço de educação contínua dos habitantes para a sustentabilidade por meio de ações concretas, participativas e democráticas. Outra proposta da mesma Diretoria deu início, em julho passado, à oficina estadual do chamado Mapeamento de Potenciais Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis. Três dos chamados Coletivos Educadores atuarão nas regiões de Imperatriz, Baixo Parnaíba, Ilha de São Luís e no município de Alcântara, com ampla participação de representantes de instituições públicas federal, estaduais, municipais e entidades da sociedade civil.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tive grande prazer, em 1999, de relatar na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de Lei Complementar nº 27/1999, de iniciativa da Presidência da República, instituindo o Sistema.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Obrigado, Senador Edison Lobão, por haver cumprido rigorosamente o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do PI, por permuta com o Senador Almeida Lima, do PMDB.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, passei esse final de semana aprofundando-me sobre o pedido que encaminhei para instalação, nesta Casa, da CPI das ONGs.

Confesso que, em determinado momento, cheguei a me preocupar com o volume de correspondências que recebi de – vamos dizer assim – “ongueiros” preocupados com os destinos das suas ONGs diante da iminência da instalação desta CPI.

O ex-Senador e Deputado eleito Albano Franco, que se encontra no plenário, sabe muito bem da importância de uma ONG em Estados pobres como são os Estados nordestinos, para atingir objetivos sociais e, com isso, minorar a aflição e a dor de milhares e milhares de pessoas.

Eu já disse aqui e reitero que não é objetivo dessa investigação prejudicar as ONGs sadias, as que têm serviços prestados, mas também não é intenção nossa permitir que ONGs que vivem sugando público continuem a fazê-lo, com a omissão de um Legislativo que tem, dentre suas funções, aquela de fiscalizar.

Chega a esta Casa um dos homens mais vividos e experientes da vida pública brasileira, que é o Senador José Sarney. Sabe muito bem o que já sofremos pelo mau uso de recursos, principalmente nos programas de incentivos. A Sudene e a Sudam, ao serem criadas, tinham como objetivo exatamente promover o desenvolvimento do Nordeste e do Norte do Brasil, principalmente de toda a região Amazônica.

As políticas de incentivo que tão bem faziam a essas regiões foram inviabilizadas pelos maus projetistas, que prejudicavam os bons, apresentando projetos que eram verdadeiras arapucas e que, além de comprometer o orçamento daquelas instituições, enlameavam toda a concepção criada no seu modelo original. As denúncias se seguiram, as providências não foram tomadas. Chegou-se ao momento em que o Governo teve de tomar providências drásticas e, aí, as duas entidades foram fechadas para, após um reestudo apurado, poderem voltar a funcionar já com outro modelo. Só que esse ato tem prejudicado demais as regiões Nordeste e Norte.

Tivemos prejuízo semelhante, Senador João Batista, com a Embrafilme. Nova política de estímulo foi criada para promover o cinema brasileiro. Ontem vi, em uma televisão a cabo, uma entrevista desta figura interessantíssima, que é o Luiz Carlos Barreto, o “Barretão”. E ali se pôde – ele não quis entrar diretamente no mérito – ver os prejuízos e os abusos praticados por aqueles que usaram mal os incentivos dados à cultura, prejudicando as boas idéias.

No Governo do então Presidente Sarney, tivemos leis específicas para estimular a cultura. No entanto, a capacidade de alguns brasileiros de desvirtuar o objetivo central desse tipo de financiamento fez com que houvesse uma retração no objetivo original do projeto. Pois bem, para evitar tudo isso e dar musculatura ao instituto das ONGs e das OSCIPs, nós precisamos passar a limpo essa modalidade. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o caminho é o da transparência e de um debate sobre a matéria.

Nesse final de semana, jornais mostraram prisões feitas pela Polícia, e uma matéria do Fantástico, ontem, mostrou prisões no Sul do País de pessoas envolvidas nesse tipo de prática. Esses casos mostram que o caminho da investigação e da apuração é o único para solucionar essa questão, que prejudica e preocupa tanto os brasileiros.

Não é justo que pessoas se utilizem de mecanismos ágeis para, em nome de uma entidade que supostamente serviria para combater doenças como câncer, com suas arapucas, malversar o recurso público.

O reconhecimento da fraqueza na fiscalização dessas entidades é mais uma prova de que precisamos dar uma remexida no modelo. O Ministro da Justiça, hoje, em entrevista, promete criar grupo de trabalho e fazer uma reunião na semana que vem. Só que esse vazadouro já vem dando prejuízos ao País há algum tempo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, prestei atenção hoje, Senador Sarney: os oradores, praticamente todos, falaram sobre o assunto. Ou discursava-

ram diretamente tratando da questão, ou envolveram tópicos da questão nos seus discursos.

O Senador Arns, que aqui se encontra, Representante do Paraná e uma figura que participa de atividades de proteção àqueles que necessitam de cuidados especiais, sabe melhor do que ninguém o real motivo da minha preocupação.

Tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> será um dos suportes que vamos ter nesse período.

Mas há um fato para o qual quero chamar a atenção de todos. Não podemos cair neste tipo de esparrela: as CPIs de má origem, as ONGs de mau costume, escudam-se nas boas ONGs e, mediante uma defesa indireta, tentam se livrar de uma investigação inevitável e iminente.

Observei que todas as reclamações que recebi não foram feitas por aquelas entidades que têm a consciência tranqüila de estarem cumprindo o seu dever. Mas aquelas cujas atividades são duvidosas e que foram criadas para sugar o recurso público, ou por facilidade de acesso aos cofres, ou por excesso de generosidade de empresas privadas, essas, sim, estão em perigo.

O foco ou o objetivo da CPI não é, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, o de perseguir as boas entidades, mas sim, volto a dizer, de estancar o funcionamento das que prejudicam o sistema.

Não vamos de maneira alguma, Senador Roberto Cavalcanti, buscar a perfeição das perfeições na administração dessas entidades. Conhecemos as suas limitações, as dificuldades que encontram, até mesmo de comunicação com o Poder central, pela fragilidade da região onde funcionam. Mas uma coisa não podemos negar nem deixar de reconhecer. É muito fácil saber as que realmente trabalham, é muito fácil distinguir as que erram porque trabalham e as que erram porque são criminosas, não trabalham, manipulam balanços, superfaturam preços e são, na realidade, entidades virtuais.

É evidente que um dos objetivos é apontar caminhos para o futuro – criação de procuradorias, cadastros – como já foi feito, de maneira pioneira, recentemente, pelo Governador Cláudio Lembo. Enfim, com ajuda de todos que participam ou que participarão dessa Comissão, daqueles que já assinaram, ouvir as sugestões, trazer aqui o Presidente e a diretoria da Abong, que têm se manifestado, de maneira bem clara e transparente, favoravelmente a essa investigação. Queremos aperfeiçoar o modelo, não extingui-lo, não prejudicá-lo.

Tenho visto setores de muita responsabilidade do Governo cobrar ações por parte do meu Partido, o PFL, com relação ao Sistema S. Gostaria que as pessoas

que fazem esse tipo de cobrança fossem mais claras, uma vez que têm, pelas posições que ocupam ou que ocuparam no Governo, mais facilidade e acesso, para nos trazer os motivos pelos quais acham que devemos também iniciar uma investigação nessas outras áreas. Ou podem, de maneira mais prática, assumir a responsabilidade por intermédio de seus Partidos e das suas Lideranças.

Ouçó, com prazer, o Senador Roberto Cavalcanti.

**O Sr. Roberto Cavalcanti** (Bloco/PRB – PB) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema que o Brasil todo anseia ver definido. Na verdade, é preciso haver a separação. E V. Ex<sup>a</sup>, desde o início, teve o cuidado de se dirigir ao tema fazendo a devida separação entre as verdadeiras ONGs, quer sejam brasileiras ou internacionais, que praticam o bem no País, e as ONGs, nacionais ou internacionais, que se aproveitam do modelo ONG, que está em moda e que, às vezes, é mais respeitado do que deveria ser, e praticam o anti-Brasil. Acompanhei V. Ex<sup>a</sup> desde o início dessa missão, no sentido de fazer com que isso acontecesse após as eleições. Uma das razões pela qual subscrevi a presente proposta foi o fato de V. Ex<sup>a</sup>, desde o início, ter-se comprometido com todos os demais Parlamentares em fazer com que o tema só fosse apresentado após as eleições, para que não houvesse uma conotação política – e V. Ex<sup>a</sup> pratica nesta Casa uma oposição bastante arraigada. Meu aparte a V. Ex<sup>a</sup> é no sentido de parabenizá-lo pelo tema, pela proposta subscrita, segundo me consta, por um número de Parlamentares suficiente para sua implementação. E peço que faça com que se tome o cuidado, durante o decorrer desta Comissão, de não se criar dano a ONGs que, na verdade, praticam o bem ao Brasil. Meu muito obrigado.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que foi um dos signatários.

Não tivemos preocupação política com relação às ONGs. Tanto que vários Senadores, inclusive do Partido dos Trabalhadores, assinaram o requerimento.

Senador Flávio Arns, com o maior prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Senador Heráclito, também quero destacar o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer no sentido de que temos de distinguir aquelas entidades do terceiro setor que prestam serviço relevante e importante, substituindo o Poder Público na construção da cidadania e aquelas entidades ditas do terceiro setor que, na verdade, têm de ser também fiscalizadas e punidas pelo mau exemplo que estão dando ao Brasil. Entre as entidades importantes, destaco que, se não fosse o terceiro setor no Brasil, eu diria que

não haveria atendimento à pessoa idosa, às meninas e aos meninos de rua em situação de risco pessoal e social e à pessoa com deficiência, por exemplo. Pensemos nas Apaes, nas Pestalozzis, nas instituições de idosos e nas pastorais, como a Pastoral da Criança. Eu diria que é uma riqueza extraordinária que o Brasil tem de cultivar, como outros Países também o fazem, a participação da sociedade. Lamento que tantas pessoas, inclusive do Poder Executivo, venham – eu diria – menosprezando o trabalho comunitário, cada vez com mais problemas e com mais dificuldades. Hoje, no Brasil, está se tornando praticamente impossível alguém se dedicar, de maneira voluntária, ao trabalho de que o País precisa. Agora, para o bandido, para aquele que faz o mau trabalho, há facilidades, e não se sabe como acontecem. No meu ponto de vista, a grande discussão no Brasil tem de ser no sentido de valorizar a riqueza extraordinária do terceiro setor e, ao mesmo tempo, fiscalizar, estar próximo, punir, isolar e afastar as pessoas que fazem de uma atividade dessa natureza um trampolim para o enriquecimento ilícito e para atividades ilícitas. V. Ex<sup>a</sup> disse bem. Vamos separar isso para que possamos, a partir dessa discussão, ter um marco muito melhor para o terceiro setor. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, e tenho certeza que terei, no nobre representante do Paraná, um dos grandes colaboradores nesse trabalho que, evidentemente, será duro e difícil, mas que será altamente benéfico para o País.

Aliás, confesso que tenho recebido algumas sugestões importantes. O próprio ex-Presidente da República – com sua experiência toda – me chamou a atenção para um ponto que vimos e corrigimos, aperfeiçoamos, que é o de se separar as que recebem recursos federais, as que recebem recursos estaduais e as que recebem recursos municipais e remeter para os Estados, para os Municípios exatamente essas impropriedades por acaso encontradas, uma vez que o Governo Federal não tem, através do seu mecanismo de fiscalização, poderes para a fiscalização daquelas entidades que recebem os recursos estaduais ou municipais. Aí cada um dos níveis da administração brasileira responsável por essa questão passará a ter mais consciência dos fatos e poderá fiscalizar ou ter mais cuidado nas liberações. Tanto é verdade que, antes mesmo da sua instalação, nós já temos algo de positivo: o próprio fato do reconhecimento por parte do Ministério da Justiça de que possuem 12 funcionários para fiscalizar e esse oceano de milhões e milhões que são liberados, sistematicamente, sem nenhuma fiscalização, pelo Brasil afora.

Afirmo com boa intenção e com boa-fé, mas infelizmente esses recursos nem sempre recebem a aplicação de que o País tanto necessita num momento com este.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Portanto, faço esse registro agradecendo mais uma vez aos companheiros do Partido dos Trabalhadores, a todos os signatários dessa solicitação.

Senador Arns, o simples fato da investigação feita no seu Estado, onde as pessoas estavam usando desse mecanismo para malversar os recursos públicos numa área em que necessitamos da colaboração de todos, que é exatamente na prevenção e no acompanhamento das pessoas com câncer, demonstra que vimos o primeiro tumor ser perfurado. Tenho impressão de que, a partir de agora, esses fatos virão à tona, o que será muito benéfico para o País. O uso em campanha eleitoral, evidentemente, virá à tona. E é outro lado, mas aí não nos cabe um aprofundamento. Apenas após os fatos levantados, devemos encaminhá-los ao Ministério Públicos, ao TSE ou à Polícia Federal, conforme seja o caso. E acima de tudo, meu caro Senador, o que nos conforta é a certeza de um dever cumprido e o fato de podermos dormir com a consciência tranqüila.

Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney para uma comunicação inadiável.

V. Ex<sup>a</sup> terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, intercalado com o uso da palavra pelos oradores inscritos.

Comunicamos à próxima oradora, Senadora Ideli Salvatti, que o Senador Flávio Arns entregou à Mesa um comunicado para falar em nome do Partido.

Concedo ao Senador José Sarney a palavra por cinco minutos ou pelo tempo que S. Ex<sup>a</sup> desejar. S. Ex<sup>a</sup> tem direito.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza.

A comunicação que desejo fazer ao Senado será breve. Peço que conste dos Anais da Casa que, no dia 22 do corrente, a Ministra Ellen Grace convocou uma reunião das Cortes Supremas Constitucionais e Tribunais de Recursos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, para um intercâmbio de informações e a proposta de criação de um banco

de dados para armazenar jurisprudência de todos os tribunais dos países de Língua Portuguesa.

A CPLP, desde sua constituição, tem dois objetivos fixados: um, justamente, a cooperação de natureza política, econômica, de natureza social; o outro, de natureza jurídica.

Essa cooperação de natureza jurídica está se iniciando nesse momento. A essa reunião compareceram os Ministros Presidentes das Cortes Constitucionais de Angola, o Sr. Ministro Cristiano Augusto André; da Corte Constitucional de Moçambique, Dr. Rui Baltazar dos Santos Alves; Dr. Benfeito Mosso Ramos, do Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde; a Juíza Maria do Céu Monteiro, do Tribunal de Justiça de Guiné-Bissau; a Dr<sup>ª</sup> Maria Alice Rodrigues Vera de Carvalho, de São Tomé e Príncipe; o Dr. Cláudio de Jesus Ximenes, Presidente do Tribunal de Recursos do Timor Leste.

Ainda estiveram presentes a esta reunião os Ministros Carlos Ayres de Brito, o Ministro Levandowsky, o Ministro Gilmar Mendes e o Ministro Joaquim Barbosa.

Eu acredito que esta providência da Ministra Ellen Gracie, que tem presidido o Supremo Tribunal Federal com extraordinária competência, marca a sua presença e eleva bastante aquela Corte, imprimindo sua personalidade em seu trabalho na sua Presidência.

Compareci àquela reunião e achei que era um momento em que podíamos abrir uma nova janela para a cooperação com os países de língua portuguesa.

O País sabe que, em 1989, quando era Presidente da República, procurei, pela primeira vez, instituir uma organização capaz de unir os países de língua portuguesa. Como àquele tempo ainda tínhamos cicatrizes da guerra colonial, foi impossível fazer uma organização de natureza política. Então, valemo-nos do instrumento da língua para realizarmos aquela primeira reunião, em São Luís do Maranhão, denominando-a de fundação para divulgação e, ao mesmo tempo, defesa da língua portuguesa, reunindo todos os povos que falavam o Português. Foi a semente da CPLP – Comunidade de Língua Portuguesa, fundada, depois, em 1996.

Tive a oportunidade de, naquele momento, dizer à Ministra e a todos os presentes que não desejava abordar nenhum assunto de caráter jurídico, eminentemente do domínio daquelas eminentes figuras que participavam do encontro, mas queria ressaltar o quanto era importante a língua sob o ponto de vista político no mundo moderno. A primeira pergunta que fiz foi justamente essa: o que nos reúne aqui, povos de diferentes latitudes e diferentes histórias, senão uma coisa que é a Língua Portuguesa? Portanto, a base daquela reunião, a base que nos fazia a todos presente era realmente a língua. E esse era um comprometimento

muito maior que devíamos louvar, porque era nessa língua que nós formulávamos a nossa jurisprudência jurídica, que os poetas sonhavam, que os escritores criavam histórias, romances, ficção, poesia. Ao mesmo tempo, é nessa língua que realmente podemos sonhar juntos e pensar juntos em Português, ao mesmo tempo ressaltando que a Língua Portuguesa é a terceira língua mais falada no mundo.

A Língua Portuguesa é um milagre, porque, como nós sabemos, ela saiu de uma pequena faixa de terra. Ela era quase um dialeto do espanhol, como era o galego. E ela, não tendo terras para ser falada, foi a primeira língua universal, porque foi a língua dos navegantes, a dos conquistadores, a língua que atravessava os mares; ela foi a língua do comércio daquele tempo, em fins do século XV e no século XVI.

A Língua Portuguesa foi esse milagre. Qual é o milagre, então? É de essa pequena língua, saída de um pedaço de terra, expandir-se pelo mundo inteiro. Ela foi falada, então, nos dois lados das Costas da África, e deixou palavras. Ao mesmo tempo recolheu palavras, enriqueceu-se e tornou-se uma língua de cultura, como é hoje.

Para essa aventura da Língua Portuguesa, certamente, tivemos a contribuição do grande poeta que participou dessa aventura dos mares, o poeta Camões, que estabeleceu, quando escreveu **Os Lusíadas**, as regras que fixaram definitivamente a sintaxe e as regras fundamentais da Língua Portuguesa.

Foi tão importante essa Língua que não foi só falada, mas também transformou-se numa língua que gerou outras línguas como, por exemplo, o crioulo de Cabo Verde, em que 90% das palavras são portuguesas, ou o papiamento de Guiné-Bissau, e outras línguas que geraram línguas locais, faladas popularmente.

Ela atravessou o Estreito de Málaga, foi pela costa da China e chegou a Nagasaki, onde deixou e levou palavras. Basta dizer que cinqüenta e quatro palavras ainda hoje dicionarizadas têm origem de palavras japonesas. Até onde chegou a Língua Portuguesa!

Portanto, essa idéia de se reunir povos de Língua Portuguesa também tem um efeito grandemente político. Recordo-me de que estava com o Presidente José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, há alguns anos, e ele me dizia, logo depois da Guerra da Independência, que ele estava fazendo um esforço muito grande para ver se renascia e fortificava os dialetos locais. Eu tive a oportunidade de dizer-lhe que não perdesse de vista a importância que tinha a língua para a unidade nacional, porque hoje se sabe que língua tem uma grande força política e essa Língua havia determinado a unidade nacional, como no Brasil, onde é quase um dogma que se repete sempre. Essa unida-

de seria impossível, com essa extensão territorial que tem o Brasil, se não tivéssemos a Língua Portuguesa. Ela aqui chegou, matou os dialetos que aqui existiam e se tornou uma língua geral que dominou todo o nosso País. Por uma ironia da História, ela parou justamente no contraforte dos Andes, onde encontrou uma outra língua, o castelhano, de onde ela tinha saído, na Península Ibérica, depois de ter tido essa grande aventura dos mares. Aqui, no Brasil, ela teve a mesma destinação que teve nos mares. Foi uma língua também de andarilhos, de bandeirantes, de desbravadores. Ela foi levando, foi andando, foi abrindo caminhos, foi abrindo o território onde não tinha mares. Então, de uma língua falada nos mares, transformou-se também numa língua continental. Hoje, 230 milhões de pessoas no mundo inteiro falam o português, uma pequena língua, de um pequeno espaço de território onde era Portugal, que se transformou numa língua universal.

Portanto, essa reunião feita pela Ministra Ellen Gracie é mais uma maneira de demonstrarmos a força da união causada pela língua. Se, por exemplo, temos hoje Timor Leste, que ressuscitou, marchou para a independência exclusivamente porque se falava português, pois nem os anos de dominação da Indonésia foram capazes de esmagar o idioma português falado em Timor Leste. Foi ele, o idioma, que fez com que nos uníssemos, todos os países de Língua Portuguesa, e levássemos às Nações Unidas, ressuscitássemos uma questão que já era quase morta pela Guerra Fria e déssemos ao Timor Leste a possibilidade de se tornar um país independente. Esteve presente a essa reunião a Presidente da Corte Suprema do Timor Leste.

Assim, Sr. Presidente, eu queria ressaltar a importância desse gesto da Ministra Ellen Gracie e, ao mesmo tempo, dizer, neste momento em que a Ministra Ellen Gracie está sendo de certo modo injustiçada, que ela tem a nossa solidariedade. Como Presidente do Conselho Nacional de Justiça, a Ministra resolveu estabelecer dois jetons mensais, que serão dados àqueles que comparecerem às sessões. Trata-se de remuneração de natureza indenizatória. Ela está indenizando aqueles que têm de viajar e hospedar-se aqui. De nenhuma maneira os jetons podem ser considerados um aumento de vencimento. Portanto, ela está sendo injustiçada.

Uma mulher que se comporta como ela tem se comportado, e é uma expressão jurídica de projeção no mundo inteiro, tem a nossa solidariedade como Presidente do Conselho Nacional de Justiça, em que tem deixado a marca da força da sua personalidade, do seu talento e da sua inteligência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sr. Presidente José Sarney, poderíamos ficar aqui a tarde inteira ouvindo-o. V. Ex<sup>a</sup> é uma enciclopédia ambulante e nos dá uma aula a cada pronunciamento!

Também queremos deixar registrada a nossa solidariedade à Ministra Ellen Gracie, em função da sua solicitação, que também reconhecemos como justa.

Eu queria comunicar à Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que recebemos o comunicado que nos enviou, indicando o Senador Flávio Arns para falar pela Liderança.

Como o Senador Flávio Arns reivindicou a palavra para falar pela Liderança...

**A Sr<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Como oradora...

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A sua inscrição é como oradora, mas faremos uma intercalação, se o Senador Flávio Arns concordar.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT– PR) – Sem dúvida alguma. Da minha parte, não há objeção. Quero deixar claro que a minha solicitação, na verdade, é para falar pela Liderança, mas a Senadora Ideli Salvatti está inscrita no rol dos oradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Correto, vamos intercalar. Como o Senador José Sarney fez uma comunicação inadiável, agora a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, falará como oradora inscrita. Logo após, pela Liderança do PT, falará o Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste final de semana, houve a reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Na realidade, foi a primeira reunião depois das eleições. Dedicamo-nos a fazer o balanço do resultado eleitoral, comemorando a vitória da reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno e também o resultado que colocou o PT como o Partido mais votado para a Câmara dos Deputados, o Partido que teve o maior percentual de votos na legenda, o Partido que cresceu em número de Governadores – de três Governos Estaduais para cinco. Também comemoramos o fato de que, aqui no Senado, os dois campeões de voto, tanto nominal quanto percentual, são do PT, os Senadores Eduardo Suplicy e Tião Viana.

Nosso Presidente de honra, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, compareceu à abertura da reunião do Diretório Nacional, na qual tivemos a oportunidade de estabelecer com ele, exatamente na instância máxima do nosso Partido, o Diretório Nacional, este diálogo

muito franco e muito importante no momento em que o Presidente está se preparando para a composição do seu segundo mandato de Governo, com a determinação de não só estruturar uma coalizão partidária, ou seja, a valorização e a relação institucional com os Partidos que vão compor e compartilhar as ações de Governo, mas também de fazer essa coalizão partidária com base naquilo que ele está chamando de destravar o crescimento, fazer com que efetivamente este País possa se desenvolver, distribuir renda, tendo na educação de qualidade um dos seus principais pilares.

O Presidente vem realizando uma série de reuniões e tratativas nas últimas semanas, não só conversando com os Partidos institucionalmente, mas também realizando inúmeras reuniões com a equipe de infra-estrutura e econômica, recebendo personalidades, economistas, setores da sociedade civil organizada ou de setores produtivos. Isso é extremamente importante neste momento para se estabelecer o programa que vai embasar a coalizão partidária e para, a partir disso, ser possível a relação institucional a fim de que o Presidente possa desenvolver o seu segundo mandato.

Na reunião do Diretório Nacional do PT – a que eu não poderia deixar de me reportar, pela sua importância –, discutimos, além da avaliação do processo eleitoral, as medidas a serem adotadas com relação à antecipação do congresso nacional do PT, que vai ser realizado no mês de julho de 2007; as regras que vão embasar a realização e a participação maciça de todos os filiados do PT nesse debate importante que vamos desencadear no primeiro semestre do próximo ano e que será concluído no congresso nacional de julho.

Farei um relato do episódio que, talvez, mais me tenha marcado na reunião do Diretório Nacional, o fato que mais me emocionou e que tive vontade de trazer a esta tribuna. Não somente o assunto, mas uma imagem.

Em uma das salas anexas ao local onde estávamos realizando a reunião, havia uma exposição de fotos do primeiro e do segundo turno da eleição. Eram fotos extremamente emocionantes, fotos que retratavam momentos importantes da campanha em vários locais de todo o País. Mas havia uma foto, Senador Flávio Arns, que me emocionou sobremaneira, inclusive pedi autorização ao fotógrafo Ricardo Stuckert para trazê-la a este plenário. Repito que sigo a linha de que uma imagem vale mais do que mil palavras. Às vezes é muito difícil verbalizar, ou escrever, fazer um texto, reproduzir a imagem por meio de palavras. A foto que me emocionou sobremaneira e que me fez pensar inclusive sobre a dificuldade de verbalizar o que se vê em uma imagem creio que é motivo de reflexão

de todos nós, tanto do Governo quanto da Oposição. Não sei onde a foto foi tirada, não consegui descobrir, mas é uma foto de vários jovens; um deles segura um cartaz; ele está profundamente emocionado, com lágrimas nos olhos; em uma das mãos, ele tem o cartaz; na outra, a caneta; no cartaz, está escrito: “O Lula me colocou na faculdade”.

Esta foto, com toda a sua simbologia e com a emoção que ela passa, fez-me refletir profundamente. É por isso que eu a trouxe para a tribuna. Como se pode verbalizar o que esta foto representa? A emoção desse jovem ao fazer um manuscrito em uma folha de papel e expressar, de forma tão veemente, a emoção de conquistar uma vaga em uma faculdade, ou seja: “Eu alcancei a faculdade, eu cheguei lá”. Esse sentimento, que eu não consigo verbalizar, emocionou-me profundamente. Se há uma foto que me desafiou a pensar, a refletir o processo eleitoral, essa é indiscutivelmente a imagem que me provocou a necessidade de aprofundar a reflexão.

O cartaz diz: “Lula me colocou na faculdade”. Mas poderia ser outro. Poderia ser: “Eu consegui uma casa”. “Instalou-se luz” – por meio do programa Luz para Todos. “Na minha residência, eu nunca tinha tido luz”. Ou: “Eu estou comendo mais”. “Eu consegui emprego”. “Meu poder de compra melhorou”.

As pesquisas demonstram – e eu tive a oportunidade de trazer dados – que as classes D e E aumentaram significativamente o valor de consumo da cesta básica em 11%, bastante superior ao período anterior.

Portanto, esse cartaz poderia ser qualquer outro, de acesso ou de inclusão. A eleição motivou as pessoas a participarem, a se posicionarem e a se emocionarem com o processo eleitoral. Ou seja, esta imagem é de mudança concreta na vida, é algo que mudou na vida da pessoa e que faz com que ela se sinta participante, que se sinta no jogo.

Aliás, no segundo turno da eleição, por várias vezes tive a oportunidade de vir à tribuna e de dizer que, agora, no segundo turno, foi bom, foi importante, porque ficou mais claro, deu para explicitar melhor o que estava em jogo, o papel do Estado, crescimento para quem, para fazer com que políticas públicas pudessem incluir um contingente maior de brasileiros e brasileiras, a questão da ação do Estado através dos instrumentos de desenvolvimento, e todo o debate sobre as privatizações. Ou seja, muitas vezes eu vim à tribuna para tratar do que estava em jogo, mas esta foto me diz que há um sentimento que norteou boa parte dos votos que se identificaram como participantes do jogo. E estavam no jogo. É uma resposta do tipo: “Minha vida mudou por causa disso, daquilo ou daqui-

lo outro” – ou seja, por qualquer questão que mudou concretamente a vida daquela pessoa -, “e isso foi por causa de ti, cara. Foi por tua causa. Foi pela política que você adotou”.

Talvez esta foto possa explicar mais uma série de questões levantadas ao longo da campanha, como, por exemplo, o profundo debate a respeito do efeito “pedra no lago”, em que determinadas situações surgem na opinião pública, uma parcela pequena da população tem acesso à informação, e depois ela vai divulgando e contaminando toda a forma de as pessoas enxergarem ou analisarem determinada conjuntura política, econômica ou social.

O efeito “pedra no lago” acabou nesta eleição. Ele não se concretizou, não aconteceu. Muitos analistas disseram isso. Para mim, essa imagem responde a isso. Exatamente por que o efeito “pedra no lago” não surtiu o efeito que surtiu em outros momentos? Porque as pessoas internalizaram as conquistas, as mudanças em suas vidas.

Além disso, houve uma declaração, uma frase de cujo autor eu não me recordo, uma pérola que surgiu: “O povo está contra a opinião pública”. Havia uma opinião pública que tinha uma determinada avaliação do Governo Lula, enquanto o povo continuava, nas pesquisas, com a intenção de voto, com a avaliação extremamente positiva. Uma das melhores, talvez a melhor avaliação de um Governo ao final de quatro anos de mandato foi a do Presidente Lula. E alguém soltou esta pérola: “O povo está contra a opinião pública”. A foto para mim respondeu. Eu não consigo verbalizar. Vários analistas disseram que esta foi a eleição da inclusão.

Por falar em foto, essa me emocionou, mas gostaria de falar de outra que vi hoje, utilizada em uma entrevista do Senador Tasso Jereissati ao jornal **Folha de S. Paulo**. Em um trecho da entrevista, o jornal pergunta: “A Oposição está dando uma trégua ao Governo?” S. Ex<sup>a</sup> responde:

Não é uma trégua. Mas acusações gravíssimas rodaram o país quase diariamente. Alertamos a população, mas ela resolveu dar crédito ao governo. Isso nos decepcionou e estamos num período passageiro de depressão pós-eleitoral, de ressaca. É tempo de nos reorganizarmos também.

A foto do Senador Tasso Jereissati é de meditação, é uma foto que todos nós devemos ter como exemplo do processo eleitoral. O processo eleitoral deve provocar em todos nós a meditação, deve provocar em todos nós o processo de repensar o seguinte: “O que aconteceu nesta eleição para que o efeito “pedra no lago” não acontecesse, para que o povo não estivesse conforme a dita opinião pública gostaria que estivesse

se? Alertamos tanto, mas o povo não nos acolheu, e se rebelou contra nossos alertas”. É muito importante que todos nós repensemos bastante e entremos nesse processo de reflexão sobre o significado do resultado das eleições.

Esta foto retrata um momento – e fotografia é isso, é o retrato de um momento – e é indiscutivelmente um desafio, pois milhões de brasileiros tiveram sentimento semelhante ao que motivou o jovem a fazer o cartaz e dizer o que havia de concreto mudado em sua vida. Portanto, esta foto tem de ser um desafio permanente.

Ou seja, o que mais vamos fazer daqui para frente? Para quem mais vamos voltar nossas ações? Para quantos mais serão dirigidas as ações que têm como objetivo desatrelar, destravar, desamarrar os nós que impedem o desenvolvimento e a distribuição de renda no País? Esse é o desafio que a foto, com o olhar emocionado do jovem que nos olha, pelo retrato, no momento da fotografia, também nos coloca.

É muito importante que no momento em que o Presidente trabalha em medidas que vão servir de base para o programa que pretende acelerar o desenvolvimento, ampliar a distribuição de renda e colocar educação de qualidade como eixo central do nosso desenvolvimento, esta imagem seja o nosso desafio, e exatamente para quantos mais, o que mais e para quem mais vamos continuar multiplicando a emoção de sonho tornado realidade.

É por essa razão que eu quis trazer esta foto no dia de hoje, bem como trazer para a tribuna a emoção a que ela me reportou quando eu a vi na exposição de fotos do primeiro e do segundo turnos da campanha eleitoral do Presidente Lula. Vou deixá-la em meu gabinete, porque ela servirá de norte para o desafio que, tenho certeza, milhões e milhões de brasileiros que querem um Brasil se desenvolvendo, distribuindo renda e tendo educação de qualidade para todos nos colocam como exigência.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de ter usado a tribuna. Sei que V. Ex<sup>a</sup>, até por gentileza para com Santa Catarina, concedeu-me uns minutinhos a mais.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Agradeço à Senadora Ideli Salvatti.

Como rotineiramente fazemos, estamos chamando para a tribuna, intercaladamente, um Senador da Liderança e outro como orador inscrito.

Concedo a palavra ao próximo orador, que falará pela Liderança do PT, Senador Flávio Arns, autorizado pela Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

A seguir, daremos a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. De fato, estou falando em nome da Liderança do PT, mas, certamente, os assuntos abordados refletem o sentimento que esta Casa, o Senado Federal, tem demonstrado ao longo dos meses e dos anos a favor da pessoa com deficiência.

Tratarei de dois assuntos. O primeiro refere-se a um requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, para que o Senado Federal externar o voto de pesar para o Movimento Apaeano do Paraná, para a família e também para os amigos do Sr. Emílio Mudrey.

Emílio Mudrey, falecido na semana passada, segunda-feira, dia 20 de novembro, num acidente automobilístico, foi, no decorrer dos anos, uma das grandes lideranças do movimento das Apaes no Paraná e no Brasil. Foi presidente da Apae de Guaruva durante vários anos, presidente também da Apae de Cascavel, um grande município do nosso Estado, e presidente da Federação das Apaes do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná conta com 399 Municípios, dos quais cerca de 315 a 320 têm Apaes, e o presidente, Emílio Mudrey, nesse tempo todo, por mais de 30 anos, foi a pessoa que liderou, juntamente com outras pessoas, esse processo de criação das Apaes, de acompanhamento, de animação, de formação, de abertura de caminhos, de discussão com os órgãos públicos a respeito da cidadania da pessoa com deficiência. Por isso, a morte de Emílio Mudrey, ocorrida na semana passada, há dias, trouxe, sem dúvida alguma, um vazio importante para o movimento das Apaes no Paraná e também para o Movimento Apaeano no Brasil.

O que desejamos é que a figura dele, o exemplo, a caminhada que ele construiu em nosso Estado, em nosso País, sirvam de referência para tantas outras pessoas que estão também construindo um País e um Estado que sejam mais justos para todos, e nesse mais justo está o atendimento, a construção da cidadania, da educação, da saúde, do trabalho e da acessibilidade para a pessoa com deficiência.

Então, Sr. Presidente, passo esse requerimento de voto de pesar à Mesa e solicito que fique registrado um pequeno texto em homenagem ao Sr. Emílio Mudrey.

O segundo assunto também se refere a um requerimento, desta vez de felicitações à Arquidiocese de Curitiba, por intermédio do Arcebispo Dom Moacyr José Vitti e ao Padre Wilson Czaia, que foi ordenado ontem em Curitiba. É o primeiro padre natisurdo, ou seja, nascido surdo, a ser ordenado no Estado do Paraná. Por incrível que pareça, é o segundo padre surdo, somente o segundo padre natisurdo, nascido com surdez profunda, a ser ordenado no Brasil.

A primeira ordenação de um padre nascido com surdez profunda em nosso País aconteceu há cerca de 50 anos, no Estado de Minas Gerais.

Este também é um exemplo da luta da pessoa portadora de deficiência para ser incluída em todos os aspectos da sociedade.

É a luta de um padre, da comunidade surda. Ele já atuava como diácono antes da ordenação e também era atuante na Pastoral dos Surdos.

Quero dizer à comunidade surda do Brasil que esse é um exemplo bom, porque a pessoa lutou, trabalhou e se empenhou. Por meio desse exemplo de ordenação, também quero dizer para todas as pessoas surdas do Brasil que os caminhos têm que ser abertos. Existe a necessidade de luta, de garra, e o Senado Federal, por intermédio de todos os Partidos políticos, também tem-se empenhado para que os caminhos e oportunidades sejam abertos para todas as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, Sr. Presidente, passo também este requerimento à Mesa, com o voto de felicitações e um pequeno texto para constar nos Anais da Casa a respeito da ordenação sacerdotal do Padre Wilson, o primeiro religioso do Paraná e o segundo do Brasil a ser ordenado padre, embora seja portador de surdez profunda.

O exemplo de Emílio Mudrey, Presidente das Apaes no Paraná, já falecido, abriu tantos caminhos em nosso Estado e em nosso País. Espero que a ordenação do Padre Wilson também abra caminhos para a inclusão da pessoa com deficiência e que realmente nos inspire a lutar pela construção da cidadania plena para todos em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR FLÁVIO ARNS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## HOMENAGEM AO AMIGO EMÍLIO MUDREY

*Pronunciamento realizado pelo  
Senador Flávio Arns no Plenário do Senado  
Federal em 27.11.2006.*

Aqueles que amamos vivem em nós para sempre. Aqueles que se doam de corpo e alma a uma causa, perpetuam-se em nossos corações e mentes como exemplo a ser seguido. Assim, permanecerá vivo em nossa memória o amigo, líder e companheiro de caminhada Emílio Mudrey, falecido no último dia 20, em Guarapuava, no Paraná.

O amigo Emílio teve uma vida dedicada à causa das pessoas com deficiência. Aos 62 anos, exercia com muita competência e dignidade seu segundo mandato como Presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná, instituição que congrega 321 APAEs e entidades congêneres em nosso Estado, atendendo cerca de 38 mil pessoas com deficiência mental.

Nascido em 18 de julho de 1944, no município de Ivaí, Emílio era casado com Eley Therezinha Mudrey, com quem tinha dois filhos, Emilce Rosane e Jean Erlon. Emílio era advogado e Bacharel em Ciências Contábeis.

Sua caminhada no Movimento Apaeano, sempre como voluntário, foi de mais de 33 anos. Entre 1974 e 1979, foi presidente da APAE de Cascavel. Naquela época, incentivou a criação de APAEs em 30 municípios da região.

Sempre engajado nas lutas do Movimento Apaeano, contribuiu efetivamente para a criação da Federação das APAEs do Estado do Paraná. Na entidade, ocupou diversos cargos e funções, tendo sido Vice-Presidente no período de 1995 a 1997. Em agosto de 2003, chegou à presidência da Federação, cargo ao qual foi reeleito em outubro de 2005. Atualmente, também era presidente da APAE de Guarapuava.

Durante sua gestão na Federação das APAEs do Estado do Paraná, foram obtidas conquistas importantes para o Movimento como o Concurso Público para os Professores das Escolas Especiais do Paraná, além da implantação e execução do Sistema de Informações APAE, por meio de Software Livre desenvolvido pela própria entidade e se estendendo para todas as APAEs do Brasil. O projeto teve a adesão de parceiros importantes como a Universidade Federal do Paraná e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Neste período, também foi reativada a ARDEM (Associação Regional de Desportos de Deficientes Mentais) do Paraná e firmado convênio com a FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná) para viabilizar a

implantação e execução do programa de cursos e palestras educativas do Projeto “Conhecer para poder Ajudar”. Emílio também coordenou a organização de eventos Estaduais, como a XVI Olimpíada das APAEs e Instituições Especializadas, e nacionais, como o VI Festival Nacional Nossa Arte.

O relacionamento com os demais segmentos da sociedade também era coordenado pelo Presidente que representava a Federação nos Conselhos Estaduais e em comissões governamentais, contribuindo sempre que necessário para as mudanças ou implementação de estratégias ligadas direta ou indiretamente às pessoas com deficiência do Paraná.

Além do trabalho de anos na área da pessoa com deficiência, Emílio também se dedicava à vida comunitária. Participava ativamente de outras entidades associativas e comunitárias e também era membro da Pastoral Familiar em Guarapuava, onde desenvolvia atividades evangelizadoras e de apoio às pessoas mais necessitadas.

Uma vida de doação, marcada por um sorriso sempre presente, por uma mão amiga sempre estendida. Em mais de vinte anos de convivência com o Emílio, pude ter o privilégio de trabalhar e contar com o seu apoio em diversas lutas e no enfrentamento de todos os desafios que se apresentavam.

Enaltecendo seu caráter e todas as suas ações em benefício às pessoas com deficiência, manifesto votos de pesar à família do Emílio, aos seus amigos e ao Movimento Apaeano que muito tem a agradecer por sua dedicação. Certamente o Emílio será lembrado por todos nós com muito carinho e amor.

Muito obrigado,

  
Senador FLÁVIO ARNS

# ORDENAÇÃO DO SEGUNDO PADRE SURDO DO BRASIL

*Promunciamiento realizado pelo  
Senador Flávio Arns no Plenário do Senado  
Federal em 27.11.2006.*

O desafio da inclusão social das pessoas com deficiência vem sendo superado no Brasil com muito trabalho, dedicação e sensibilização de nossa sociedade. Um exemplo muito bonito e simbólico da luta das pessoas com deficiência para estarem presentes em todos os setores sociais aconteceu neste domingo, em Curitiba. A Arquidiocese de nossa Capital, por meio do Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Moacyr José Vitti, ordenou o padre surdo Wilson Czaia, tornando-o o primeiro sacerdote natisurdo, OU SEJA, nascido com surdez profunda do Paraná e o segundo do País. O primeiro padre surdo profundo a ser ordenado no Brasil foi o Monsenhor Vicente Burnier, em 1951, em Juiz de Fora.

O padre Wilson iniciou sua trajetória na Igreja fazendo um discernimento vocacional em 1999 e atuando na Pastoral dos Surdos de Curitiba. Em 2000, ingressou no Seminário Filosófico Bom Pastor, onde

conviveu com outros seminaristas. Sempre foi tratado como igual e teve as adaptações necessárias naquilo que lhe era próprio. Nas aulas de Teologia, contou com o apoio do padre Loir Oliveira, que interpretava todas as aulas.

Com muito interesse, dedicação e força de vontade, Wilson provou que a surdez não é obstáculo para nada. Ele dirige muito bem, domina o computador, comunica-se com linguagem de sinais e leitura labial, conversa com os outros surdos via Internet e celular, enviando mensagens, e ministra cursos de Batismo e de Linguagem de Sinais para os que querem trabalhar com surdos. Agora, o padre Wilson celebrará missas para surdos e ouvintes de diversas regiões do Brasil.

Seu exemplo nos mostra que é possível sim termos pessoas com deficiência atuando de forma integrada na sociedade. Para isto, basta estarmos dispostos e abertos para recebê-las, sem preconceitos.

Esta é uma bandeira histórica e que vem sendo brandida por pessoas, instituições e movimentos sociais no Brasil e no mundo. Na última semana, tivemos contato com vários outros exemplos aqui mesmo no Senado Federal, durante a II Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Vimos exposições artísticas, números de dança, música, atrações circenses, esportivas e diversas outras manifestações de pessoas que superam suas limitações e conduzem suas vidas com entusiasmo e alegria.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador Flávio Arns, encaminharemos os dois requerimentos, um de aplauso e o outro de pesar, nos termos do Regimento Interno.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição pela Liderança do Governo, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concederemos a palavra a V. Ex<sup>a</sup> após o Senador Roberto Cavalcanti usar a tribuna pelo tempo que o Regimento lhe permite, já que S. Ex<sup>a</sup> tem tido certa paciência há mais de duas horas.

O Senador Romero Jucá, como grande Líder, poderá usar da palavra após o Senador Roberto Cavalcanti. Estamos intercalando um Líder e um orador inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB

– PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha paciência é extraordinária. Eu teria, inclusive, a grande honra de ceder, se fosse o caso, o tempo ao Senador Romero Jucá, pela profunda admiração e construção de uma amizade que fiz, ao longo desses dias, nesta Casa. Mas, como o Senador Romero Jucá não quis usar desse espaço de amizade, tentarei ser breve para que S. Ex<sup>a</sup> venha à tribuna o mais rápido possível.

Trago hoje ao Plenário desta Casa o tema do biocombustível. Ocorre em Brasília uma série de eventos da maior importância, que gostaria de destacar para esta Casa, para os ouvintes da Rádio Senado e para os telespectadores da TV Senado.

Está acontecendo em Brasília a Feira Internacional de Agroenergia e dos Biocombustíveis – Enerbio 2006. Também estão se realizando, simultaneamente, a Conferência Internacional dos Biocombustíveis, o Simpósio Brasileiro de Agroenergia e o Encontro Franco-Brasileiro dos Biocombustíveis. Este evento está ocorrendo no Blue Tree Park e é da maior importância para o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador, permita-me interrompê-lo para prorrogar a sessão por trinta minutos para que V. Ex<sup>a</sup> possa terminar o seu pronunciamento, para que o Senador Garibaldi Alves Filho possa falar pela Liderança do PMDB e o Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo

– com a concessão do Senador Garibaldi Alves Filho, o próximo será o Senador Romero Jucá.

Prorrogada a sessão por trinta minutos.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Agradeço ao Sr. Presidente a prorrogação da sessão.

Dando continuidade, quero dizer da importância para o Brasil e para o mundo da energia renovável. É um tema no qual nós, brasileiros, somos líderes. Essa é uma oportunidade ímpar de o Brasil se posicionar no mundo como líder nesse segmento.

A bioenergia é uma fantástica conquista brasileira, fantástica e irreversível. O Brasil está dando uma lição ao mundo sobre a maneira de produzir energia renovável. Há poucos dias, assisti pela televisão, a uma declaração do ex-presidente norte-americano Bill Clinton, que, ao tratar dos problemas de escassez de combustível na Califórnia, citou o exemplo do Brasil e disse que os Estados Unidos deveriam imitá-lo na busca de uma solução nova no tocante ao biocombustível e à energia renovável.

Imaginem os Estados Unidos, líder mundial em tecnologia em vários segmentos, espelhando-se em um País que no mundo internacional é considerado e carimbado de Terceiro Mundo. O Brasil tem uma lição a dar no tocante à geração da energia renovável.

O Ministro da Agricultura, em pronunciamento por ocasião do referido evento, deu uma verdadeira lição à imprensa internacional e aos representantes de outros países que lá estavam. S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Luiz Carlos Guedes Pinto, em seu pronunciamento, descreveu a realidade histórica do desmatamento brasileiro. S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro da Agricultura, deu uma lição, principalmente aos representantes da União Européia, que está habituada a atirar pedras contra o Brasil, a acusá-lo de fazer desmatamentos e causar prejuízos irreparáveis à humanidade, ao citar dados concretos, obtidos ao longo de extensa pesquisa, mostrando que o Brasil é um exemplo para o mundo no tocante à preservação de florestas.

Esse levantamento foi elaborado considerando milhões de anos, desde a origem das florestas, e demonstrou que o Brasil, líder na América do Sul, tem dado ao mundo uma lição de preservação. Lição essa que vem da História do Brasil, lição essa que vem desde sua civilização, dos indígenas, e principalmente da pós-colonização européia, da colonização portuguesa. Portugal, mesmo se baseando na atividade extrativa do pau-brasil entre outras, ainda assim, deu ao mundo uma lição sobre preservação das florestas brasileiras. A União Européia, que atira pedras contra o Brasil, que tenta macular a nossa imagem, essa, sim, dá ao mundo uma demonstração de que, ao longo da sua história, dizimou completamente as suas florestas.

O Sr. Ministro salientou que o Brasil poderá dobrar a produção de derivados de sua agricultura ou de sua pecuária sem que nenhuma árvore seja cortada em nosso País, simplesmente com a ocupação de áreas degradadas que serão reutilizadas fundamentalmente em função de novas tecnologias, de novos processos produtivos desde a semente até o aprimoramento da genética, das tecnologias de colheita, das tecnologias de extração, das tecnologias de produção industrial do segmento agroindustrial brasileiro.

Sr. Presidente Leonel Pavan, o Brasil precisa de demonstrações como essa, mostrando que não se submete às críticas internacionais, principalmente a críticas internacionais não merecidas. O Brasil precisa fundamentalmente não perder o momento histórico pelo qual passamos, o momento histórico em que haverá uma valorização da bioenergia, dos biocombustíveis.

Nós necessitamos fundamentalmente liderar toda a cadeia do biocombustível, da sua tecnologia até o seu cultivo, e darmos ao mundo um exemplo de como um país chamado de Terceiro Mundo consegue dominar essa tecnologia e liderar esse setor em todo o mundo.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo orador inscrito, pela Liderança do Governo, é o Senador Romero Jucá. Em seguida, será lido o expediente que se encontra sobre a mesa.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, serei bastante rápido, até para podermos ouvir o Senador Garibaldi Alves Filho, que falará logo após a minha intervenção.

Pedi a palavra para fazer dois registros bastante rápidos. O primeiro deles diz respeito ao assunto do momento, que é exatamente a questão levantada aqui por diversos Senadores, inclusive pelo Senador Heráclito Fortes, relativo à fiscalização e ao controle das ONGs que atuam com recursos públicos. Penso que essa matéria é extremamente importante, contemporânea e que precisa que o Congresso se debruce sobre ela para que tenhamos mecanismos de controle e acompanhamento das ONGs condizentes com o tamanho desse tipo de intervenção.

Registro aqui – e amanhã lerei no Plenário – uma série de providências que nós já tomamos neste ano. Eu, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, já elaborei uma série de dispositivos para criar transparência, para criar processos seletivos e para possibilitar um acompanhamento mais eficiente por parte

do Poder Público e da sociedade dos contratos feitos com as ONGs e dos recursos transferidos para elas.

Nós tivemos o cuidado e, talvez, até nos antecipamos um pouco a este momento que estamos vivendo. Em junho, eu já tinha proposto mecanismos que entendia importantes para que não continuasse havendo o tipo de contratação que acontece hoje, sem nenhum critério ou sem processo licitatório, enfim, sem nenhuma pesquisa que possa efetivamente comprovar atividades e valores a serem empreendidos.

Então, registro a minha disposição de atuar para ajudar, neste debate, a construir um modelo efetivo que separe o joio do trigo, que separe a Organização não-Governamental que quer atuar junto à sociedade das outras entidades que são criadas hoje para desviar recursos ou fazer qualquer tipo de atuação que não condiz com a legislação brasileira.

Registro também que o próprio Ministro da Justiça defendeu hoje a fiscalização do repasse de recursos às ONGs. Portanto, é uma posição do Governo de que isso seja acompanhado, fiscalizado, melhorado na sua legislação e que, realmente, junto com o Tribunal de Contas da União, com o Congresso brasileiro, com as organizações de fiscalização e os Ministérios, possamos realmente criar uma nova mecânica que dê dinamismo, acompanhamento, transparência e responsabilidade maior ainda nessas aplicações.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, falou hoje, e quero aqui registrar, que o Governo está ultimando procedimentos para criar a nota fiscal eletrônica e agilizar o processo contábil e o processo de informatização e informação da economia brasileira.

Esse sistema de nota fiscal eletrônica será implantado já como modelo em alguns Estados e, sem dúvida nenhuma, vai facilitar muito a vida do empresário, do comerciante, do comprador, porque as coisas vão ficar claras e também a própria fiscalização, ou seja, vai-se fazer justiça tributária. Todos terão de fazer a nota fiscal eletrônica e, assim, não haverá mais aqueles que pagam imposto na nota escrita à mão e aqueles que não pagam; ou aquela situação de notas fiscais calçadas, ou seja, uma nota fiscal no valor maior que o real, e, na cópia, uma nota fiscal de valor menor para se pagar menos imposto.

Então, a Receita Federal se moderniza e simplifica procedimentos. Sem dúvida nenhuma, essa é uma boa notícia.

Espero que esse modelo que está sendo discutido e testado possa ser implementado rapidamente, porque vem na esteira exatamente de todos os procedimentos que nós tomamos aqui este ano: criação

do Super Simples, diminuição da carga tributária, efetivação da simplificação do processo tributário e todas as matérias que nós estamos querendo discutir, exatamente para facilitar a vida do contribuinte, o processo de arrecadação e, portanto, diminuir a carga tributária direta sobre o cidadão brasileiro.

Essa é a intenção exatamente da nota fiscal eletrônica, e é isso que eu quero louvar no trabalho da Receita e do Ministério da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Como próximo orador inscrito, o Senador que ficou algum tempo esperando a sua oportunidade. Mas chegou a hora de S. Ex<sup>a</sup> levar a sua explanação a todos os brasileiros.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos, para falar em nome da Liderança do PMDB.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acho que valeu a pena ter esperado, porque vou falar especialmente aos meus conterrâneos porque, dentro da diversidade da nossa paisagem humana, perdemos duas figuras queridas no último final de semana, cada um exercendo seu papel, cada uma prestando serviços à coletividade.

Quero registrar que faleceu no último sábado, em Natal, o Padre Antonio Vilela Dantas, pároco do Bairro de Candelária. Padre Vilela nasceu em Natal, no dia 5 de setembro de 1929 e foi ordenado sacerdote no dia 19 de dezembro de 1954 pelo então Bispo Auxiliar de Natal Dom Eugênio de Araújo Sales. Foi vigário nos Municípios de Ceará-Mirim, São Tomé, São Paulo do Potengi e São José de Mipibu. Integrou também, em sua missão pastoral, as dioceses de Garanhuns, em Pernambuco, e São Paulo. Em Natal, foi o primeiro vigário do Bairro de Candelária, onde instituiu, participou e animou várias pastorais naquela igreja. Faleceu na Casa de Saúde São Lucas, em Natal.

Amanhã, Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa um voto de pesar pelo seu falecimento.

Já na sexta-feira, tivemos a notícia, que trouxe também muito pesar a todos nós, rio-grandenses-do-norte, do falecimento do humorista Davi Cunha de Araújo, conhecido no meio artístico nacional como “Espanta”. Nascido em Natal, Davi fazia sucesso há algumas décadas em shows de teatro e programas de televisão do Rio Grande do Norte e do Ceará, chegando na década de 90 à TV Globo, onde integrou o

elenco da Escolinha do Professor Raimundo, criada e dirigida por Chico Anísio. Davi também apresentou-se na Rede Record de TV, em programas humorísticos de Tom Cavalcante.

Transmito aos amigos e à família de Davi, na pessoa de sua mulher, Valúzia de Oliveira, e do filho, Walter Kélsius, o sentimento de pesar de todos nós, norte-rio-grandenses, na qualidade de representante de todos eles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais, que dispõe sobre a anistia, o rebate, a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Não há mais oradores inscritos.

A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Rombo da Previdência cresce 34,4% e já atinge R\$ 34,18 bilhões neste ano”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 20 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, a antecipação de metade do 13º salário a aposentados pressionou o déficit, que foi de R\$8,57 bilhões em setembro.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Rombo da Previdência cresce 34,4% e já atinge R\$ 34,18 bilhões neste ano

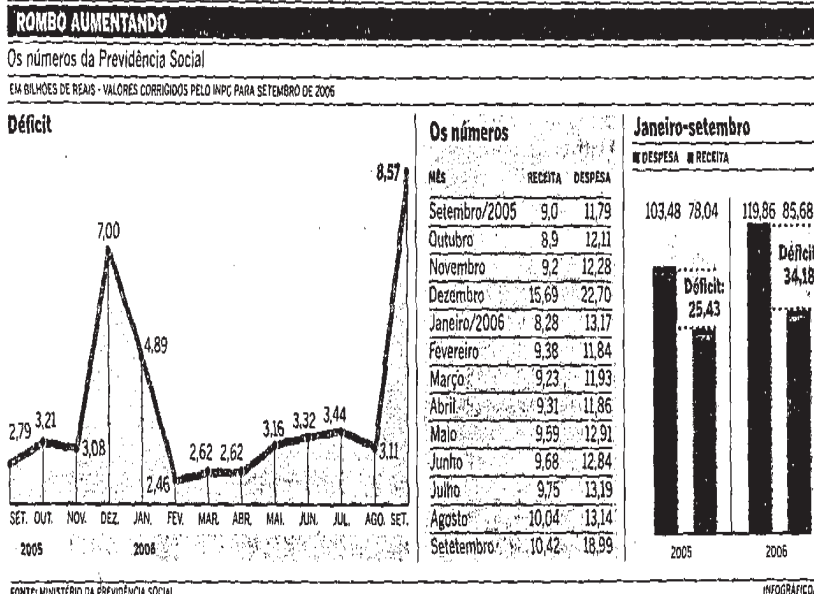
Antecipação de metade do 13º salário a aposentados pressionou o déficit, que foi de R\$ 8,57 bilhões em setembro

**Fabio Graner**  
BRASÍLIA

Pressionado pela antecipação de metade do décimo terceiro salário a aposentados e pensionistas, o déficit da Previdência disparou em setembro e atingiu R\$ 8,57 bilhões. O volume foi 207% superior em termos reais ao resultado de setembro de 2005. Também sentindo o efeito da antecipação, o déficit acumulado de janeiro a setembro somou R\$ 34,18 bilhões, com crescimento de 34,4% ante igual período de 2005.

A antecipação foi acertada entre o governo e sindicatos durante a negociação para o reajuste do salário mínimo, que é a base dos benefícios previdenciários. Para fechar um acordo de aumentar em 5% o piso salarial neste ano, mas também de olho no calendário eleitoral, o governo topou antecipar para setembro o pagamento de metade do décimo terceiro, que até hoje só era pago em dezembro. Assim, o resultado negativo do mês passado explodiu.

"Em dezembro, no entanto, o movimento deve ser inverso e o déficit deve ficar bem abaixo dos anos anteriores", disse o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, destacando que no último mês do ano as receitas também crescem por causa do efeito do décimo terceiro pago pelas empresas nas con-



tribuições à Previdência.

As despesas com benefícios em setembro foram de R\$ 18,99 bilhões, 44,5% mais do que em agosto e 61% mais comparado a setembro de 2005. Sem os R\$ 5,8 bilhões de antecipação, o aumento nas despesas seria de 12,06% ante setembro de 2005, pouco abaixo dos 15,8% de aumento real nas receitas do mês, na mesma comparação.

Vale ressaltar, porém, que o mês passado contou com receitas extraordinárias, por causa do Refis 3. Foram cerca de R\$ 500 milhões que fizeram a arrecadação líquida do mês bater o recorde e alcançar R\$ 10,42 bilhões. Sem esse dinheiro, o cres-

cimento real seria de 10,2%.

Desconsiderando-se a despesa extra da antecipação, os gastos aumentaram 10,2% de janeiro a setembro, ante uma alta de 9,8% nas receitas - sem descon-

## Déficit do mês foi 207% superior ao de setembro do ano passado

siderar a arrecadação extraordinária do Refis 3.

Apesar disso, Schwarzer considera dispensável, por enquanto, uma nova reforma da

Previdência. Segundo ele, antes de se discutir o tema, existe espaço para uma melhora na gestão da Previdência, que tenha impacto positivo no controle do déficit. Para o secretário, é possível melhorar mais a arrecadação, por meio não só da formalização do mercado de trabalho, que vem ocorrendo com o crescimento da economia, mas também por ganhos de eficiência na arrecadação.

Schwarzer afirmou que ainda há espaço para melhorar a concessão de benefícios, eliminando fraudes e concessões indevidas. Com isso, é possível evitar um crescimento explosivo no déficit. Segundo ele, a expan-

são no déficit é decorrência de uma política de redistribuição de renda, que beneficia toda a sociedade.

O secretário avaliou ainda que a reforma realizada em 2003 na Previdência dos servidores públicos já surte efeito e estabilizou o déficit no setor. Em 2003, foi de R\$ 46 bilhões - 3% do PIB. Em 2005, ficou em R\$ 45,9 bilhões, ou 2,4% do PIB. Com isso, todo o déficit previdenciário, que inclui o regime geral e a previdência do setor público, caiu de 4,7% do PIB para 4,3% do PIB em 2005.

• **Mais informações**, págs. B2 e B3

Estado S. Paulo  
20/10/06

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “A turma do contra”, publicada na revista **Exame** em sua edição de 08 de novembro do corrente.

A matéria destaca que um grupo de sete pessoas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança barra o avanço da biotecnologia o país.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# A TURMA DO CONTRA

## Um grupo de sete pessoas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança barra o avanço da biotecnologia no país

**GUSTAVO PAUL**

**N**OS ÚLTIMOS DEZ ANOS, A biotecnologia tornou-se uma das principais vanguardas da produção científica mundial e a mais poderosa alavanca para a produtividade agrícola dos grandes países produtores. A cada ano, as multinacionais do setor — como Syngenta, Basf, Bayer CropScience, Monsanto, Dow Agroscience e Pioneer — investem 4,4 bilhões de dólares para desenvolver novas sementes, capazes de produzir mais com menos insumos. Sementes geneticamente modificadas, ou transgênicas, diminuem em até 15% os custos de produção e economizam cerca de 6% em agrotóxicos. É por isso que competidores como Estados Unidos, Índia, Austrália, União Européia e Argentina já plantam, consomem e exportam produtos transgênicos. Por incrível que pareça, o Brasil, um dos pesos pesados da agricultura mundial, ainda terá de vencer a resistência de sete pessoas antes de poder adicionar tais ganhos à produção do campo. Esse grupo integra a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão do governo criado em 1995 para analisar a segurança de produtos oriundos

da biotecnologia e aprovar seu uso. Formado por professores e cientistas, o grupo, apelidado de G7, destila má vontade em relação aos transgênicos e tem conseguido barrar qualquer liberação das sementes no país. “É inacreditável, mas um setor que emprega 17 milhões de pessoas e exportou 44 bilhões de dólares no ano passado está à mercê de um grupo com aversão à tecnologia”, diz João Almeida Sampaio, presidente da Sociedade Rural Brasileira.

O grupo se formou com a aprovação da nova lei de biossegurança, de março de 2005. A lei ampliou de 18 para 27 o número de membros da CTNBio para poder incluir especialistas da sociedade civil e de novos ministérios criados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva — ao mesmo tempo que excluiu da comissão o representante do setor industrial. Com as mudanças, os especialistas em biossegurança apontados pela comunidade científica deixaram de ter a maioria na CTNBio. Ainda assim, o G7, com menos de um terço da comissão, não deveria causar maiores transtornos. Na prática, no entanto, os sete têm tido poder de veto nas decisões do órgão. O grupo ficou fortalecido desde que um decreto assinado no final de 2005 por Lula — redigido sob inspiração do Ministério do Meio Ambiente — determina que são necessários dois terços dos 27 membros da CTNBio para autorizar a comercialização de sementes transgênicas no país. Como a média de presença nas reuniões tem sido de 21 participantes, os votos do G7 são uma espécie de fiel da balança em questões polêmicas — e uma barreira compacta contra os transgênicos. O grupo é constituído em sua maioria por representantes dos ministérios do Meio Ambiente,

Desenvolvimento Agrário e Aquicultura e Pesca — comandados pelas tendências mais à esquerda do PT. Os membros mais destacados do G7 são Rubens Nodari, Fábio Kessler dal Soglio e Magda Zanoni.

Graças à atuação do grupo, o fato é que nenhum dos dez pedidos de liberação comercial de sementes transgênicas que acumulam poeira nos escaninhos da CTNBio — o mais antigo é de 1998 — foi analisado nas nove reuniões realizadas neste ano. Por enquanto, apenas dois tipos de semente — de soja e algodão — já passaram pelo crivo da CTNBio, em ambos os casos antes de existir o G7. Impacientes com as restrições, agricultores têm usado variedades contrabandeadas da Argentina, o que pode levar o Ministério da Agricultura a ter de destruir até 2% da produção brasileira de algodão. Não contentes em barrar a aprovação de outros tipos de semente, os

sete membros agora batalham para reverter uma das aprovações já feitas. Na reunião mais recente da comissão, realizada em meados de outubro, apesar de as liberações comerciais terem voltado à pauta — após quatro meses de ausência —, avançou-se muito pouco. Apenas um processo, referente a semente de milho resistente a herbicidas, entrou em discussão. Mesmo com 11 pareceres científicos favoráveis à sua liberação, o G7 pediu mais dois estudos de ecologistas. Com isso, a decisão final deve se arrastar sabe-se lá até quando.

Também a pesquisa nacional tem sido afetada. Dos 96 pedidos de pesquisa de campo feitos por empresas e instituições científicas, 30 nem sequer foram analisados. “São necessários até dez anos para as pesquisas serem concluídas e então poderemos pedir a liberação comercial”, diz Fernando Reinach, presidente da Alellyx, empresa do grupo Votorantim que no ano passado solicitou autorização para testar uma variedade de cana-de-açúcar mais produtiva, um eucalipto com qualidade

superior de madeira e uma cana-de-açúcar resistente a vírus — as três foram recentemente liberadas. A liberação de testes, contudo, é apenas uma primeira etapa. O passo seguinte é a aprovação para produção e comercialização — que também depende da CTNBio. “As empresas brasileiras estão perdendo competitividade científica, tecnológica e econômica”, diz Alda Lerauer, secretária executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia. “Nosso trabalho não evolui porque há um grupo que trabalha contra”, afirma, em tom de desânimo, o bioquímico Walter Colli, presidente da CTNBio e membro da ala de oposição ao G7. “Transformaram a comissão numa assembleia que não funciona.”

Esse clima de assembleísmo foi explicitado na primeira reunião deste ano, ocorrida em fevereiro. Na ocasião, o professor Dal Soglio, indicado como especialista em agricultura familiar, leu e distribuiu uma carta de integrantes da Campanha por Um Brasil Livre de Transgênicos criticando a CTNBio por ter feito “liberações açodadas”. O recado de Dal Soglio resumiu o pensamento do G7: não há por que ter pressa na aprovação de sementes transgênicas. Embora não exista nenhuma pesquisa científica séria indicando risco à saúde por parte dos transgênicos, apesar de já ter passado mais de uma década das primeiras lavouras geneticamente modificadas, a resistência dos ambientalistas se baseia na crença de que um dia, afinal, o mal virá.

A lentidão provocada pelo G7 despertou a ira dos ministros do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, e da Agricultura, Luiz Guedes Pinto, que forçaram a convocação em agosto do Conselho Nacional de Biossegurança, composto de 11 ministros. Os trabalhos até que ganharam velocidade desde então, mas o grande teste da comissão ainda está para ocorrer, quando os processos de liberação comercial forem julgados. Obter 18 votos para aprovar a comercialização de transgênicos, e assim derrotar o G7, será uma façanha. “O Brasil é uma potência agrícola, mas precisa urgentemente de um salto tecnológico para não perder competitividade”, diz Reinach. ■

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Paguei propina ao Bargas”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 27 de outubro do corrente.

A matéria destaca que Osvaldo Bargas, ex-petista expulso do Partido por envolvimento no escândalo do dossiê, também é acusado de cobrar pedágio de sindicatos novatos que iam lhe pedir o registro necessário para funcionar legalmente, durante sua gestão

frente à Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# “PAGUEI PROPINA AO BARGAS”

UGO BRAGA  
ENVIADO ESPECIAL

**R**io — Fustigado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público desde a eclosão do escândalo do dossiê, o ex-petista Osvaldo Bargas tem contra si uma nova e ainda mais cabeluda denúncia. À frente da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, onde atuou do início do governo Lula até dois meses atrás, ele teria cobrado pedágio de sindicatos novatos que iam lhe pedir o registro necessário para funcionar legalmente. Há indícios de um grande esquema de corrupção envolvendo sindicatos e o governo federal.

A acusação mais detalhada parte do presidente do Sindicato dos Captadores, Promotores e Vendedores de Plano de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Sinvepplas), Luciano Ramos Ribeiro. Em entrevista exclusiva ao **Correio**, ele contou ter prestado depoimento formal na Assessoria de Pesquisa Estratégica do Ministério do Trabalho no dia 17 passado. Lá, como na conversa com a reportagem, disse com todas as letras: “Paguei propina a Osvaldo Bargas”.

O caso data de março de 2004. Ribeiro chegou a Brasília vindo do Rio de Janeiro entre os dias 9 e 12, não lembra exatamente. Reuniu-se com Bargas e ouviu dele o pedido de R\$ 40 mil para resolver uma pendência sobre o registro do sindicato do qual Ribeiro compunha a diretoria na época — o Sindicato das Empresas de Captações, Promoções e Venda de Plano de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (Secpplas).

Conforme o relato, somente metade da boiada foi levantada, ou seja R\$ 20 mil, pelo então presidente do Secpplas, João Carmo da Silveira. Ele teria mandado entregar a pequena fortuna, juntada em maços de notas de R\$ 50, “num pacote do tamanho de uma caixa de chocolate”, a Luciano Ribeiro na frente do prédio do Ministério do Trabalho. Ribeiro, então, diz ter subido ao gabinete onde Bargas despachava, no quarto andar, e posto a encomenda sobre a mesa. Ao examinar o conteúdo, a autoridade teria se espantado a ponto de exclamar, antes de guardá-la: “Não é assim”.

O caso do Secpplas seguiu a antiga metodologia dos burocratas corruptos, de criar dificuldades para vender facilidades. O sindicato havia pedido o registro no dia 28 de maio de 2003, quase cinco meses depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não o obteve de pronto porque enfrentou um pedido de impugnação. Trata-se de algo comum no meio sindical, geralmente referente a disputas internas nas categorias. O trâmite normal é a apresentação de defesa por escrito por parte do impugnado.

Essa defesa é examinada pelo próprio Ministério do Trabalho. Neste caso, o processo arrastou-se por quase um ano. Até que, em meados de março de 2004, houve o episódio do pacote do tamanho de uma caixa de chocolate. A coisa ganhou velocidade incomum. A defesa contra a impugnação foi apensada ao processo em 10 de março. No mesmo dia, seguiu à Secretaria de Relações do Trabalho, passou pela Divisão de Análise e Norma, dali foi à Coordenação-geral de Registros Sindicais e, em 24 horas, estava de volta ao secretário de Relações do Trabalho. Nove dias depois, o registro saiu. Todo o trâmite está no processo 46000.007413/2003-77 do Ministério do Trabalho.

## Intimidade

O caso já seria gravíssimo só pelo fato de envolver Osvaldo Bargas. Ele nunca foi um petista comum, até ser expulso do partido depois do escândalo do dossiê. Bargas integrou a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nos anos 80, junto com Lula. Fundaram juntos o PT. Participaram da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os dois tornaram-se íntimos. A ponto de Lula ter recrutado para sua secretária particular a mulher de Bargas, Mônica Zerbinato, há mais de dez anos.

Foi com o legado de Bargas que Luciano Ramos Ribeiro topou novamente, ao sair do Secpplas para fundar o Sinvepplas. Para tanto, cumpriu o rito burocrático necessários e voltou ao Ministério do Trabalho em 1º de junho de 2004. Protocolou o pedido de registro sindical, mas deparou-se novamente com pedidos de impugnação. Ribeiro preparou sua defesa e a mandou ao ministério. A papelada, diz ele, sumiu.

Ao mesmo tempo, de acordo com o sindicalista, dois sindicatos que haviam pedido a impugnação do Sinvepplas procuraram-no exigindo R\$ 50 mil cada para retirar o obstáculo. Ele teria informado do achado o atual secretário de Relações do Trabalho, Mário Barbosa, sucessor de Bargas. E afirma ter recebido deste uma resposta desconcertante: “Isso é praxe no mercado”.

Como se negou a pagar aos sindicatos rivais, o Sinvepplas enfrentou duas semanas de silêncio absoluto por parte do ministério. Foi quando protocolou um pedido de reconsideração da impugnação. Porém, em vez de uma resposta formal, Ribeiro recebeu um telefonema de alguém que se identificou como preposto dos sindicatos rivais. Esta pessoa teria lhe dito que de nada adiantava o pedido de reconsideração. E deu detalhes: “Ele foi passado por fax”.

Neste ponto, a história sai do disseme-disse sindical. Indignado, Luciano enviou e-mails e disparou telefonemas ao gabinete de Mário Barbosa. Conseguiu apenas ser recebido por Ana Paula Cerca, sua chefe de gabinete. Dela, diz ter ouvido a sugestão: “Faça o mesmo acordo que fez em 2004”. Ele não fez. O pedido de registro foi ao congelador.

Segundo a assessoria do ministério, uma investigação foi aberta e tanto os funcionários envolvidos como o sindicato citado serão ouvidos. Osvaldo Bargas não foi encontrado.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PF suspeita de telefonemas entre Lorenzetti e Lacerda”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 03 de novembro do corrente.

A matéria destaca que o ex-petista Jorge Lorenzetti, apontado pela Polícia Federal como o articulador do dossiê antitucanos, trocou quatro ligações de sua casa em Florianópolis, com o celular “frio” que teria sido

usado por Hamilton Lacerda durante a negociação do material com a máfia dos sanguessugas.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# PF suspeita de telefonemas entre Lorenzetti e Lacerda

Quebra de sigilo indica que suposto celular ‘frio’ foi usado em 33 ligações entre os dois

**Polícia Federal suspeita que Lacerda tenha usado uma mulher como “laranja” na aquisição do telefone que usou para tratar do dossiê**

**LEONARDO SOUZA**  
ENVIADO ESPECIAL A CUIABÁ  
**MAURÍCIO SIMONATO**  
DA AGÊNCIA FOLHA, EM CUIABÁ

O ex-petista Jorge Lorenzetti, apontado pela Polícia Federal como o “articulador” do dossiê antitucanos, trocou quatro ligações de sua casa, em Florianópolis, com o celular “frio” que teria sido usado por Hamilton Lacerda durante a negociação do material com a máfia dos sanguessugas, de acordo com dados obtidos pela **Folha**.

Ao todo, incluindo celulares e um telefone fixo do comitê de campanha do PT usado por Lorenzetti, foram 33 ligações com o suposto número de Lacerda.

Segundo a **Folha** apurou, o delegado que cuida do caso, Diógenes Curado, acredita que Lorenzetti não terá como negar que falou com Lacerda por meio do número “frio”, registrado em nome de Ana Paula Cardoso Vieira. Além das ligações para Lorenzetti, há 43 telefonemas trocados por outros números do comitê de campanha do presidente Lula com o celular em nome dela.

A PF suspeita que Ana Paula tenha sido usada como “laranja” na aquisição do aparelho. Assim, na avaliação da PF, Lorenzetti não saberia explicar a relação dela com o PT. Curado pretende ouvir Lorenzetti novamente. No primeiro depoimento, em setembro, ele não foi inquirido sobre o assunto.

A polícia entende, no entanto, que Lorenzetti poderá alegar que não se lembra do número ou ainda ficar calado.

Procurado pela reportagem, o advogado de Lorenzetti, Aldo de Campos Costa, disse que preferiria não se manifestar sobre as supostas ligações, por não ter tido acesso ainda aos dados da quebra de sigilo telefônico de seu cliente, autorizada pela Justiça a pedido da PF.

Os policiais que cuidam do caso concluíram que o telefone em nome de Ana Paula era usado por Lacerda, ex-coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo. A PF constatou que havia vários telefonemas do número em nome dela a partir das mesmas cidades e em horários próximos a chamadas feitas e recebidas pelo telefone pessoal de Lacerda. Além de Lorenzetti, há ligações do número de Ana Paula para todos os demais integrantes da campanha de Lula envolvidos com o dossiê (Oswaldo Bargas, Expedito Veloso e Gedimar Passos), menos para o telefone pessoal de Lacerda.

A reportagem chegou a falar duas vezes com Ana Paula, mas ela negou qualquer envolvimento com o PT. Numa terceira tentativa, um homem atendeu a ligação, identificando-se como seu pai. Ele ameaçou um dos repórteres da **Folha**, dizendo para que não ligasse de volta para ela.

Colaboraram ADRIANO CEOLIN, da Sucursal de Brasília, FÁBIO VICTOR e RUBENS VALENTE, da Reportagem Local

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Sem infra-estrutura o Brasil pára” publicada pela revista **Exame** de 27 de setembro de 2006.

A matéria explica que faltam ao país estradas, energia e portos, e que sem isso não pode haver crescimento.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# SEM INFRA-ESTRUTURA O BRASIL PÁRA

## FALTAM ESTRADAS, ENERGIA, PORTOS. SEM ISSO, NÃO PODE HAVER CRESCIMENTO

**ROBERTA PADUAN**

**U**MA CARACTERÍSTICA COMUM A TODOS os países em crescimento acelerado é o ritmo intenso de investimentos em obras de infra-estrutura. Nações como China e Índia vivem atualmente uma febre de construções de novas usinas hidrelétricas, portos, estradas, ferrovias e saneamento básico, num gritante contraste com o marasmo do setor no Brasil. Chineses e indianos têm motivos para comemorar — e nós para ficar preocupados. Os serviços e produtos gerados pelos setores de infra-estrutura — energia, petróleo e gás, transportes, telecomunicações e saneamento básico — funcionam como órgãos vitais em qualquer sistema econômico. “Sem infra-estrutura, o Brasil literalmente pára”, diz Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE). É aí que reside um dos pontos mais débeis da economia brasileira. De acordo com extenso estudo da consultoria McKinsey sobre os principais problemas que afligem a economia brasileira, a precariedade da infra-estrutura, fruto de décadas de descaso e pouco investimento, tornou-se uma das maiores barreiras ao crescimento do país. (Outros obstáculos à prosperidade — a informalidade, as deficiências macroeconômicas e a insegurança jurídica — foram temas de reportagens anteriores da série Caminhos para o Crescimento, que termina nesta edição.)

Não faltam indicadores para justificar o diagnósti-

co (veja quadro ao lado). Nos transportes, 70% da malha rodoviária brasileira está em condições ruins ou péssimas de rodagem. Esse é um dos principais motivos das perdas da produção de grãos, que chegam a 12% da safra de arroz e a 7% da de soja. No setor de saneamento, o retrato é igualmente desolador — 27% das residências brasileiras não têm acesso a rede de tratamento de esgoto e 11% não têm água tratada, o que faz com que mais de 1 000 crianças sejam internadas diariamente pelo fato de viver sem boas condições sanitárias. Na área de energia, o alerta é máximo. Especialistas do setor e o próprio governo estimam que, para o país crescer 4,5% ao ano, será preciso adicionar desde já 4 100 megawatts de eletricidade ao ano — sem isso, o risco de um novo apagão nos próximos anos é enorme. Um levantamento do Instituto Acende Brasil, que reúne investidores do setor energético, mostra que as usinas licitadas no ano passado somaram apenas 740 megawatts. “A incerteza sobre o fornecimento de uma coisa tão básica como energia diminui a competitividade do Brasil e afasta novos investimentos”, afirma Heinz-Peter Elstrodt, sócio-diretor da McKinsey no Brasil. “Isso se traduz em menos crescimento e, conseqüentemente, menos bem-estar para a população.”

Segundo o estudo da McKin-

**Engarrafamento na Marginal do Tietê, em São Paulo: perda de produtividade**

## Na lanterna

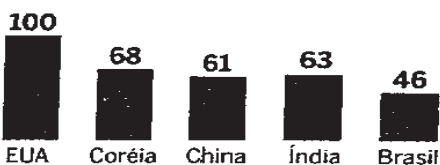
Compare a infra-estrutura brasileira com a de outros países. O instituto suíço IMD deu notas a vários setores tendo os Estados Unidos como referência (nota 100)

### INFRA-ESTRUTURA GERAL

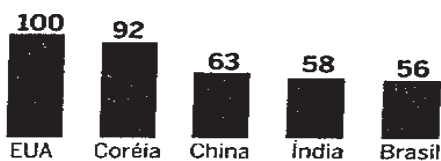
(Inclui todos os setores)



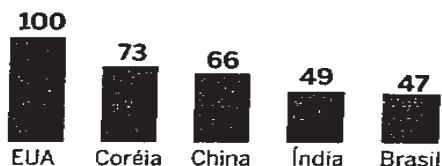
### TRANSPORTE DE CARGA



### ENERGIA



### SANEAMENTO



## O investimento é baixo

Saiba quanto o país investe<sup>(1)</sup> em infra-estrutura em relação ao mínimo que deveria ser investido anualmente

PETRÓLEO E GÁS NATURAL	84%
TELECOMUNICAÇÕES	65%
ENERGIA ELÉTRICA	60%
TRANSPORTES	45%
SANEAMENTO BÁSICO	33%

sey, ainda é possível evitar os dois apagões que rondam a economia — o de energia e o de transportes. O primeiro passo é fazer o diagnóstico correto do problema. “É fundamental que o governo entenda que é impossível resolver a infra-estrutura sem investimentos do setor privado”, diz Paulo Fleury, diretor do Centro de Estudos em Logística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Segundo a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), o Brasil precisa investir 88 bilhões de reais a cada ano para equacionar os problemas. Estima-se que o governo investirá apenas 24 bilhões de reais neste ano — e nada indica que esse montante crescerá significativamente nos próximos anos.

Diante da falta de dinheiro público, a retomada das privatizações aparece como uma das principais medidas propostas pela McKinsey. Especialistas afirmam que há pelo menos 3 000 quilômetros de rodovias em condições de ser privatizadas imediatamente. O mesmo vale para 80% do setor de geração de energia e toda a administração portuária. No caso dos portos, a privatização parou no meio do caminho. Desde 1997, apenas os terminais de carga passaram para mãos privadas. Por falta de investimentos, a maioria dos portos — incluindo Santos, o mais importante do país — não tem condições de receber navios de última geração. Importadores e exportadores poderiam economizar 1,2 bilhão de dólares em fretes transoceânicos caso os portos operassem embarcações modernas.

Outra forma de atrair investimentos privados é por meio das parcerias público-privadas (PPPs). Esse tipo de contrato permite que uma empresa invista junto com o governo, por exemplo, na construção de uma estrada e possa cobrar o pedágio no futuro. “Uma das vantagens das parcerias é que as obras sofrem menos atrasos e têm mais qualidade”, afirma Maurício Endo, diretor de estruturação de PPPs da consultoria KPMG. “Como o investidor privado vai operar o serviço no futuro, ele tende a ser bastante rigoroso com o projeto para evitar gastos adicionais com manutenção.” O país com mais experiência nesse tipo de contrato é a Inglaterra. De 1995 para cá, o governo britânico assinou mais de 600 PPPs em áreas

como transportes, segurança e saúde. No Chile, as PPPs foram utilizadas para modernizar e ampliar seu sistema de transportes, considerado um dos melhores do mundo pelo instituto de pesquisas do IMD, a prestigiada escola de administração suíça. As PPPs começaram a ser discutidas no Brasil no início do atual governo, mas nenhum contrato foi assinado até agora.

Embora quase inexistam grandes obras em andamento no Brasil, a ironia é que sobram interessados em investir. “Os setores de infra-estrutura são ótimo negócio, pois dão retorno garantido”, afirma Pires, do CBIE. Mas trata-se de um tipo de investimento que tende a dar resultado apenas a longo prazo — e portanto é vital que haja confiança nas regras do jogo e nos contratos, sem o que ninguém se dispõe a aplicar o dinheiro. A experiência internacional sugere que as agências reguladoras têm papel fundamental na garantia dessa estabilidade. Elas são órgãos com independên-

cia dos governos e com poder para tomar decisões. Nos Estados Unidos, a primeira agência surgiu em 1978, com a privatização da aviação. Desde então, elas se consolidaram como órgãos verdadeiramente reguladores, intermediando os interesses dos consumidores, dos investidores e do governo. Sua existência é uma das condi-

ções fundamentais para que o governo americano atraia investimentos de longo prazo. É o caso, por exemplo, da ponte Chicago Skyway, que conecta estradas dos estados de Illinois e Indiana — a empresa que ganhou a concessão investirá quase 2 bilhões de dólares e poderá cobrar pedágio pelos próximos 99 anos.

Enquanto isso acontece lá fora, o Brasil trilha o caminho inverso. Criadas na década de 90, as agências brasileiras vêm sofrendo constantes ataques por membros do governo Lula. Uma das formas encontradas para enfraquecê-las é retirar sua independência financeira, sem a qual é impossível contratar gente qualificada para fiscalizar as empresas e realizar os estudos necessários. Apesar de os recursos serem garantidos pelas concessionárias de serviços — cada conta de luz ou telefone tem embutida no preço a fatia que vai para a agência —, o dinheiro acaba retido pelo

## O que precisa

### FORTALECER AS AGÊNCIAS REGULADORAS

Criadas nos anos 90 para regular os serviços privatizados, as agências vêm sendo enfraquecidas. Desde 2003, a União reteve 7 bilhões de reais destinados a esses órgãos. Muitos dirigentes indicados não são especialistas nos setores de regulação. Esse cenário diminui a confiança do investidor privado

COMO É NO BRASIL

Nos Estados Unidos, as agências se consolidaram há décadas. Elas têm independência financeira total e seus dirigentes têm de ter carreira nos setores regulados. Essas condições aumentam a confiança do setor privado, que se dispõe a entrar em contratos de até 99 anos, como é o caso da ponte Chicago Skyway

QUEM JÁ FEZ

### Só em 2005, o governo reteve 4,5 bilhões de reais das principais agências reguladoras

# ser feito

Algumas das principais recomendações da McKinsey para melhorar a infra-estrutura do país

## RETOMAR AS PRIVATIZAÇÕES

Pelo menos 3 000 quilômetros de rodovias, 80% da geração de energia e toda a gestão portuária poderiam ser privatizados. No caso dos portos, só os terminais são privados. As estatais cobram pela entrada dos navios, mas não fazem as melhorias necessárias. A falta de dragagem no porto de Santos faz com que navios de grande porte saiam carregados parcialmente para não bater no fundo

Na Holanda, o porto de Roterdã foi integralmente privatizado em 2004. A dragagem dos canais de acesso é feita quase diariamente, permitindo o acesso a navios de qualquer porte. Recursos privados garantem investimentos em tecnologias de ponta, como satélites que ajudam a evitar filas de navios e obras como a futura ampliação do porto, que custará 2.6 bilhões de euros

## REALIZAR PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)

A Lei das PPPs (contratos em que governos e empresas dividem a construção e a operação de obras e serviços públicos) foi aprovada há mais de um ano e meio, mas apenas uma licitação foi realizada até agora — a que viabilizará a operação privada de uma linha de metrô na cidade de São Paulo. Estima-se que o setor privado possa investir 35 bilhões de reais em cinco anos só em PPPs federais

Desde 1994, o Chile realizou 45 PPPs, que injetaram 6 bilhões de dólares na infra-estrutura do país. A maior parte desse valor veio da iniciativa privada. As PPPs foram um dos principais meios de o Chile melhorar seu sistema de transporte de cargas. Atualmente, a infra-estrutura chilena é considerada uma das melhores do mundo pelo IMD

## REDUZIR IMPOSTOS DOS SERVIÇOS BÁSICOS

O Brasil é um dos países que mais cobram impostos dos serviços básicos. A tributação representa 48% do preço final da eletricidade, 47% da telefonia e 39% dos transportes. A alta taxaçaõ encarece os serviços, estimula a inadimplência e as ligações clandestinas. Esse cenário dificulta o aumento da escala de consumidores, fundamental para baratear qualquer produto e serviço de infra-estrutura

O Chile e a Coréia do Sul têm níveis de taxaçaõ bem mais baixos. No Chile, a tributação sobre a eletricidade e as telecomunicações é de 27% e sobre os transportes de 25%. Na Coréia do Sul, a eletricidade é taxada em 31%, a telefonia em 32% e os transportes em 27%. Os dois têm, de longe, a melhor infra-estrutura quando comparados com outros países emergentes

governo. Só em 2005, as seis principais agências deixaram de receber 4.5 bilhões de reais que lhes pertenciam. Um sinal eloquente do esvaziamento das agências é o número de vagas não preenchidas. Dos cinco diretores da Agência Nacional de Petróleo, por exemplo, só dois ocupam o cargo — três cadeiras estão vagas. Um dos dois ocupantes é o ex-deputado Haroldo Lima, do PCdoB, um político sem carreira prévia no setor de petróleo. "É óbvio que num ambiente desse tipo a confiança do empresário diminui", afirma Paulo Godoy, presidente da AbdiB.

Outro fator que tem minado a confiança empresarial é a falta de clareza existente no governo sobre o papel das agências ambientais. No mundo todo, a equação que tenta combinar necessidade de desenvolvimento com preservação ambiental é instável — geralmente os investidores reclamam dos ambientalistas e vice-versa. Mas lá fora os debates têm hora para começar e terminar — uma vez batido o martelo sobre o que pode ser feito, as obras são levadas a cabo. No Brasil tem ocorrido o inverso. As leis ambientais não são claras e os processos de licenciamento permitem uma infinidade de novas exigências aos investidores. A consequência é que nunca dá para saber quando — e com que custo — uma obra será liberada. Com isso, os embargos ambientais viraram um dos maiores entraves aos novos projetos de infra-estrutura. A saída, dizem os especialistas, passa por duas frentes distintas. De um lado, pela melhora da legislação. Hoje, os agente públicos respondem pessoalmente no caso de um desastre ambiental. Tama- nha responsabilidade acaba levando a uma

paralisa — o melhor é não aprovar nada para não correr risco no futuro. Por outro lado, é preciso coordenar melhor o trabalho dos diferentes órgãos do governo. "Não adianta o Ministério de Minas e Energia planejar sozinho os projetos do setor elétrico, pois eles acabam vetados em outras pastas", afirma Sérgio Abranches, cientista político. "O mundo todo enfrenta a mesma dificuldade, e o melhor caminho encontrado até agora foi aumentar a interação entre as áreas que tratam do assunto."

Destravar a infra-estrutura é um desafio para todos os países. Não é trivial convencer investidores a empenhar bilhões de dólares em obras que demoram anos para começar a dar retorno. O fato é que o Brasil tem demorado demais para começar a encarar esse desafio. Na maioria dos setores, uma decisão tomada hoje pode levar anos para tornar-se realidade — e o tempo começa a ficar escasso. Uma boa notícia é a percepção de que, se o país acertar com competência o ambiente para os investidores, dinheiro não faltará. Vários fundos de pensão começam a demonstrar apetite pelo setor. Ao todo, estão saindo do papel cinco fundos de investimento em participação (FIP), com condições de injetar 3.5 bilhões de reais nas áreas de energia, saneamento, concessões rodoviárias, portos e ferrovias. "Estamos buscando negócios", diz Guilherme Lacerda, presidente da Funcef, o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal, que administra um patrimônio de 23 bilhões de reais e participa dos cinco FIPs. Ao que tudo indica, só falta o governo fazer sua parte.

Leia mais detalhes sobre a situação da infra-estrutura no Portal EXAME

## Os efeitos da privatização

Compare o desempenho dos setores de telecomunicação e portuário após a privatização

NAS TELECOMUNICAÇÕES		
	ANTES DAS PRIVATIZAÇÕES <sup>(1)</sup>	DEPOIS DAS PRIVATIZAÇÕES <sup>(2)</sup>
Número de linhas fixas por 100 habitantes	12	27
Celulares por 100 habitantes	3	47
Pessoas com acesso à internet	480 000	35 milhões
NOS PORTOS <sup>(3)</sup>		
	ANTES DAS PRIVATIZAÇÕES <sup>(1)</sup>	DEPOIS DAS PRIVATIZAÇÕES <sup>(2)</sup>
Tempo diário de operação dos terminais	16 horas	24 horas
Espera para atracar um navio	Até 96 horas	Atracaçaõ imediata
Número de contêineres embarcados e desembarcados	De 8 a 15 por hora	De 35 a 40 por hora

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Indústria no Brasil cresce até 7 vezes menos que a de outros emergentes”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 16 de setembro de 2006.

A matéria destaca que enquanto o crescimento da produção industrial do País acumula alta de 2,2% nos 12 meses encerrados em julho, um grupo de economias em desenvolvimento registra altas de 4,5% a 17%, no caso da China por exemplo.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Indústria no Brasil cresce até 7 vezes menos que a de outros emergentes

Expansão no País foi de 2,2% nos últimos 12 meses, enquanto na China, por exemplo, o avanço atingiu 17%

**Nilson Brandão Junior**  
RIO

A indústria de países emergentes cresce a taxas até sete vezes superiores à do Brasil. Enquanto o crescimento da produção industrial do País acumula alta de 2,2% nos 12 meses encerrados em julho, um grupo de economias em desenvolvimento registra altas na produção que vão de 4,5% a 17%, este último, o caso da China. Embora o setor esteja avançando mais no governo Luiz Inácio Lula da Silva do que nos dois mandatos anteriores, aumenta a distância que separa o desempenho nacional com relação a países com os quais compete diretamente.

Os dados constam de um levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a pedido do Estado. Em alguns casos,

## Para analistas, baixo investimento explica desempenho brasileiro

o fosso que separa o avanço brasileiro em relação a outros países é ainda maior na produção industrial do que na expansão do Produto Interno Bruto (PIB). É o que ocorre, por exemplo, na comparação com China e Coreia do Sul, conforme a consultoria Austin Rating. Na prática, a indústria do País evoluiu no

mesmo ritmo de economias maduras da zona do euro.

“Temos um crescimento da indústria muito abaixo dos países que são nossos concorrentes. Isso se deve principalmente às condições internas da economia brasileira e não pelo quadro internacional”, diz o economista-chefe do Iedi, Edgard Pereira. Simplificando, o mundo cresce, mas a indústria nacional anda com o freio de mão puxado.

Pereira explica que o cenário externo favorável aumentou a demanda internacional e elevou os preços das commodities. O resultado disso é que o setor exportador brasileiro ligado a recursos naturais foi muito bem nos últimos anos. Mas a combinação de juros ainda altos e real forte, mais recentemente, já reduz o ímpeto exportador e não deslança a economia. Para ele, o consumo veio apenas a reboque de “medidas tóxicas”, como crédito consignado, transferências de renda e aumento do salário mínimo.

Dentro do que chama de “anatomia do baixo crescimento”, ele destaca a insuficiência de investimentos para uma expansão sustentada da economia. Pereira argumenta que medidas de consumo de “fôlego curto” não asseguram um avanço consistente. “Isso não é um quadro que dá segurança a uma taxa de crescimento maior da economia para o futuro, capaz de mobilizar os esforços de investimento.” Em países como a Chi-

## PESQUISA

### Na lanterna

A produção industrial tem avançado no Brasil, mas bem menos do que em outros países emergentes

#### Comparativo Internacional

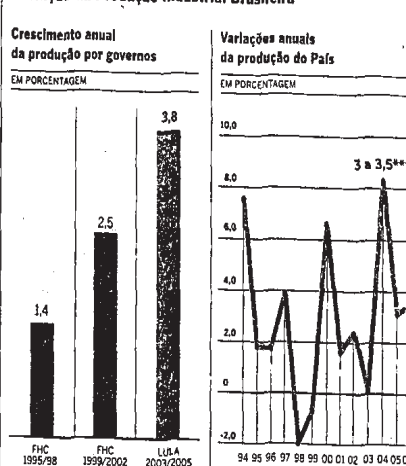
PAÍS	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA*	PIB PARA 2006**
Reino Unido	-1,1	2,7
França	-0,1	2,4
Itália	0,8	1,5
Espanha	1,8	3,4
<b>Brasil</b>	<b>2,2</b>	<b>3,6</b>
Área do euro	2,3	2,4
Japão	2,6	2,7
México	3,0	4,0
EUA	3,4	3,4
Irlanda	4,4	5,2
Alemanha	4,5	2,0
Rússia	4,5	6,5
Turquia	5,5	8,0
Argentina	7,4	8,3
Índia	8,2	8,0
Hungria	9,2	4,5
Polônia	9,4	5,0
Rep. Checa	9,7	6,0
Coreia do Sul	10,2	5,0
China	17,0	10,0

\*Períodos de 12 meses encerrados entre maio e junho, conforme o último dado disponível de cada país no banco de dados da OCDE. Para o Brasil o dado vai até agosto e nos casos de China e Argentina, até julho. \*\*Projeções de crescimento. \*\*\*Projeções de mercado.

FONTE: IEDI, PARA A PRODUÇÃO INDUSTRIAL; AUSTIN RATING, PARA DADOS DO PIB, COM BASE NAS PROJEÇÕES DO FMI

na é justamente o investimento que comanda o crescimento. O coordenador do grupo de indústria do Instituto de Economia da UFRJ, David Kupfer, tem visão semelhante. “Acho que não se vai conseguir escapar desses níveis muito tímidos de crescimento enquanto o investimento não voltar e a taxa

#### Evolução da Produção Industrial Brasileira



de câmbio não rumar para um nível mais favorável.” Kupfer explica que mesmo as exportações, que perdem fôlego em quantidade, respondem por menos de 20% da produção brasileira e, por isso, não teriam peso para puxar toda a produção física do País. Mesmo a redução de juros, se-

tras palavras: quando fica rígida, breca a economia; mas quando se torna flexível não surte impacto imediato. Além disso, novos investimentos não dependem apenas dos juros, mas da perspectiva de crescimento.

Enquanto isso, a defasagem em relação a outras economias aumenta. O presidente da Embraer e do Conselho Empresarial Brasil-China, Ernesto Heinzmann, cita que a previsão de crescimento industrial para o país asiático este ano estava em 16% e aproxima-se dos 20%. De forma geral, no Brasil, as expectativas para o crescimento da produção este ano variam entre 3% e 3,5%. Ele cita que há 20 anos as economias coreana e brasileira tinham indicadores semelhantes desde então a Coreia se distanciou do Brasil.

“O risco é o ciclo se repetir e repetir. Agora, é a China, logo será a Índia, depois a Tailândia, porque não estamos acompanhando a dinâmica do mercado internacional e o que se exige de uma nação”, diz Heinzmann. Ainda assim, segundo o Iedi, o crescimento da produção desde 2003 vem superando os crescimentos de períodos anteriores, como nos anos 90, marcados por crises internacionais.

O levantamento mostra que nos três primeiros anos do governo Lula a expansão tem sido de 3,8% ao ano na produção, enquanto no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998) foi de 1,4% e no segundo (1999/2002), de 2,5%. ●

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Procuradoria investiga suposto ‘abafa’ na PF”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 26 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o Ministério Público Federal quer saber se a cúpula da Polícia Federal ajudou os investigados no caso do dossiê a montar versão que preservasse campanha petista.

A matéria mostra ainda que a Polícia Federal instaurou um inquérito para apurar uma eventual ope-

ração na instituição, com o objetivo de abafar o caso do dossiê.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Procuradoria investiga suposto ‘abafa’ na PF

Ministério Público Federal quer saber se cúpula da polícia ajudou investigados a montar versão que preservasse campanha petista

**Diretor-executivo da PF paulista é apontado como responsável por concentrar o caso nas mãos de policiais de confiança; ele nega**

**LILIAN CRISTOFOLETTI**  
DA REPORTAGEM LOCAL

A suposta operação montada pela Polícia Federal para tentar abafar o caso do dossiê —que envolve ex-membros do comitê eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva numa negociação frustrada de documentos contra candidatos tucanos— virou alvo de investigação criminal movida pelo Ministério Público Federal em São Paulo.

Os procuradores que cuidam do controle externo das atividades da PF buscam saber se a cúpula do órgão ajudou os investigados a construir uma versão comum, que preservasse a campanha petista.

Um dos focos da Procuradoria é o diretor-executivo da PF paulista, Severino Alexandre, apontado como o intermediário de um encontro secreto entre investigados e ainda como o responsável pela concentração do caso nas mãos de policiais de confiança.

No dia 22 de setembro, a **Folha** revelou que o diretor-executivo da PF paulista, por orientação de Zulmar Pimentel —segundo homem na hierarquia da PF no país—, afastou da investigação o delegado Edmilson Bruno, que prendeu os petistas e apreendeu o dinheiro. Para o lugar de Bruno foi indicada uma delegada assistente

de Severino Alexandre.

Pimentel é cotado a assumir o comando da PF num eventual segundo mandato de Lula.

Há duas semanas, na revista “Veja”, o diretor-executivo foi citado como o responsável por um encontro secreto entre Freud Godoy, ex-segurança de Lula, e o preso Gedimar Passos, ex-policial contratado pelo PT para comprar o dossiê.

Neste encontro, Gedimar teria sido convencido a inocentar Freud de qualquer participação no caso.

Quando foi preso no dia 15 de setembro com R\$ 1,7 milhão em dinheiro, Gedimar disse à polícia que agiu “a mando” de Freud. Ele só retirou a acusação no último dia 3, quando responsabilizou o delegado Bruno pela inclusão do nome de Freud na investigação.

A Procuradoria irá ouvir os policiais que estavam de plantão no dia do suposto encontro.

**O que a PF diz**

A PF paulista afirmou que nunca existiu uma operação para abafar o escândalo do dossiê. Disse que, ao contrário, coube à própria PF iniciar o caso com a prisão de petistas.

Sobre o delegado Bruno, informou que o policial não foi afastado, mas atuou como plantonista num final de semana. Disse ainda que o diretor-executivo nunca intermediou um encontro secreto entre Freud e Gedimar.

A PF também instaurou um inquérito para apurar o eventual apuração abafa. O procedimento corre em sigilo.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, gostaria de manifestar o quanto eu aprecio a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados, de promover este seminário sobre as proposições legislativas que tramitam no Congresso Nacional, – e particularmente, é claro, na Câmara dos Deputados, – de interesse das populações indígenas. Não só isso, mas também sobre as demandas – dos índios e de seus defensores e representantes – que ainda não tomaram uma forma legislativa. Ao reconhecer esse gesto, faço também uma vênia ao ilustre Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, presidente desta Comissão, em razão de sua biografia voltada à defesa dos segmentos sociais mais frágeis, ou marginalizados, ou injustiçados. Meu reconhecimento ao Deputado!

Louvo, igualmente, ou mais ainda, o interesse da Organização Não-Governamental CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em provocar esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias para que promovesse um encontro, no parlamento, sobre o assunto. Foi a informação que obtive do ofício que me foi encaminhado pelo Deputado Greenhalgh com o intuito de gentilmente me convidar a falar nesta oportunidade. O CIMI, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), notabiliza-se por ser uma entidade competente e bem organizada e pelos seus mais de 30 anos de luta em favor da valorização dos povos e das culturas indígenas brasileiros.

Vejo, aliás, com satisfação, já não digo a emergência, pois isso já se deu faz alguns anos, mas o fortalecimento das Organizações Não-Governamentais, – as ONG, – em nosso País. Elas têm muito a contribuir, – e estão efetivamente contribuindo, em toda sua diversidade, – com nosso projeto, que é comum a todos os brasileiros, de uma sociedade mais justa e mais fraterna. Vejo também com satisfação que as ONG se têm aproximado do parlamento, para discutir e propor questões de políticas públicas.

Exemplo disso é o seminário que se realizará no Senado Federal amanhã e depois de amanhã, o 2º Fórum Senado Debate Brasil, seminário que versará justamente sobre a situação, principalmente legal, das ONG no Brasil, e que reunirá, como aqui, parlamentares e representantes dessas organizações da sociedade civil.

Feita esta introdução, quero dizer que penso ter sido convidado a este seminário por dois motivos. Primeiro, porque sou senador por um estado, – Roraima, – que se distingue por abrigar grande contingente de índios e por ter parcela considerável de seu território ocupada por terras indígenas. E segundo, porque sou

autor de um projeto de lei, que tramita, desde 1996, nesta egrégia Câmara dos Deputados, e que disciplina a exploração mineral nas terras indígenas, – o que, juntamente com o aproveitamento dos recursos hídricos dessas mesmas terras, é o tema deste painel do qual sou um dos expositores.

Vou falar sobre o projeto de lei, dando mais uma noção geral de suas motivações do que entrando em minúcias jurídicas às quais remeteria a análise aprofundada de seus 23 artigos e 29 parágrafos. Quem sabe este seminário possa resultar na retomada da tramitação desse projeto por mim apresentado faz 11 anos?

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o atualmente designado Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, da Câmara dos Deputados, foi apresentado por mim no Senado Federal, em março de 1995. Lá, recebeu o nome de PLS nº 121, de 1995. A tramitação no Senado foi rápida: durou um ano. O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Não havendo recurso do plenário, foi expedido à Câmara dos Deputados em março de 1996, onde, desde então, se encontra.

O sentido maior dessa proposição legislativa é permitir a exploração mineral das terras indígenas em condições muito estritas, muito rigorosas, em que, – após ouvida a comunidade indígena afetada e concedida autorização pelo Congresso Nacional, como exige a Constituição, – garanta-se a remuneração em favor dessa comunidade indígena e a sua participação substancial nos resultados financeiros do empreendimento.

É notório que é baixo o aproveitamento do potencial mineral existente no território nacional. É notório, também, que muitas terras indígenas são ricas em minério. Em razão disso, temos uma situação insatisfatória, por todos os ângulos. Por um lado, temos riquezas importantes jazendo intocadas no subsolo, e que poderiam estar contribuindo com o esforço do desenvolvimento nacional. Por outro lado, temos a cobiça e a busca por uma vida melhor que têm empurrado alguns brasileiros não-índios ou caboclos para dentro das terras indígenas, de forma clandestina, sendo usados métodos de exploração predatórios e bastante prejudiciais ao meio ambiente.

A tudo isso uma legislação bem cuidada e responsável poderia fazer frente. A disciplina legal contribuiria para que a racionalidade pudesse ser instaurada nessa questão. Tal legislação deve levar em conta, sempre!, o interesse das populações indígenas. O interesse das populações indígenas, por sua vez, deve ser a premissa a observar para que se dê qualquer tipo de exploração mineral, aliás como já prevê nossa Lei Maior, nossa Constituição, que, em seu art. 231, parágrafo 3º, es-

tabelece expressamente que o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. Esse comando constitucional, na parte que se refere à pesquisa e à lavra de recursos naturais em terras indígenas, é reproduzido no art. 2º de minha proposição.

Penso que possa não haver incompatibilidade entre os legítimos interesses das populações indígenas e a exploração de atividade econômica disciplinada legalmente com rigor em suas terras. O índio também quer prosperar, o índio também quer melhores condições de vida, o índio também quer ter melhor infra-estrutura e equipamento de uso social em sua comunidade, bem como ter acesso a alguns bens de consumo. O índio, hoje, mesmo o que vive aparentemente isolado em aldeias, tem informação. Ele vive aparentemente isolado, mas sabe do mundo que o circunda. Muitos deles, ao mesmo tempo e sem nenhuma contradição necessária, estimam sua cultura e seu modo de vida tradicional, mas também já incorporaram alguns valores da comunidade nacional mais ampla, da qual eles também fazem parte. E tudo isso é legítimo.

Alguns puristas, que não são índios, querem manter as comunidades indígenas em uma espécie de redoma de vidro. Qualquer aproximação dos índios com os valores e os meios de vida da comunidade nacional mais ampla é vista por esses puristas como decadência e contaminação. Esse modo de ver as coisas satisfaz as necessidades psicológicas dos puristas, que são uma espécie de neo-rousseauianos em busca do paraíso perdido, mas não satisfaz aos próprios índios. Vez ou outra, os índios revoltam-se contra esses elementos que os querem tutelar.

Não se pode, portanto, ser radical nessa questão. Nem, por um lado, querer integrar o índio à marra, sem preparo nem proteção, à sociedade nacional mais ampla; nem, por outro lado, sonegar aos índios meios materiais para sua prosperidade e bem-estar. Sejam democráticos, pois, e deixemo-los, aos próprios índios, que decidam, que manifestem sua vontade. Deixemo-los falar! É esse, igualmente, o espírito do projeto sobre o qual passo a discorrer com um pouco mais de minúcia.

Vamos a alguns pontos dele.

O parágrafo único do art. 3º reserva aos próprios índios a exploração mineral de suas terras em regime de garimpagem, que é o regime de trabalho, vamos dizer assim, artesanal.

Para que a exploração seja efetivada por métodos industriais, por empresa constituída, o projeto faz uma série de exigências rigorosas e detalhadas.

Antes de tudo, a área indígena pretendida para exploração deve ser declarada apta à mineração. Somente o será se um parecer técnico elaborado conjuntamente pelos órgãos federais de gestão dos recursos minerais e de assistência ao índio concluir nesse sentido. Tal parecer, manda o projeto, deve ser apoiado em laudo antropológico específico.

Satisfeitos esses requisitos, abre-se processo para a pré-qualificação de empresas interessadas em explorar a lavra. As regras para a qualificação e a concorrência entre empresas interessadas serão estabelecidas por Edital elaborado pelos mesmos órgãos federais que cuidam, cada um, dos recursos minerais e da assistência ao índio. Hoje seriam o Ministério de Minas e Energia e a FUNAI. Faz-se, a seguir, uma série de exigências detalhadas sobre o que não pode deixar de ser contemplado pelo Edital, – sempre com o intuito de proteger a comunidade indígena, – mas sobre as quais não farei comentários, para não tornar cansativa minha exposição. Apenas abordarei os pontos mais importantes e gerais.

Quanto às empresas concorrentes, elas devem ter experiência comprovada; ter capital social mínimo não inferior a 50% do valor do orçamento do programa de pesquisa a ser desenvolvido na área; devem apresentar certidão negativa de tributos federais, estaduais e municipais, também comprovar a regularidade do recolhimento das obrigações previdenciárias; e devem firmar cartas-compromisso que prometam formalmente a apresentação de garantias financeiras para as despesas com pesquisa e pagamento de renda aos índios. Tais condições podem ser atenuadas somente na hipótese de empresas de mineração pertencentes à própria comunidade indígena.

O pagamento às comunidades indígenas será feito de duas formas: primeiro, renda pela ocupação do solo; segundo, participação nos resultados da lavra.

A renda pela ocupação do solo será paga por hectare ocupado e será devida por todo o tempo de vigência do alvará de pesquisa. Quanto à participação da comunidade indígena nos resultados da lavra, ela não poderá ser inferior a 2% do faturamento bruto da empresa, de acordo com certas condições de cálculo. Há a exigência de que essas receitas sejam aplicadas em benefício direto e exclusivo de toda a comunidade indígena, segundo plano de aplicação previamente definido. Para a elaboração desse plano de aplicação, os índios poderão assessorar-se livremente.

Outro aspecto importante do projeto é o detalhamento de todo o andamento do processo de concor-

rência para escolher a empresa melhor habilitada para a exploração mineral, sendo prevista, em certa etapa do processo, a negociação direta da empresa com a comunidade indígena, negociação que será assistida por representante do Ministério Público Federal, que, por sua vez, deverá atestar a legitimidade da manifestação da vontade dos índios.

Uma vez concluída a tramitação administrativa do processo, ele será encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, para que este, ouvidos os índios, delibere sobre a aprovação da permissão para a exploração mineral, consoante o que determina o já citado parágrafo 3º do art. 231 da Constituição Federal.

Depois de aprovada a exploração mineral, o projeto ainda normatiza várias questões legais e administrativas atinentes ao seguimento do processo, para, entre outros aspectos, harmonizar os preceitos do Código de Mineração, que é de 1967, com os da Constituição de 1988. Define, também, claramente, a responsabilidade, no processo, do Ministério de Minas e Energia, da FUNAI e do Ministério Público. O Ministério Público tem a importante missão de ser o fiador de todo o processo e da vontade manifesta dos índios.

Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, acredito ter dado uma contribuição relevante, ao apresentar o mencionado projeto de lei, para que seja bem regulamentada a delicada questão da exploração mineral em terras indígenas. Tanto as comunidades indígenas quanto a comunidade nacional mais ampla têm muito a beneficiar-se de um tratamento adequado e racional deste assunto.

A sociedade brasileira está em constante evolução. Tudo muda. E tem mudado para melhor. O entendimento que tínhamos no passado sobre os índios não é o mesmo que temos hoje. E nessa afirmação incluo, é claro, os missionários religiosos, como é evidente e nos ensina a História. Por seu turno, o entendimento que os índios tinham no passado sobre nós, os não-índios, não é o mesmo que têm hoje. As expectativas que eles tinham tampouco são as mesmas. Nem suas aspirações.

O importante, o realmente importante, é que sejamos respeitosos com os índios, reconhecendo-lhes os legítimos direitos, desfazendo-nos de idéias preconcebidas sobre o que é o índio, deixando-os, cada vez mais, expressarem-se livremente, como têm feito com muita assertividade. E, por fim, que não sejamos negligentes com os interesses maiores desta grande nação, que se chama Brasil, e que deve nos irmanar a todos.

Encerro aqui minhas palavras e aguardo a oportunidade de prestar quaisquer esclarecimentos no debate em que culminará este painel.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

**ORDEM DO DIA**  
**Às 16:00 horas**

1

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 314, DE 2006**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 314, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor de seiscentos e noventa e oito milhões, setecentos e noventa e sete mil, setecentos e sessenta e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

**Prazo final: 28.11.2006**

2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 315, DE 2006**  
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 315, de 2006, que dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Relator revisor:

**Prazo final: 1.12.2006**

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 435, DE 2006**  
(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.211, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2006.

4

**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 64, DE 1999  
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003  
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Tasso Jereissati.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 41, DE 2003  
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 14 e 82 da Constituição Federal, para aumentar o prazo do mandato do Presidente da República e proibir a reeleição.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 10, DE 1999  
(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 10, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Eduardo Dutra, que dá nova redação ao § 5º do artigo 14 da Constituição Federal, suprimindo a reeleição para Prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos.

Pareceres sob nºs 611, de 1999; e 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (somente sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 1999), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Agnelo Alves, Edison Lobão, José Alencar, Lúcio Alcântara, Romeu Tuma e Sérgio Machado e, abstenção do Senador Antônio Carlos Valadares; e – 2º pronunciamento: Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 58, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 70 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos e fixa em cinco anos a duração de seus mandatos.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 70, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 97, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a inelegibilidade para os mesmos cargos, no período subsequente, do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 97, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58 e 70, de 1999; nº 41, de 2003; e nº 20, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 97, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que dá nova redação ao § 5º do art. 14 e ao inciso II do art. 29 da Constituição Federal, vedando a reeleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos, e estabelece a simultaneidade das eleições para todos os cargos eletivos, a partir de 2006.

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 20, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 41, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sibá Machado, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer a coincidência dos mandatos federais, estaduais e municipais.*

Parecer sob nº 1.038, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 10, 58, 70 e 97, de 1999; e nº 20, de 2004, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2003, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

15

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, que *autoriza os Estados Federados e o Distrito Federal a explorar loterias.*

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225,

de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios que *altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências”* (torna obrigatória a identificação de clientes, a informação de operações, a comunicação de transferências internacionais e aumenta os valores das multas).

17

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito* (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

19

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público e dá outras providências.*

20

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 229, DE 2006 – COMPLEMENTAR**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2006 – Complementar, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.*

21

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, que *dispõe sobre concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e dá outras providências.*

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que *altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho processório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.*

23

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

24

**REQUERIMENTO Nº 1.163, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.163, de 2006 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.215, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino), solicitando que sejam apresentados votos de solidariedade para com todos os que sofrem perseguições em virtude de sua condição de imigrante e para com os valores democráticos e liberdades defendidos pelos pais fundadores da nação estadunidense, que podem estar ameaçados por medidas arbitrárias sob a égide das necessidades de segurança.

**MATÉRIAS A SEREM DECLARADAS  
PREJUDICADAS**

25

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que cria a profissão de Agente Comunitário de Saúde, para dispor que a sua contratação, quando efetivada mediante vínculo indireto, observará o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; e*

26

Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na forma do § 5º do art. 198 da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Está encerrada a sessão.


*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 8 minutos.)*

**(OS:16129/2006)**

## Agenda do Presidente do Senado Federal

**27/11/2006**  
**segunda-feira**

- 
- 15:30** - **Senador Cristovam Buarque, acompanhado do Senhor Carlos Lupi, Presidente Nacional do PDT**  
Sala de Audiências da Presidência do Senado
- 18:30** - **Conselheiro José de Moraes Correia Neto, Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, acompanhado do**  
Senhor Sergio Lobo, Diretor Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro  
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 19:00** - **Senhor Antonio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, acompanhado do**  
Senhor Ubiraci Dantas de Oliveira, Vice-Presidente  
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

  
Martha Lyra Mascarenhas  
Chefe de Gabinete  
Presidência do Senado

---

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2281 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor WASHINGTON LUIZ REIS DE OLIVEIRA, matrícula 4335-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Avaliação de Desempenho da Subsecretaria de Pessoal Ativo, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 27 de novembro de 2006.

Senado Federal, 24 de Novembro de 2006

Elaborado por Evandro



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2282 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e pelo Ato n.º 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE

Designar a servidora SILVANA NÓBREGA DE MOURA, matrícula 2748-3, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para substituir o Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Senado Federal, 24 de Novembro de 2006



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2283 , de 2006**


**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designado o servidor **RAIMUNDO FARIAS RIBEIRO**, matrícula 48449, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para substituir a Diretora da Subsecretaria de Contabilidade, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de Novembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
 Diretor-Geral

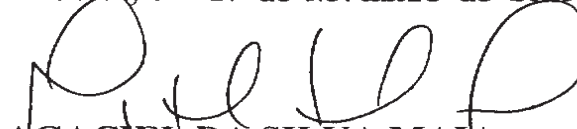
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2284 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017391/06-7**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCÍLIA ALVES DE SOUZA**, matrícula n.º 197248, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Marcos Guerra, a partir de 13 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Elaborado por: Amanda

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
 Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2285 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017392/06-3**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ PINTO DE OLIVEIRA FILHO**, matrícula n.º 181538, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Marcos Guerra, a partir de 13 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Elaborado por: Fátima

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2286 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017390/06-0**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CLAUDIA BATISTA OLIVEIRA**, matrícula n.º 196827, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Gabinete do Senador Marcos Guerra, a partir de 13 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Elaborado por: Fátima

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

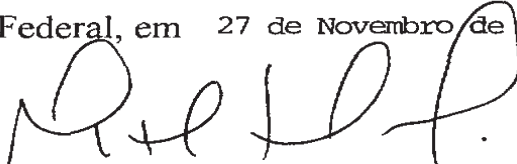
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º2287 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017389/06-2**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILSIMAR JOSÉ MARIN**, matrícula n.º 198642, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Marcos Guerra, a partir de 13 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Elaborado por: Fátima



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

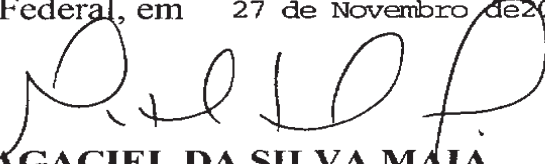
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2288 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005 e do Processo n.º **017367/06-9**,

**RESOLVE** alterar a lotação da servidora **MARIA DO SOCORRO JÁCOME LUCENA**, matrícula n.º 186871, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PMDB para o Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Minuta elaborada por Paula



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

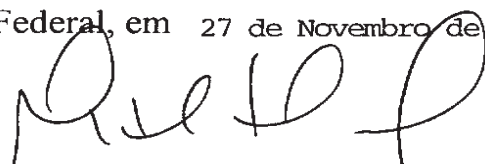
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2289 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017328/06-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO CALZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

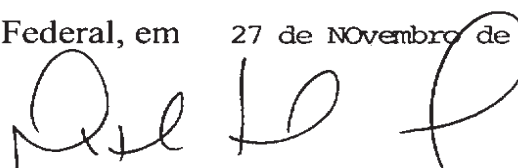
**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2290 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016121/06-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AUGUSTO CEZAR MORENO PESSOA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 27 de Novembro de 2006

Elaborado por: Amanda

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2291 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017420/06-7**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LYGIA MARIA MOREIRA DUARTE**, matrícula n.º 177845, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 30 de novembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Paula



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2292 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017525/06-3**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JACKSON AMERICO ALMEIDA DE SOUZA**, matrícula n.º 194156, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 01 de dezembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Amanda



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2293 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016684/06-0**,

**RESOLVE** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO SÉRGIO SOUZA ROLEMBERG**, matrícula n.º 196360, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 01 de dezembro de 2006.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Amanda

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2294 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **015215/06-7**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DE FÁTIMA FONSECA JEKER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2295 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 17059/06.2,

RESOLVE dispensar o servidor LAURINDO COSTA TEIXEIRA, matrícula 2048-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo do Serviço de Apoio Logístico e Arquivo, do mesmo Órgão, a partir de 16 de novembro de 2006.

Senado Federal, 27 de novembro de 2006.

Elaborado por Evandro/seacaf



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2296 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 17191/06.8,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ ANTÔNIO DOS SANTOS, matrícula 1998-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Coordenação de Transportes, a partir de 20 de novembro de 2006.

Senado Federal, 27 de novembro de 2006.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2297 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 17327/06.7,

RESOLVE dispensar o servidor MAURO DE ALENCAR DANTAS, matrícula 1227-3, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 22 de novembro de 2006.

Senado Federal, 27 de novembro de 2006.

Elaborado por Evandro/seacaf



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**


**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2298 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 17339/06.5,

RESOLVE dispensar a servidora ANA CRISTINA CORRÊA MIRANDA, matrícula 4464-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-6, do Instituto Legislativo Brasileiro, a partir de 22 de novembro de 2006.

Senado Federal, 27 de novembro de 2006.

Elaborado por Evandro/seacaf



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2299 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 17101/06.9,

RESOLVE dispensar o servidor RODRIGO JORGE CALDAS PEREIRA, matrícula 3892-4, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Técnico da Secretaria Especial de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete Administrativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 17 de novembro de 2006.

Senado Federal, 27 de novembro de 2006.

Elaborado por Evandro/seacaf

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2300 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO**

**FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 015047/06-7,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2033, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3585, de 13/10/2006, que nomeou **PEDRO CALZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leonel Pavan, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do artigo 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Carla

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2301 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **017421/06-3**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, do servidor **DENILSON BRITOS DE BARROS**, matrícula n.º 187309, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Paula

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2302 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **017346/06-1**,

**RESOLVE** alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELIZABETH CÂNDIDA DA SILVA**, matrícula n.º 188831, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Paula

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2303 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017551/06-4**,

**R E S O L V E** declarar vago, a partir de 31 de outubro de 2006, o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Governo, ocupado por **ROZALINDO CLEMENTE SILVA**, matrícula n.º 160985, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Marina



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2304 , DE 2006**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **017395/06-2**,

**R E S O L V E** declarar vago, a partir de 11 de novembro de 2006, o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PTB, ocupado por **FRANCISCO OLAVO DA COSTA FILHO**, matrícula n.º 179659, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 27 de novembro de 2006.

Elaborado por: Marina



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti\*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral\*\*  
PMDB – Valter Pereira\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho <sup>3</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>5</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha <sup>4</sup> (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
(Vago) <sup>8</sup>			3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>6</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>7</sup>	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 20.11.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet até a data de seu falecimento, em 17.11.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

## COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### MEMBROS NATOS

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado ALCEU COLLARES (PDT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

### SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

#### BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. SERYS SLHESSARENKO (PT/MT)
EDUARDO SUPPLY (PT/SP)	2. (vago)

#### PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

#### PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

### DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

#### PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

#### PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

#### PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

#### PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 08.11.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Deputado ALCEU COLLARES**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA PMDB-MG
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> ALVARO DIAS PSDB-PR
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> ALCEU COLLARES PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS**